

RELATÓRIO ANUAL

2019



MUITOS
MOTIVOS
PARA
COMEMORAR



PATROCINADORES

Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)
Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef)

CONSELHO DELIBERATIVO

Henrique Jorge Tinoco de Aguiar - Presidente
José Andrade Costa - Vice-Presidente
Sérgio Brito Clark
José Nilton Fernandes até 31/10/2019
Nivaldo Trindade Santos até 31/10/2019
Reginaldo da Silva Medeiros até 31/10/2019
João Francisco Freitas Peixoto - desde 01/11/2019
Lourival Nery dos Santos - desde 01/11/2019
Gildete Mesquita Ribeiro - desde 01/11/2019

CONSELHO FISCAL

Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros
Helton Chagas Mendes
Antônio Nogueira Filho – Presidente até 31/10/2019
Adelson Belchior Chaves- Vice-Presidente até 31/10/2019
Genival Vila Nova (Presidente) - desde 01/11/2019
Leonardo da Hora Barreto (Vice-Presidente) - desde 01/11/2019

DIRETORIA EXECUTIVA

José Jurandir Bastos Mesquita – Diretor-Presidente
Marcos José Rodrigues Miranda – Diretor de Administração e Investimentos
Francisco José Araújo Bezerra – Diretor de Previdência

OUVIDORIA

Maria Auxiliadora Bezerra – Ouvidora

CANAIS DE RELACIONAMENTO

RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES
0800 9705775 (tel. fixo) / 4020-1615 (celular) / 9.9761 0077 (Whatsapp)
relacionamento@capef.com.br
www.capef.com.br
Av. Santos Dumont, 771, Centro, Fortaleza – CE

OUVIDORIA
ouvidoria@capef.com.br

EXPEDIENTE

CONTEÚDO E APROVAÇÃO
Gerência de Desenvolvimento Institucional da Capef – GEDIN

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
GO! Branding + Design

MENSAGEM DA DIRETORIA

Finalizamos o ano de 2019 com MUITOS MOTIVOS PARA COMEMORAR! A superação das metas de rentabilidade dos Planos Previdenciários possibilitou novas conquistas e maior satisfação dos Participantes.

O Plano BD obteve rentabilidade de 11,56% no acumulado do ano, frente a uma meta de 10,23% (INPC + 5,5% a.a.). Já o Plano CV I apresentou uma diferença ainda maior do resultado para a meta: 14,23% de rentabilidade, contra 9,78% da meta (IPCA + 5,25% a.a.).

A riqueza gerada por meio do resultado dos investimentos foi transferida integralmente para os Participantes, seja na forma da redução da contribuição para o caso dos Assistidos do Plano BD, seja na forma de reajuste do benefício, em índice superior à variação da inflação, para os Participantes do CV I.

No caso do Plano BD, para aqueles que fa-

zem parte do Regulamento de 2003, a contribuição dos Assistidos foi reduzida para 19,20% e apresenta seu menor patamar desde 1986. Fato que representa uma conquista histórica para a Entidade e para os Participantes.

Outra estratégia permanente da Capef é a ampliação da cobertura previdenciária dos funcionários do Patrocinador que, graças a um trabalho consistente de conscientização sobre a importância da Previdência Complementar, incluindo visitas em 75 municípios do País, obteve a adesão de 257 novos Participantes somente em 2019.

O aumento do número de Participantes alinhado à redução das despesas administrativas, também possibilitou outra grande conquista para os participantes: a redução das taxas de administração dos Planos BD e CV I.

A partir do exercício de 2020, a taxa de ad-

ministração do Plano BD será reduzida de 8% para 7% e a do Plano CV I de 5% para 4,5%, gerando acréscimo para a conta individual de cada participante.

2019 também foi o ano em que os Participantes mais efetuaram aportes facultativos aos seus planos previdenciários, quase R\$ 1,5 milhão, fato que demonstra o nível de conhecimento do público sobre as vantagens da contribuição extra para incremento dos benefícios. Esse resultado ainda nos sinaliza que a gestão dos investimentos dos Planos está bastante competitiva e que as estratégias de comunicação sobre os benefícios do aporte foram bem sucedidas.

As consequências dessas conquistas, e das demais realizações que você verá neste Rela-

tório, foram refletidas no resultado da Pesquisa de Satisfação, realizada em 2019. A média geral de aprovação entre todas as questões foi de 90,26%, superior aos resultados obtidos em 2018 (80,63%), e 2017 (85,68%).

Bem, apesar de termos muitos motivos para comemorar, queremos ir sempre além. Lançar novos produtos previdenciários para ampliar a base de participantes, superar as metas de rentabilidade dos Planos, continuar buscando melhorias para o Plano BD, fortalecer o relacionamento e a comunicação com o nosso público, priorizando sempre os interesses coletivos à luz dos dispositivos da legislação e dos normativos.

Boa leitura.



José Jurandir Bastos Mesquita

Graduado em Ciências Atuariais pela UFC, MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC e MBA em Finanças pela UFRJ. Empregado do Banco do Nordeste, onde exerceu os cargos de Superintendente de Controles Internos, Segurança e Risco e Superintendente de Controle Financeiro. Foi membro do Conselho Fiscal, Deliberativo e Diretor de Administração e Investimentos da Capef. Tem certificações pela Anbima e ICSS, habilitação pela PREVIC e é autorizado pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários. Atualmente é Diretor Executivo da UniAbra-pp e Diretor-Presidente da Capef.



Marcos José Rodrigues Miranda

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (CE); com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral (MG); Especialização em Direito Público pela Faculdade Projeção (DF), Certificação de Gestores ANBIMA-CGA, CPA-20 e Certificação pelo ICSS. É Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. desde 1979, onde já exerceu as funções de: Auditor Interno, Gerente Executivo e Gerente de Ambiente na Área de Gestão de Ativos de Terceiros. Atualmente é Diretor de Administração e Investimentos da Capef.



Francisco José Araújo Bezerra

Mestre em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), exerceu a Presidência da Capef no período de 2005 a 2013, foi Chefe do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) e Superintendente de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste. Possui certificação do ICSS. Atualmente é Diretor de Previdência da CAPEF.

REALIZAÇÕES de 2019



MUITOS
MOTIVOS
PARA
CELEBRAR



PROPÓSITO

Comprometida com seu **PROPÓSITO** de PROPORCIONAR UMA VIDA FINANCEIRA MELHOR PARA AS PESSOAS HOJE E NO FUTURO, a Capes encerra o ano de 2019 cumprindo a sua missão e entregando resultados positivos aos seus associados.



REDUÇÃO
da Contribuição
do Plano BD



VARIAÇÃO
dos benefícios
superior à inflação



SUPERAÇÃO
das Metas Atuariais
dos Planos BD e CV I



257 NOVAS
adesões ao Plano CV I
em 2019



MUITOS MOTIVOS PARA COMEMORAR



REDUÇÃO

Redução das taxa de administração dos Planos BD e CV I



**QUASE
R\$ 1,5 MILHÃO**
em aportes facultativos
em 2019



**90% DE
SATISFAÇÃO**
dos Participantes



REDUÇÃO
da taxa de solvência
do Plano CV I



VALORES

Alinhada aos VALORES de **ÉTICA**, TRANSPARÊNCIA, PRUDÊNCIA, CREDIBILIDADE, GESTÃO COMPARTILHADA e EXCELÊNCIA, temos ainda muitos motivos para comemorarmos juntos.

QUEREMOS
IR
ALÉM



VISÃO

Com a VISÃO de SER REFERÊNCIA NACIONAL NA
GESTÃO DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA,
queremos muito mais em 2020!



LANÇAR NOVOS
produtos previdenciários



OBTER RENTABILIDADE
superior à meta atuarial
dos Planos



FORTALECER os modelos
de governança e de gestão
corporativa



AMPLIAR a base de clientes



MANTER COMPETITIVO
o Custo por Participante



FORTALECER o relacionamento
com os Participantes



FOMENTAR a educação
financeira e previdenciária entre
os públicos

SUMÁRIO

1.

Institucional

Conheça a trajetória de sua Entidade, os Planos Previdenciários ofertados e os valores que os norteiam.

- **Investimos no seu presente e no seu futuro**
- **Nossos números**
- **Estrutura organizacional.**

2.

Governança

Confira o modelo de Governança Corporativa adotado, a estrutura de decisão e os controles internos.

- **Compromisso com a sustentabilidade do negócio**
- **Órgãos Estatutários**
- **Auditoria, Gestão de Riscos e Controles Internos**
- **Informa Condel e Seminário sem Fronteiras**

3.

Estratégia e gestão

Saiba mais sobre a nossa estratégia de gestão e sobre os principais projetos desenvolvidos em 2019.

- **De olho no futuro:** mapa estratégico
- **Cuidado com o seu futuro:** arrecadações, retenções e plano família
- **Reconhecimento do nosso trabalho:** campanha de adesão do plano cv i e parceria premiada
- **Inovação:** digitalização de processos e implantação de um pós-venda
- **Responsabilidade ambiental e redução de despesas:** adoção de energia solar

4.

Relacionamento e Comunicação

Saiba como cuidamos dos nossos participantes e o que fazemos para fortalecer o nosso relacionamento.

- **Canais de Relacionamento**
- **Atendimentos e acessos**
- **Encontros com os Participantes**
- **Fomento à Educação Previdenciária**
- **Clube de Benefícios**
- **Aperfeiçoamento do time**
- **Pesquisa de satisfação**

5.

Gestão Previdenciária e Atuarial

Conheça o perfil dos Planos Previdenciários e seus respectivos resultados atuariais.

- **Perfil dos Participantes**
- **Receitas de contribuições e benefícios pagos**
- **Resultado Atuarial**
- **Redução da contribuição dos Assistidos do Plano BD**
- **Redução da Taxa de Solvência e da Taxa de Juros do Plano CV I**

6.

Desempenho dos Investimentos

Conheça os resultados obtidos pelos Planos Previdenciários BD e CV I.

- **Superação das metas atuariais dos Planos**
- **Diversificação dos Investimentos**
- **Rentabilidade**
- **Resumo dos Investimentos**

7.

Gestão Administrativa

Saiba como cuidamos do seu patrimônio e pensamos na sustentabilidade do nosso negócio.

- **Orçamento administrativo**
- **Limites para cobertura das despesas administrativas**
- **Principais indicadores de gestão**
- **Custo médio de administração por Participante**
- **Redução das Taxas de Administração dos Planos**

8.

Documentação Disponível

Confira todos os documentos disponíveis, segregados por Plano de benefícios.

- **Demonstrações Contábeis**
- **Notas Explicativas**
- **Pareceres**
- **Políticas de Investimentos**

INSTITUCIONAL

Conheça a trajetória de sua Entidade, os Planos Previdenciários ofertados e os valores que os norteiam.

INVESTIMOS NO SEU PRESENTE E NO SEU FUTURO

Embora fundada há mais de meio século, o propósito da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF sempre foi o mesmo: Proporcionar uma vida financeira melhor para as pessoas hoje e no futuro.

Com esse propósito, a Capec vem cumprindo seus compromissos, entregando resultados positivos e administrando os recursos de seus participantes com responsabilidade e transparência, ao longo de todos esses anos.

Atualmente, a Capec administra dois Planos Previdenciários:

- PLANO BD
- PLANO CV I



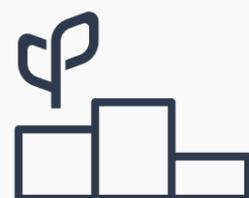
Fundada há mais de meio século, o propósito da CAPEF sempre foi o mesmo: Proporcionar uma vida financeira melhor para as pessoas hoje e no futuro.

NOSSOS NÚMEROS



52 anos

DE EXISTÊNCIA



2ª MAIOR

EFPC DO NO/NE E 32º lugar entre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar associadas da ABRAPP



12.439

PARTICIPANTES TOTAL



R\$ 4,94 BI

PATRIMÔNIO DE INVESTIMENTOS TOTAL

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Em R\$ bilhões



PLANO BD

Patrocinadores: BNB, CAMED e CAPEF



6.457

PARTICIPANTES



R\$ 3,74bi

DE PATRIMÔNIO

PLANO CV I

Patrocinadores: BNB e CAPEF



5.982

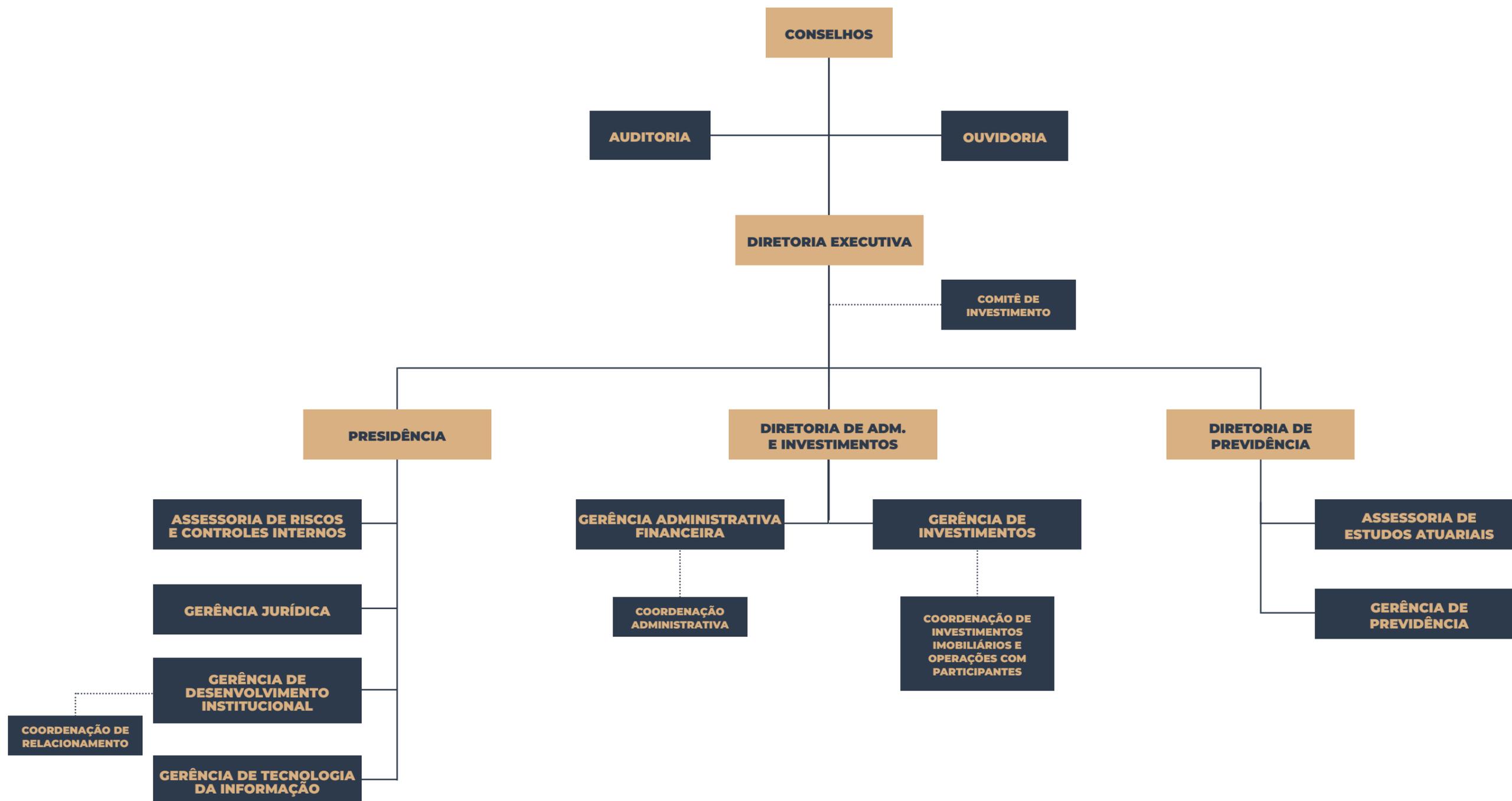
PARTICIPANTES



R\$ 1,20bi

DE PATRIMÔNIO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



GOVERNANÇA

Confira o modelo de Governança Corporativa adotado, a estrutura de decisão e os controles internos.

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE DO NEGÓCIO

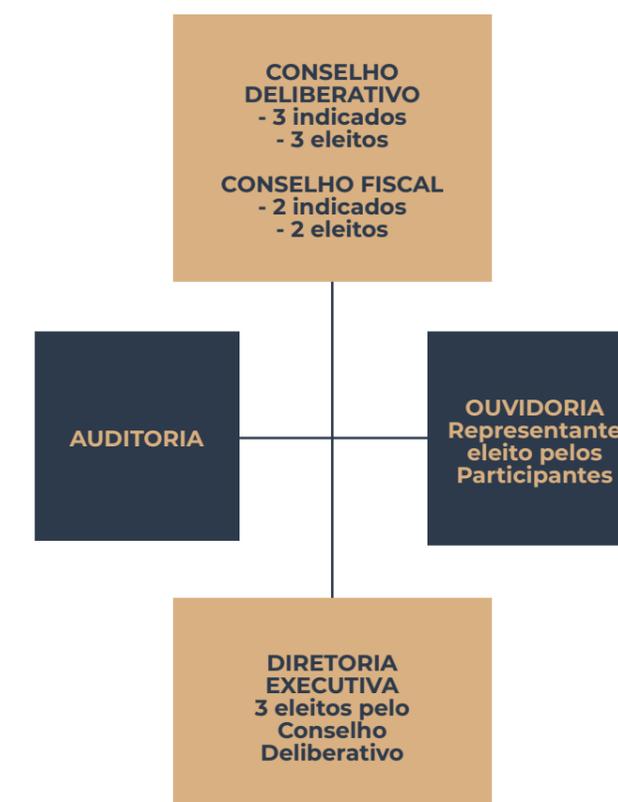
Adotar um modelo consistente de governança corporativa é fundamental para assegurar a sustentabilidade dos negócios e gerar confiança e credibilidade, além de proteger os interesses dos participantes.

Para garantir a gestão responsável dos Planos Previdenciários, a Capef atua em consonância com as práticas de governança do sistema de previdência complementar e com as disposições normativas.

Referidas práticas visam preservar o direito dos participantes, cumprir o contrato previdenciário previsto no Regulamento, bem como harmonizar os interesses dos Participantes e Patrocinadores.



ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS



Três órgãos estatutários são responsáveis pela gestão estratégica, fiscalização e administração:

- **CONSELHO DELIBERATIVO**
- **CONSELHO FISCAL**
- **DIRETORIA EXECUTIVA**

Em 2019, foi realizada, exclusivamente pela internet (site e aplicativo), eleição para os membros dos Conselhos. Foram eleitos três membros para o Conselho Deliberativo e dois para o Conselho Fiscal, além de seus respectivos suplentes. O mandato dos novos conselheiros iniciou em novembro de 2019 e terá duração de quatro anos.



Posse dos membros eleitos dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Capef

CONSELHO DELIBERATIVO

É responsável pela definição da Política de Administração da Capef e de seu Plano de Benefícios, sendo composto por seis membros: três indicados pelos patrocinadores e três eleitos pelos associados.

Membros do Conselho Deliberativo (a partir de 01/11/2019)

INDICADOS (TITULARES)

Henrique Jorge Tinoco de Aguiar – Presidente
José Andrade Costa – Vice-Presidente
Sérgio Brito Clark

INDICADOS (SUPLENTE)

Gustavo Dorea Carneiro
João Robério Pereira de Messias
Luís Eduardo Magalhães de Freitas

ELEITOS (TITULARES)

João Francisco Freitas Peixoto
Lourival Nery dos Santos
Gildete Mesquita Ribeiro

ELEITOS (SUPLENTE)

Miguel Nóbrega Neto
Gabriel Fernando Rocha
André Lima Torres

CONSELHO FISCAL

Responsável pela fiscalização das atividades da Capef, o Conselho Fiscal é composto por dois membros indicados e dois eleitos.

Membros do Conselho Fiscal (a partir de 01/11/2019)

INDICADOS (TITULARES)

Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros
Helton Chagas Mendes

INDICADOS (SUPLENTE)

Bruno Leonardo Ribeiro Maia
José Valter Bento de Freitas

ELEITOS (TITULARES)

Genival Vila Nova - Presidente
Leonardo da Hora Barreto - Vice-Presidente

ELEITOS (SUPLENTE)

Luiz Alberto da Silva Júnior
Luiza Maria Gouveia do Rego

DIRETORIA EXECUTIVA

Responsável por executar as políticas e diretrizes traçadas para a Entidade, a Diretoria Executiva é composta por três membros, sendo que um, pelo menos, deve ser Participante ou Beneficiário Assistido. Atualmente, todos são participantes da Capef.

Membros da Diretoria Executiva

José Jurandir Bastos Mesquita
Diretor-Presidente

Marcos José Rodrigues Miranda
Diretor de Administração e Investimentos

Francisco José Araújo Bezerra
Diretor de Previdência

AUDITORIA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Como premissa fundamental de governança, a Capef possui uma área de **Auditoria Interna**, cujas atividades são determinadas pelos Conselhos, que atua no acompanhamento das auditorias externas e na verificação e otimização dos processos internos da Entidade.

Em seu quadro funcional, a Capef também possui a **Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos**, cuja atuação favorece o gerenciamento e monitoração dos riscos aos quais a Entidade está exposta, como:

- RISCO ATUARIAL
- RISCO DE MERCADO
- RISCO DE CRÉDITO
- RISCO DE LIQUIDEZ
- RISCO OPERACIONAL / LEGAL
- RISCO SISTÊMICO

INFORMA CONDEL E SEMINÁRIO SEM FRONTEIRAS



Reforçando o compromisso com a transparência e a governança, desde dezembro de 2018, o Conselho Deliberativo da Capef conta com um Informativo, denominado “INFORMA CONDEL”, destinado a publicar suas principais decisões e atividades desenvolvidas, sendo enviado mensalmente por meio eletrônico aos Participantes dos Planos BD e CV I.

O objetivo da publicação é divulgar as deliberações e recomendações mensais advindas das Reuniões do Conselho Deliberativo da Capef, permitindo total transparência entre a gestão dos planos e os participantes. O informativo comemorou seu primeiro ano de existência com uma boa aceitação do público.



Outra novidade, lançada em 2019, foi a promoção “SEMINÁRIO SEM FRONTEIRAS”, realizada com o objetivo de aproximar os Participantes geograficamente mais distantes da gestão da Entidade, sorteando viagem para participarem do Seminário de Investimentos e Benefícios, maior evento da Entidade, que acontece anualmente, em Fortaleza – CE.

Assim, o Seminário de Investimentos e Benefícios da Capef chegou à sua 26ª edição com convidados inéditos na plateia: Participantes de estados diferentes, ganhadores da referida promoção.

Realizado nos dias 21 e 22 de novembro no BNB Passaré, o Seminário reuniu nossos Participantes com os profissionais de investimentos da Capef e especialistas de instituições financeiras, para discutir o cenário econômico e traçar as Políticas de Investimentos dos Planos para 2020, bem como para conhecer a proposta de novos produtos a serem ofertados pela Entidade.

Na ocasião, os Participantes dos planos tiveram a oportunidade de ser parte ativa na discussão das estratégias de aplicações dos recursos, tendo como base os cenários macroeconômicos apresentados pelos profissionais convidados.

Um dos 12 Participantes (representante do Estado do RJ) não pode comparecer por motivo de saúde.



01



02



03



04

01
 Presidente da Abrapp, Luís Ricardo Martins, participa como palestrante do 26º Seminário e recebe os agradecimentos do Diretor-Presidente da Capecf, Jurandir Mesquita.

02
 Participantes do 26º Seminário de Investimentos e Benefícios.

03
 Ganhadores da Promoção “Seminário sem Fronteiras”.

04
 Jurandir Mesquita, Presidente da Capecf; Cláudio Freire, Diretor de Administração do BNB; Henrique Tinoco, Presidente do Conselho Deliberativo da Capecf; e Leonardo da Hora, membro eleito do Conselho Fiscal, participaram da solenidade de abertura do 26º Seminário.



ESTRATÉGIA E GESTÃO

Saiba mais sobre a nossa estratégia de gestão e sobre os principais projetos desenvolvidos em 2019.

DE OLHO NO FUTURO

O Mapa Estratégico da Capef é a representação visual da estratégia que traçamos para o período de 2016 a 2019 e norteia os diversos projetos e iniciativas que colocamos em prática para atingir os objetivos definidos no médio e no longo prazo.

Baseada no alcance desses objetivos estratégicos, a Capef trabalhou em vários projetos ao longo de 2019 e obteve os seguintes resultados, que merecem destaque.

CUIDADO COM O SEU FUTURO

A Capef se preocupa com o futuro de seus Participantes e, por esse motivo, realiza constantes campanhas de conscientização sobre a importância da cobertura previdenciária do funcionário/familiares e sobre as vantagens de incrementar o valor do

RENOVE-SE
Novas ideias, grandes conquistas.

MAPA ESTRATÉGICO 2019

MISSÃO
Proporcionar bem estar aos participantes e beneficiários, por meio da administração de planos de previdência privada.

VISÃO
Ser referência na administração de planos de previdência privada.

VALORES
Ética; Transparência; Prudência; Credibilidade; Gestão compartilhada; Excelência.

PERSPECTIVAS

- FINANCEIRA
- CLIENTES
- PROCESSOS INTERNOS
- APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Obter rentabilidade superior à meta atuarial dos planos. | Manter competitivo o Custo por Participante.
- Fomentar a educação previdenciária dos públicos-alvos. | Ampliar a base de Clientes. | Elevar o nível de Satisfação dos Participantes
- Fortalecer a Governança da Entidade | Elevar a eficiência operacional dos processos de negócio
- Fortalecer as competências necessárias para o alcance da estratégia | Desenvolver cultura organizacional orientada para a Inovação e a Cooperação | Adequar os sistemas de informação à estratégia do negócio

O Mapa Estratégico da Capef é a representação visual da estratégia que traçamos para o período de 2016 a 2019

benefício do Plano, por meio da realização de aportes extras. Conheça os principais resultados obtidos ao longo de 2019.

- **Incremento nas arrecadações voluntárias:** Em 2019, fechamos o ano com uma arrecadação recorde de quase R\$ 1,5 milhão de aportes facultativos. Esse resultado demonstra o nível de conhecimento dos Participantes sobre as vantagens da contribuição extra para incremento dos benefícios.

CONFIRA OS VALORES APORTADOS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS.

VALOR ARRECADADO DE APORTE FACULTATIVO	
2015	804.644,63
2016	1.303.960,49
2017	923.291,41
2018	879.613,25
2019	1.469.041,92

- **Retenção de Participantes:** Conscientizar o participante ativo sobre os riscos e desvantagens do cancelamento do Plano CV I é uma das nossas prioridades. Dos 60 pedidos de cancelamentos solicitados em 2019, 47 foram revertidos, totalizando 78% de retenções efetivas.

- **Preparação para Lançamento do Plano Família:** Antenada às demandas do mercado, às novas possibilidades de crescimento e aos avanços da legislação (sobretudo no que se refere ao CNPJ por Plano), a Capef vem se movimentando para incluir novos produtos previdenciários em seu portfólio. Em 2019, iniciou as alterações em seu Estatuto, de modo que lhe permita administrar outros Planos Instituídos.

Após a referida aprovação, a Capef poderá atender aos familiares de nossos participantes

e segmentos diversos da sociedade, não apenas com planos de aposentadoria, mas também com produtos previdenciários, como a formação de uma poupança programada para a realização de objetivos: viagem, universidade do filho, ou qualquer meta cujo atingimento dependa de prévio acúmulo de recursos.

RECONHECIMENTO DO NOSSO TRABALHO

A forma como a Capef vem trabalhando a educação financeira e previdenciária de seu público-alvo tem despertado a atenção dos agentes que compõem o sistema de Previdência Complementar. Em 2019, a Entidade foi convidada para apresentar suas iniciativas em dois grandes eventos promovidos pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP.

- **Parceria Premiada:** O Programa Parceria Premiada, lançado no início de 2019, foi selecionado como “case de sucesso” no 1º Encontro Nacional de Estratégias e Criação de Valor, realizado nos dias 03 e 04 de junho, em Brasília- DF, pela Abrapp.

A ideia principal do programa é fazer com que os acessos dos Participantes ao site, informativos, simuladores, participação em eventos, pesquisa de satisfação, recadastramento, aportes facultativos, adesões, etc. pontuem e sejam trocados por prêmios institucionais, semelhante a um programa de fidelidade, cujo lema é: acessou, pontuou, ganhou!

Por trás dessa “troca de participação por pontos”, surgem os obje-



tivos macros do Programa, que é estimular o interesse do público pela educação financeira e previdenciária; fortalecer as ações estratégicas da Entidade e incentivar o autoatendimento pelo site e aplicativo.

- **Campanha de Adesão do Plano CV I:** Outra campanha que obteve excelentes resultados e atraiu olhares da Abrapp, sendo selecionada para ser apresentada no 40º Congresso Brasileiro de Previdência Complementar Fechada, realizado entre os dias 16 e 18 de outubro, em São Paulo, foi a campanha de adesão, denominada “Seu Futuro é Feito de Escolhas”.



No evento, o Diretor-Presidente da Capef, Jurandir Mesquita, fez uma apresentação focada nas ações realizadas pela Entidade, em parceria com o Patrocinador BNB, junto ao público sem cobertura previdenciária, que resultou na adesão de 257 Participantes em 2019 (desse total, 135 foram realizadas nas viagens) e mais de 600 nos últimos três anos.

ADESÕES NOS ÚLTIMOS 3 ANOS:



**RESULTADOS OBTIDOS COM A
CAMPANHA DE ADESÃO DO
PLANO CV I SEU FUTURO
É FEITO DE ESCOLHAS**



75

CIDADES
VISITADAS



+ de 10mil

QUILÔMETROS
RODADOS



258

FUNCIONÁRIOS
ABORDADOS



135 ADESÕES

REALIZADAS NAS VIAGENS,
TOTALIZANDO 257 ADESÕES
NO ANO DE 2019



CAMPANHA SEU FUTURO É FEITO DE ESCOLHAS



01



02

01

Diretor-Presidente da Capef, Jurandir Mesquita, visita a cidade de Garanhuns, em Pernambuco.

02

Diretor de Previdência da Capef, Fran Bezerra, visita a cidade de Paulistana, no Piauí.

03

Diretor de Previdência da Capef, Fran Bezerra, visita a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

04

Diretor de Administração e Investimentos da Capef, Marcos Miranda, visita a cidade de Neópolis, em Sergipe.

05

Diretor de Administração e Investimentos da Capef, Marcos Miranda, visita a cidade de Patos, na Paraíba.

06

Diretor-Presidente da Capef, Jurandir Mesquita, visita a cidade de Colatina, no Espírito Santo.



03



04



05



06

INOVAÇÃO

Inovação é a palavra de ordem nas empresas de qualquer segmento que desejam crescer e se perpetuar no mercado. Assim, a Capef tem adotado iniciativas relevantes para aperfeiçoar seus processos e entregar uma proposta de valor concreta aos clientes. Veja algumas dessas iniciativas adotadas em 2019.

- **Digitalização de Processos:** Com o intuito de melhorar e tornar mais ágil as atividades empreendidas pela Capef, bem como racionalizar os custos, em 2019, o processo de atualização cadastral passou a ser realizado somente por meio digital, não sendo necessário o envio de qualquer formulário impresso para a Entidade. A mesma iniciativa ocorrerá com o processo de concessão dos benefícios, que se encontra em fase de implantação.
- **Implantação de um Pós-venda:** Conhecer cada participante e estabelecer um relacionamento de confiança foi o que nos motivou a implantar um processo específico de pós-venda. A partir de agora, o funcionário, mesmo antes de aderir ao Plano, já passa a ser incluído nas trilhas de comunicação da Entidade, obedecendo às etapas da jornada do cliente.

Na ocasião em que ele ingressa no Plano, por exemplo, além de receber uma mensagem e um kit de boas-vindas, ele é contatado pela Entidade, que fornece orientações importantes sobre procedimentos e benefícios do Plano, além de ser questionado sobre como pretende ser contatado, horários mais convenientes para abordagens/atendimentos, conteúdos de interesse, esclarecimento de dúvidas, dentre outros.



RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E REDUÇÃO DE DESPESAS: ADOÇÃO DE ENERGIA SOLAR

Alinhada aos objetivos estratégicos da gestão, que busca reduzir as despesas administrativas da Entidade, a Capef instalou painéis de geração de energia fotovoltaica, que vêm para substituir a energia elétrica convencional.

O investimento de R\$ 635 mil utilizado na instalação dos painéis gerará uma economia estimada de R\$ 100 mil ao ano, valor que será destinado a outras frentes.

Atualmente, a Capef ocupa a quinta posição no ranking de Entidades Fechadas de Previdência Complementar com menores despesas administrativas, em termos relativos, de acordo com levantamento realizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Com esse investimento, os índices, que já são bem vistos, se tornarão ainda melhores no longo prazo.

Além da economia diretamente relacionada à conta de eletricidade, existem diversos outros benefícios relacionados à economia com energia solar, como por exemplo, menos impacto ao meio ambiente, já que é um recurso renovável e limpo.



RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO

Saiba como cuidamos dos nossos participantes e o que fazemos para fortalecer o nosso relacionamento.

CANAIS DE RELACIONAMENTO

Estar mais próxima dos Participantes. Esse tem sido o lema da atual gestão da Capef nos últimos 3 anos.



*Investimos muito em ações que nos aproximem mais dos nossos Participantes, seja por meio do olho no olho, com os **encontros presenciais**, seja por meio dos canais de comunicação, **informativos, aplicativo, site, programas de parcerias, clube de benefícios, pesquisa de satisfação**, dentre muitos outros, porque acreditamos que a comunicação favorece o conhecimento e o conhecimento fortalece a governança”*

ressalta o Diretor-Presidente, Jurandir Mesquita.



ATENDIMENTOS E ACESSOS

Em 2019, foram realizados mais de 42 mil atendimentos pela Área de Relacionamento com Participantes, o que representa uma média de aproximadamente 3.500 atendimentos por mês.



ATENDIMENTOS POR CANAL EM 2019



26.435
TELEFONE



7.541
E-MAIL



4.908
PRESENCIAL



1.581
CORRESPONDÊNCIA



2.413
WHATSAPP



82
ATIVO
(Contatos para adesão)



42.960
TOTAL

A seguir, apresentamos os atendimentos dos últimos três anos, realizados pela área de Relacionamento com Participantes; e os acessos ao site e ao aplicativo.

TOTAL DE ATENDIMENTOS

EM 2019

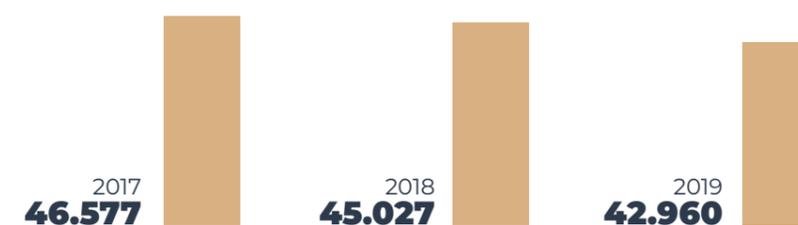
POR PÚBLICO	POR PLANO	POR ASSUNTO
26.399 ASSISTIDOS	29.919 PLANO BD	37.508 PLANOS BD E CV I
11.800 ATIVOS	9.910 PLANO CV I	692 CONVÊNIO INSS
1.016 BENEFICIÁRIOS DE PECÚLIO	3.131 OUTROS *	4.678 OUTROS ATENDIMENTOS
3.072 OUTROS*		82 CONTATOS PARA ADESÃO
673 PENSIONISTAS DE ALIMENTOS		

*O item "Outros" é composto por atendimentos feitos pelo whatsapp e pelos registros não identificados no sistema de atendimento.

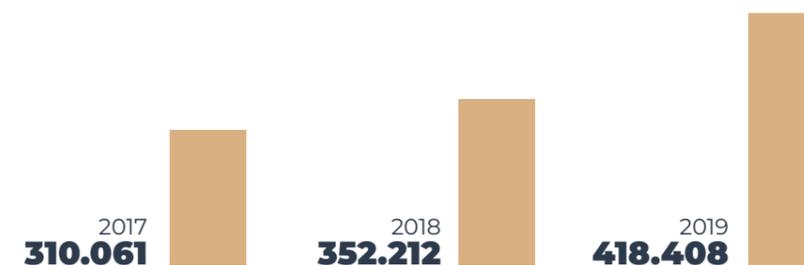
TOTAL **42.960**

Podemos observar que a quantidade total de atendimentos realizados pelo Relacionamento vem diminuindo, enquanto que os acessos ao site e ao aplicativo vêm aumentando ao longo desses anos. Fato que demonstra o crescente interesse das pessoas pelo autoatendimento.

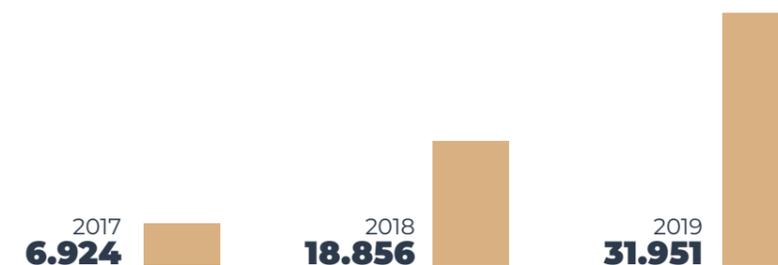
TOTAL DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA ÁREA DE RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES NOS ÚLTIMOS 3 ANOS



ACESSOS AO SITE NOS ÚLTIMOS 3 ANOS:



ACESSOS AO APLICATIVO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS:



ATENDIMENTOS DA OUVIDORIA

EM 2019



ENCONTROS COM OS PARTICIPANTES

Promovidos em conjunto com a Diretoria e a Ouvidoria, os Encontros com Participantes têm como objetivo a aproximação dos associados, por meio da realização de debates, troca de informações, esclarecimento de dúvidas e prestação de contas sobre o desempenho dos Planos BD e CV I.



Brasília/DF



Natal/RN



Porteirinha/MG

No ano de 2019, foram realizados 16 Encontros. No total, verificou-se a presença de 707 participantes, com média de 44 participações por evento. Cada evento teve a participação de um representante da Diretoria da Capef, além da presença do BNB e demais parceiros: CAMED, AABNB, AFBNB e alguns sindicatos locais.

VEJA AS CIDADES VISITADAS PELOS ENCONTROS PRESENCIAIS COM PARTICIPANTES:



FOMENTO À EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Ações de educação financeira e previdenciária são pautas permanentes no plano anual de comunicação da Entidade. Em 2019, considerando o grande volume de funcionários do BNB que se aposentaram por ocasião do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), o tema escolhido para o relançamento do programa Capef de Portas Abertas foi: “Empreendedorismo após os 50 anos”.



Antônio Leitão apresenta o tema Empreendedorismo após os 50 anos.

A palestra aconteceu no dia 28 de março e fez parte do programa “Capef De Portas Abertas”, que tem como propósito convidar Participantes para conhecerem a sede da Entidade e assistirem a palestras com temas específicos.

Responsável pela apresentação do tema, o Gerente Institucional do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon, Antônio Leitão, deu início à palestra afirmando que estamos vivendo atualmente a revolução da longevidade, na qual as pessoas estão vivendo por muito mais tempo e, por esse motivo, precisam estar preparadas.

Outra iniciativa da Capef que teve o intuito de fomentar a educação previdenciária do público-alvo foi a participação da Entidade na 6ª edição da Semana Nacional de Educação Financeira, realizada entre os dias 20 e 26 de maio de 2019.

A atuação da Entidade se deu por meio da realização de palestra, publicação de podcasts exclusivos, dicas de finanças e previdência nas redes sociais, lançamento de promoções alusivas ao tema e divulgação das demais ações realizadas pelo país.

No evento de lançamento, tivemos a realização da palestra com o tema “Seu Futuro é Feito de Escolhas”, promovida por José Edson Cunha Júnior, especialista em Previdência Complementar, que possui ampla experiência no assunto.

Ao longo da semana, a Capef lançou três podcasts com entrevistas exclusivas sobre Educação Financeira e Previdenciária, foram eles:

- **COMO TRANSFORMAR SONHOS EM OBJETIVOS**
Convidado: Reinaldo Domingos, educador financeiro.
- **SEU ORÇAMENTO NO AZUL**
Convidada: Maíra Cordeiro, escritora e educadora.
- **INVESTINDO COM SEGURANÇA**
Convidado: Marcos Miranda, Diretor de Invest. da Capef.



Clique para SABER MAIS

A Capef também lançou a Promoção “Protagonista do Futuro”, que teve o objetivo de trazer a seguinte reflexão para os pais participantes: como eles estariam preparando os filhos para o futuro?

A promoção, que se estendeu entre os meses de maio e agosto em comemoração ao dia das mães/pais, solicitava o compartilhamento de experiências que demonstrassem como as crianças podem ser protagonistas de suas próprias histórias, estimulando sempre a criatividade.

O resultado da campanha rendeu mais de 60 experiências compartilhadas e muita lição de vida, amor e planejamento. A promoção foi



encerrada com o lançamento do vídeo educativo “Como transformar nossas crianças em adultos empreendedores”, que contou com a colaboração da empreendedora Marília Teófilo, da startup Eduqhub.



CAPEF PARTICIPA DO PROGRAMA LIMIAR FINANÇAS

Representada pelo seu Diretor de Investimentos, Marcos Miranda, a Capef participou do Programa Limiar Finanças, realizado pelo Banco do Nordeste no mês de abril, com foco nos funcionários elegíveis ao Plano de Incentivo ao Desligamento (PID).

Na oportunidade, Marcos Miranda deu dicas em vídeo sobre o tema “Investimentos para a Aposentadoria”.



Marcos Miranda, Diretor de Administração e Investimentos da Capef em gravação de vídeo sobre investimentos para aposentadoria.

CAPEF ADERE AO CLUBE DE BENEFÍCIOS

Alinhada às práticas de mercado que têm o intuito de fidelizar os clientes, a Capef fechou uma parceria com a rede Conecta Soluções Associativas e com várias empresas regionais e nacionais para fornecimento de descontos exclusivos aos nossos associados.



Para ter acesso aos benefícios nos segmentos de educação, viagem, saúde, bem-estar e muitos outros, basta que o Participante apresente às empresas parceiras um documento que demonstre vínculo com a Capef, como por exemplo, a carteira de identificação digital.

APERFEIÇOAMENTO DO TIME

A Capef investe constantemente no aperfeiçoamento de seu time de profissionais, pois colaboradores qualificados e satisfeitos são fundamentais para oferecer serviços cada vez melhores.

Em 2019, a Capef investiu em treinamentos e incentivou os seus colaboradores a participarem de encontros, seminários e cursos, totalizando uma carga horária de treinamentos de aproximadamente 2.000 horas.

PERFIL DOS COLABORADORES - ESCOLARIDADE

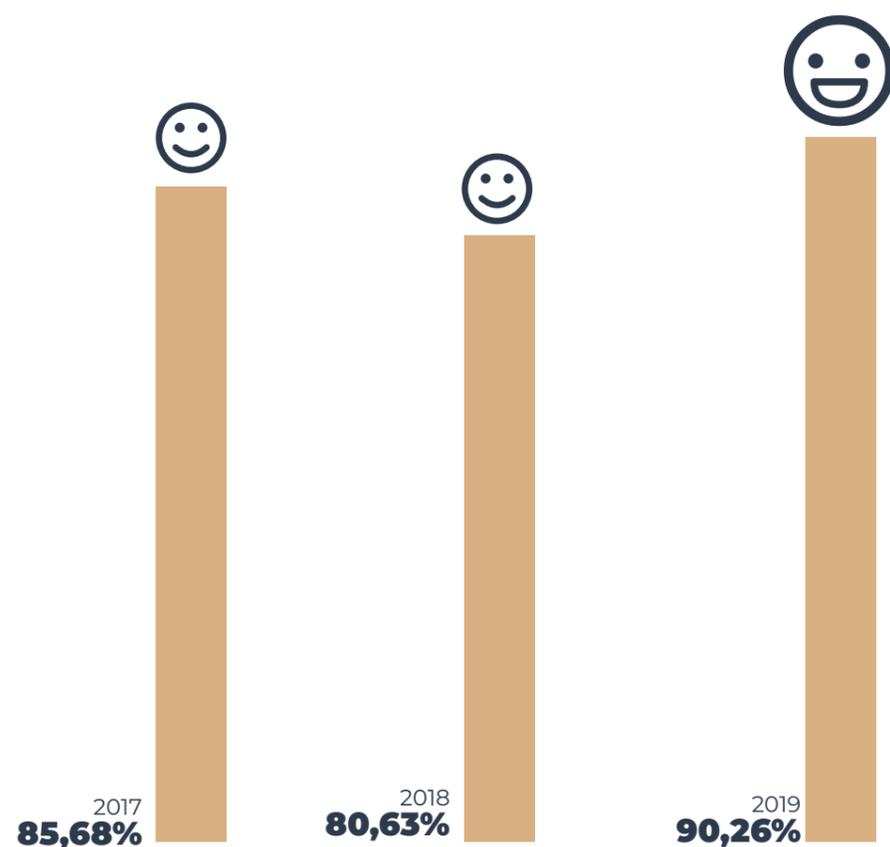
				
ESPEC. / MBA	10	8	18	
MESTRADO	3	1	4	
SUPERIOR COMPLETO	17	13	30	
SUPERIOR INCOMPLETO	2	7	9	
TOTAL	32	29	61	

PESQUISA DE SATISFAÇÃO: 90% DE APROVAÇÃO

E como não poderia ser diferente, o resultado de todo o trabalho realizado apareceu no índice de satisfação dos participantes, oriundo da pesquisa de 2019.

A média geral de aprovação entre todas as questões foi de 90,26%, superior aos resultados obtidos em 2018, de 80,63%, e 2017, de 85,68%. No total, 2.588 Participantes enviaram suas respostas, sendo 1.597 Ativos e 991 Assistedos.

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS ANOS 2017, 2018 E 2019:



CONFIRA TODO O RESULTADO DA PESQUISA REALIZADA EM 2019:

DIMENSÃO	QUESTÃO	MÉDIA GERAL
ADMINISTRAÇÃO	Administração do seu plano de previdência	93,55%
	Atual gestão da CAPEF, quanto à confiança e transparência	93,50%
PREVIDÊNCIA	Relevância do seu plano de previdência	95,82%
	Conhecimento sobre as regras e os benefícios do seu plano	77,41%
	Resolução das suas demandas junto à CAPEF	93,46%
	Atendimento	95,93%
RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO	Gestão de Investimentos	93,06%
	Empréstimos	89,48%
	Site	94,12%
	Aplicativo da CAPEF	91,30%
	Fanpage da CAPEF (facebook/capefnaweb)	89,51%
	Informativo Acontece	91,22%
	Informativo Resultados Capef (Mercado em Foco)	91,89%
	Extrato Individual do Plano CV I	94,41%
	Relatório Anual	92,64%
	Vídeos	89,29%
EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	Promoções, Campanhas e Eventos Presenciais	88,37%
	Capef EAD	89,19%
	Encontro com Participantes	85,31%
AVALIAÇÃO GERAL	Seminário de Investimentos	88,52%
	Plano BD	75,15%
	Plano CV I	91,33%
	Você recomendaria a Capef a seus colegas e familiares?	91,26%
MÉDIA GERAL		90,26%

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA E ATUARIAL

Conheça o perfil dos Planos Previdenciários e seus respectivos resultados atuariais.

DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DOS PARTICIPANTES

Os dois Planos, BD e CV I, possuem 12.439 Participantes, entre Ativos, Assistidos e Beneficiários de Pensão, segregados conforme o quadro a seguir:

PARTICIPANTES	BD	CV I	TOTAL
ATIVOS	1.271	5.675	6.946
ASSISTIDOS	5.186	307	5.493
APOSENTADOS	3.867	267	4.134
BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO	1.319	40	1.359
TOTAL	6.457	5.982	12.439*

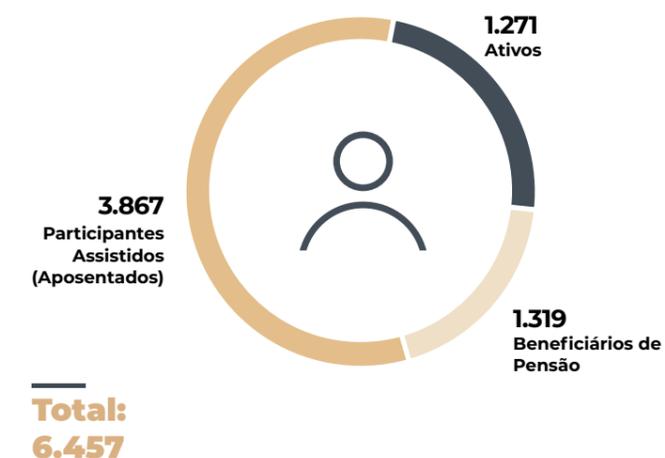
* Em 31/12/2019, registra-se 745 participantes associados aos dois Planos (BD e CV I).



PLANO BD

PERFIL DOS PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS

O quantitativo de Aposentados do Plano BD evidencia a maturidade do Plano com quantidade de Assistidos bem superior a de Participantes Ativos.



IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES POR PERFIL

PERFIL	IDADE MÉDIA	TOTAL
ATIVO	58 ANOS	1.271
ASSISTIDO	71 ANOS	3.867
BENEFICIÁRIO ASSISTIDO	73 ANOS	1.319

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2019, o Plano BD obteve o total de R\$ 172,88 milhões com as contribuições pagas por Participantes e Patrocinador.

PLANO BD R\$ 172.879.398,09



BENEFÍCIOS PAGOS

Em 2019, foram pagos R\$ 373,84 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos entre 50.022 pagamentos, com valor médio de R\$ 7.473,67. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 57,81 milhões, distribuídos em 16.241 pagamentos, com valor médio de R\$ 3.559,96.

BENEFÍCIOS PAGOS	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
Suplementação de Aposentadoria	50.022	373.847.879,30	7.473,67
Suplementação de Pensão	16.241	57.817.386,49	3.559,96
Total	66.263	431.665.265,79	6.514,42

Por ser um Plano maduro, observa-se que os benefícios pagos superam as receitas obtidas com as contribuições.

RESULTADO ATUARIAL

O Plano de Benefícios Definidos possuía, em 31/12/2019, R\$ 3,58 bilhões de recursos acumulados para fazer frente às obrigações do plano. Tais obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas para os benefícios concedidos em R\$ 3,04 bilhões e para os benefícios a conceder em R\$ 524,67 milhões, e são dimensionadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2019 foi de R\$ 21,07 milhões, portanto, o Plano BD apresenta superávit, conforme demonstrado a seguir:



Fonte: Balanço Atuarial do Plano BD
Posição: dez/2019

REDUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS ASSISTIDOS

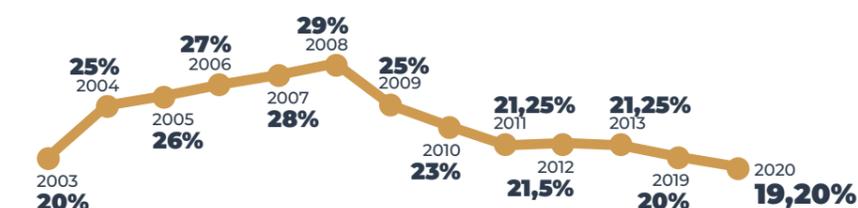
Diante da sequência de resultados positivos em anos anteriores, no início de 2019, o Conselho Deliberativo aprovou a redução da taxa

de contribuição dos Beneficiários Assistidos do Plano BD, que passou de 21,25% para 20%.

Ao longo do ano de 2019, os resultados não foram diferentes. Mais uma vez, o Plano BD superou sua meta de rentabilidade e permitiu nova redução da contribuição para 19,20%, aplicada a partir de janeiro de 2020.

Com essa medida, a taxa extraordinária chega ao seu menor nível desde 1986, o que representa uma conquista histórica para os associados vinculados ao Regulamento de 2003, que veem o Plano BD fortalecido, proporcionando melhorias ano a ano, de forma equilibrada.

HISTÓRICO DA REDUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLANO BD



PLANO CV I

PERFIL DOS PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS

O Plano CV I conta com um total de 5.761 Participantes e Beneficiários. Por ser um Plano relativamente novo, a grande maioria (96%) dos Participantes faz parte do grupo de Ativos.



IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES POR PERFIL

PERFIL	IDADE MÉDIA	TOTAL
ATIVO	39 ANOS	5.675
ASSISTIDO	62 ANOS	267
BENEFICIÁRIO ASSISTIDO	36 ANOS	40

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2019, o Plano CV I obteve o total de R\$ 127,55 milhões com as contribuições pagas de Participantes Ativos e Patrocinador.

PLANO CV I
R\$ 127.549.227,34  **R\$ 127.549.227,34**
 ATIVOS

BENEFÍCIOS PAGOS

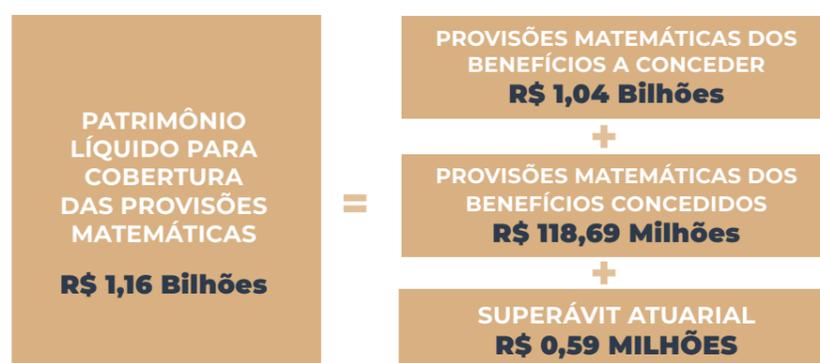
Em 2019, foram pagos R\$ 6.440 mil em benefícios de aposentadoria, distribuídos em 3.202 pagamentos, com valor médio de R\$ 2.011,38. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 537 mil, distribuídos em 341 pagamentos, com valor médio de R\$ 1.575,07.

BENEFÍCIOS PAGOS	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
Suplementação de Aposentadoria	3.202	6.440.440,82	2.011,38
Suplementação de Pensão	341	537.098,29	1.575,07
Total	3.543	6.977.539,11	1.969,39

RESULTADO ATUARIAL

O Plano de Contribuição Variável I possuía, em 31/12/2019, R\$ 1,16 bilhão de recursos acumulados para fazer frente às obrigações do plano. Tais obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas para os benefícios a conceder R\$ 1,04 bilhão e para os benefícios concedidos, R\$ 118,69 milhões.

As provisões matemáticas são dimensionadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder. O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2019 foi de R\$ 0,59 milhão, portanto, o Plano CV I apresenta superávit, conforme demonstrado a seguir:



Obs: Os Fundos Previdenciais do Plano totalizam R\$ 38,09 milhões (Fundo solvência R\$ 22,91 milhões e de Risco R\$ 15,18 milhões)

Fonte: Balanço Atuarial do Plano CVI
 Posição: dez/2019

REDUÇÃO DA TAXA DE SOLVÊNCIA

Com base em estudos de adequação da taxa de solvência do Plano CV I, taxa que garante o equilíbrio atuarial do Plano referente aos benefícios vitalícios, concedidos em regime mutualista, foi deliberada a sua redução de 1,4% para 0,7%, a partir de janeiro de 2020.

A evolução na maturidade do Plano, tendo em vista a sua modalidade de contribuição definida, possibilitou essa redução. Dessa forma, o Participante do Plano terá mensalmente 1,4 p.p. (0,7 p.p. da contribuição do Participante + 0,7 p.p. da contribuição do Patrocinador) a mais em sua conta individual. Ou seja, mais um motivo a ser celebrado pelos nossos Participantes!

REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS

Um dos assuntos mais debatidos no 26º Seminário de Investimentos e Benefícios foi o atual cenário de taxa de juros no Brasil. Após reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada em dezembro, a Selic (taxa básica de juros do país) foi reduzida mais uma vez, chegando a 4,5%, menor percentual já registrado na história.

Como reflexo em parte dessa queda da taxa de juros, o estudo de aderência realizado anualmente pela gestão da Capef apontou a necessidade da redução da taxa de juros (meta de rentabilidade) do Plano CV I, passando de 5,25% a.a. para 5% a.a a partir de janeiro de 2020.

A Referida medida tem como objetivo adequar as premissas do nosso Plano à realidade do país e ajustar a taxa de juros do Plano aos patamares praticados no mercado previdenciário.

Uma projeção de rentabilidade a uma taxa de juros menor significa uma redução no benefício projetado e/ou aumento do custeio.

Importante ressaltar que essa é apenas uma projeção de meta. No caso de o Plano obter um desempenho melhor do que o esperado, como já vem ocorrendo ao longo dos anos, tanto o benefício projetado quanto o custeio vão se adaptando aos resultados obtidos.

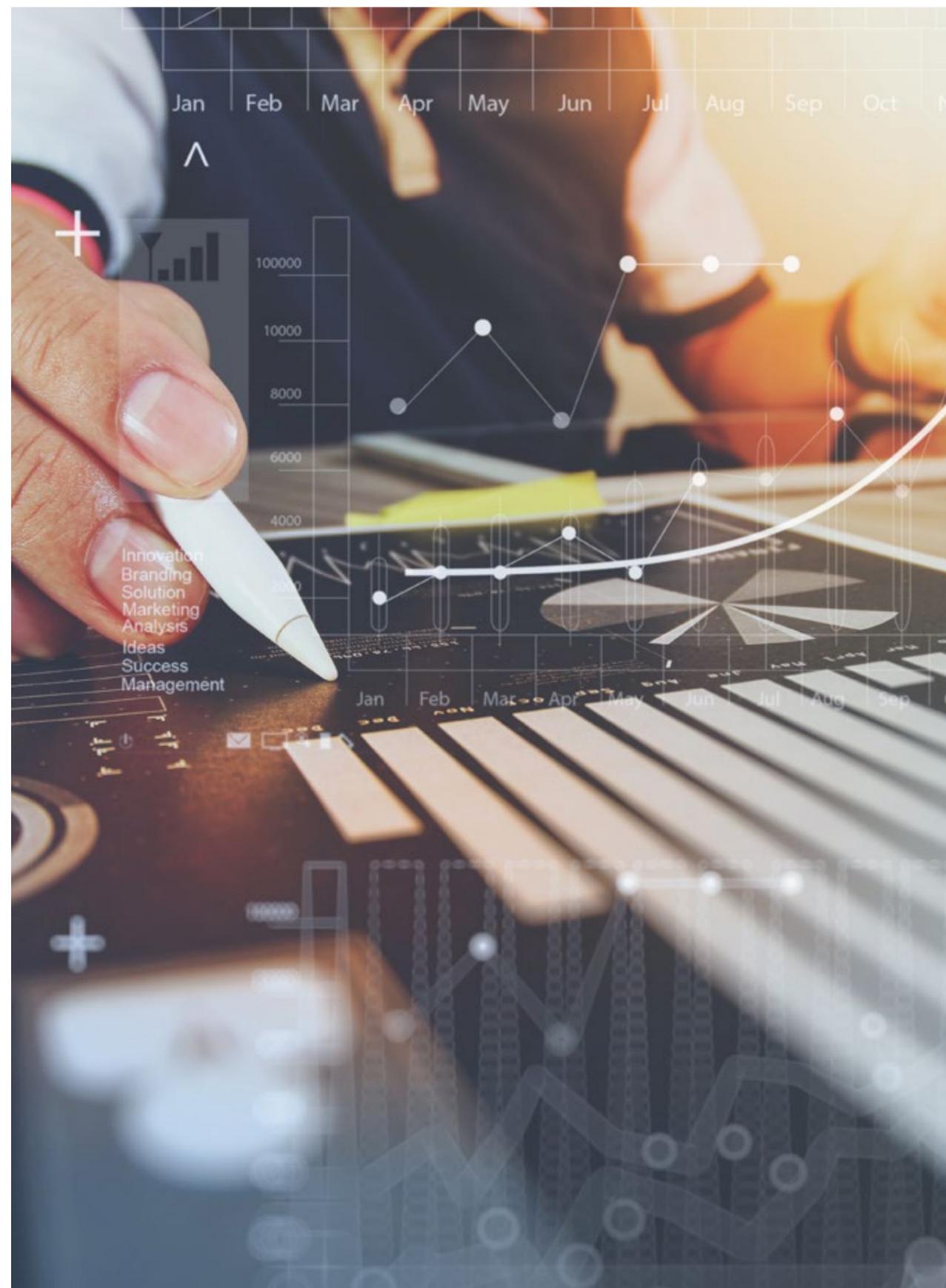
DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS

Conheça o desempenho dos investimentos dos Planos Previdenciários.

SUPERAÇÃO DAS METAS ATUARIAIS DOS PLANOS

A Cpef obteve resultados que merecem ser destacados: O Plano BD apresentou rentabilidade de 11,56%, frente a uma meta atuarial 10,23%; já o Plano CV I apresentou rentabilidade de 14,23% frente a uma meta de 9,78%.

Além da redução do percentual de contribuição dos Assistidos do Plano BD, os resultados positivos dos investimentos possibilitaram uma série de medidas comentadas ao longo deste Relatório, que beneficiarão os Participantes em 2020.



DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PLANO BD

O Plano BD encerrou o ano de 2019 com um total de investimentos de R\$ 3,74 bilhões. Para manter a liquidez e a rentabilidade necessárias à maturidade do Plano BD, a Cpef adota uma postura conservadora na aplicação dos recursos. No final do ano, os investimentos estavam assim distribuídos:

DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
Renda Fixa	3.269.240,38	87,39
Renda Variável	126.921,10	3,39
Imobiliário	259.705,87	6,94
Operações com Participantes	84.925,23	2,27
TOTAL	3.740.792,58	100,00

RENTABILIDADE

O Plano BD, em 2019, alcançou rentabilidade de 11,56%, acima da meta atuarial (INPC+5,50% a.a, equivalente a 10,23%). Dentre os segmentos de aplicação, o de Renda Variável foi o grande destaque, com retorno positivo de 71,84%, seguido pelo segmento de Renda Fixa com rentabilidade de 11,07%, conforme apresentado no quadro a seguir.

RENTABILIDADE	(%)
Renda Fixa	11,07
Renda Variável	71,84
Imobiliário	7,29
Operações com Participantes	9,98
TOTAL INVESTIMENTOS	11,56

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS (%)

No acumulado dos últimos cinco anos, a rentabilidade do Plano BD superou a meta atuarial em

10,25 p.p. Referida superação foi o que possibilitou a concessão de reajuste integral dos benefícios do Plano.

DESCRIÇÃO	2019	2018	2017	2016	2015	ACUM.
Rentabilidade Nominal	11,56	11,97	9,74	13,67	16,30	81,22
Meta Atuarial *	10,23	9,12	7,68	12,44	17,40	70,97
RESULTADO ACIMA/ ABAIXO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL	1,28	2,76	2,01	1,15	-0,99	-

*INPC+5,5%

Considerando os últimos cinco anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 6,73% a.a, calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

RENDA FIXA

Ao final de 2019, o segmento Renda Fixa apresentou rentabilidade de 11,07%, superior à meta atuarial em 0,84 p.p. Nesse segmento, estão alocados 87,39% dos recursos do Plano BD (R\$ 3.269,24 milhões), distribuídos da seguinte forma: Fundo de Investimento Exclusivo Renda Fixa (R\$ 2.730,19 milhões) administrado pelo BNB, em gestão compartilhada com a equipe da Capecf; um Fundo Exclusivo, Fortaleza Multimercado (R\$ 224,11 milhões) sob gestão da Capecf; quatro Fundos abertos, um administrado pelo BTG Pactual (R\$ 0,21 milhão), um administrado pelo Santander (R\$ 3,32 milhões) e dois sob gestão da Vinci Partners (R\$ 10,20 milhões); e uma parcela alocada em Títulos Públicos Federais (R\$ 301,21 milhões).

FI MULTIMERCADO

A Gestão Própria do Fundo Fortaleza Multimercado FI apresentou uma rentabilidade de 15,94% em 2019, superior à meta atuarial em 5,71 p.p. Na posição de 31/12/2019, o fundo possuía um patrimônio de R\$ 224,12 milhões, com a seguinte composição: 0,82% em Renda Variável (R\$ 1,83 milhões), 82,69% em ativos de Renda Fixa (R\$ 185,35 milhões) e 16,49% em Fundos Imobiliários (R\$ 36,94 milhões).

RENDA VARIÁVEL

A carteira de Renda Variável do Plano BD (R\$ 126,92 milhões) é composta atualmente por ações ordinárias do Banco do Nordeste (R\$ 25,85 milhões), por uma carteira composta por 10 ações pagadoras de dividendos (R\$ 36,18 milhões), por cotas dos fundos BOVA11 (R\$ 39,89 milhões) e SMAL (R\$ 24,70 milhões) e por provisões de dividendos a receber no valor de R\$ 0,30 milhão. As ações ordinárias do BNB são caracterizadas pela baixa liquidez na Bovespa. No ano, o resultado do segmento foi positivo em 71,84%, superior à meta atuarial em 61,61 p.p.

IMOBILIÁRIO

O segmento Imobiliário, com um patrimônio de R\$ 259,71 milhões, é composto por Fundos Imobiliários integrantes da Carteira Própria da Capecf, com patrimônio de R\$ 44,66 milhões e pela Carteira de Imóveis com um patrimônio de R\$ 215,05 milhões. Em 2019, o resultado do segmento foi de 7,29%, abaixo da meta atuarial devido performance da carteira de Imóveis de 3,31% no ano, conforme detalhamento a seguir.

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

O segmento de Investimentos Imobiliários, no qual estão alocados 5,75% dos recursos do Plano BD, alcançou uma rentabilidade de 3,31%, ficando abaixo, portanto, da meta atuarial de 10,23%. O principal fator que impactou no resultado foi o desfavorável cenário econômico nacional vivenciado, que atingiu diretamente o mercado imobiliário, prejudicando novas locações e pressionando as rescisões de contrato e renegociações para redução de valores de locação.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento de Operações com Participantes, no qual estão alocados 2,27% dos recursos do Plano BD, compreende os Empréstimos aos Participantes e os Financiamentos Imobiliários. Durante o exercício, o segmento alcançou rentabilidade de 9,98%, não superando a meta atuarial de 10,23%, impactado exclusivamente pela baixa rentabilidade da carteira de financiamento imobiliário, em que 91% dela está provisionado para perdas.

EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

No exercício de 2019, o Plano BD realizou 2.940 liberações de empréstimos. A carteira encerrou o ano com 10.925 contratos ativos, totalizando R\$ 77.518 mil, saldo líquido após o desconto de provisões de perdas.

Para garantia dos empréstimos concedidos, a Capecf mantém o fundo garantidor de empréstimo, com custeio pelos próprios mutuários, objetivando assegurar a quitação de dívidas nos casos de falecimento. Ao final de 2019, o fundo registrou saldo de R\$ 14.907 mil.

No Plano BD, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 10,76%, superando a meta atuarial (INPC + 5,50%) de 10,23%, em 0,53 p.p, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que acarretou despesa da ordem de R\$ 595,84 mil no período.

FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

A linha de Financiamento Imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo 37 contratos ativos, todos cobertos por apólice de seguro prestamista. Ao final de 2019, o valor total dos contratos, líquidos das provisões, correspondia a um montante de R\$ 6.909 mil, apresentando uma rentabilidade de -0,36%.

DIVERSIFICAÇÃO POR SEGMENTO E RENTABILIDADE PLANO BD

SEGMENTOS	2018			2019			POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	PARTICIPAÇÃO (%)	RENTABILIDADE (%)	DEZ (R\$ MIL)	PARTICIPAÇÃO (%)	RENTABILIDADE (%)	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	3.626.194,67	-	11,97	3.737.048,62	-	11,56	-
Total Investimentos	3.629.548,36	100,00	-	3.740.792,58	100,00	-	-
Renda Fixa	3.218.613,71	88,68	12,57	3.269.240,38	87,39	11,07	70 - 100
Renda Variável	38.699,53	1,07	17,56	126.921,10	3,39	71,84	0 - 5
Investimentos Estruturados	-	-	-	-	-	-	0 - 3
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-	-	0 - 2
Imobiliários	280.881,52	7,74	5,04	259.705,87	6,94	7,29	0 - 10
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII	19.047,72	0,52	2,66	44.659,60	1,19	43,71	-
Imóveis	261.833,80	7,21	5,18	215.046,28	5,75	3,31	-
Operações com Participantes	91.353,60	2,52	9,84	84.925,23	2,27	9,98	0 - 10
Empréstimos	84.382,21	2,32	11,08	77.988,68	2,08	10,76	-
Financiamentos Imobiliários	6.971,39	0,19	(5,31)	6.936,55	0,19	(0,36)	-
Disponível - Caixa	71,24	-	-	141,74	-	-	-
Outro realizáveis (Relacionados com Tributos)	1.051,32	-	-	778,89	-	-	-
Passivo de Investimentos	(1.520,34)	-	-	(1.498,23)	-	-	-
Contingência de Investimentos	(2.955,90)	-	-	(3.166,35)	-	-	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)	-	-	6,42	-	-	5,96	-
IBrX (Benchmark Renda Variável)	-	-	14,53	-	-	29,15	-
Meta Atuarial (INPC + 5,5% a.a.)	-	-	9,12	-	-	10,23	-

GESTÃO PRÓPRIA PLANO BD

TIPO DE GESTÃO	2019	
	DEZ - R\$ (MIL)	%
GESTÃO PRÓPRIA	887.631,74	23,73
Títulos Públicos	301.209,79	8,05
Ações + Dividendos a receber	62.338,38	1,67
Fundo Exclusivo	224.112,06	5,99
Imóveis	215.046,28	5,75
Operações com Participantes	84.925,23	2,27
GESTÃO TERCEIRIZADA	2.853.160,84	76,27
Fundo Exclusivo	2.730.194,08	72,98
Cotas de Fundos + Dividendos a receber	122.966,76	3,29
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	3.740.792,58	-

CUSTOS CARTEIRA PRÓPRIA PLANO BD

CUSTOS	R\$
Carteira Própria BD	407.682,13
CVM / CBLC	3.406,99
Custódia	60.522,77
Selic / Cetip	95.850,39
Corretagem / Emolumentos	247.901,98

GESTÃO TERCEIRIZADA PLANO BD

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	2.730.194,08	95,70	72,98	0,035
Supernova Capital	13.301,41	0,47	0,36	1,100
BTG Pactual Gestora de Recursos	208,64	0,01	0,01	0,251
Santander Brasil Asset Management	3.317,79	0,12	0,09	0,200
Brasil Plural	6.479,87	0,23	0,17	0,400
Rio Bravo Investimentos	6.787,20	0,24	0,18	0,800
	8.440,79	0,30	0,23	0,370
Kinea Investimentos	6.796,78	0,24	0,18	1,250
BlackRock Investimentos	39.887,08	1,40	1,07	0,300
	24.695,64	0,87	0,66	0,690
	8.225,53	0,29	0,22	0,055
Vinci Partners	1.972,50	0,07	0,05	0,840
	2.635,72	0,09	0,07	1,350
TOTAL	2.852.943,02	100,00	76,27	-

CUSTOS FUNDOS EXCLUSIVOS PLANO BD

CUSTOS	R\$
EMPRESARIAL	1.482.620,19
Taxa de administração	978.537,06
Custódia	279.582,04
Selic/Cetip	128.714,11
Auditoria	21.372,42
CVM / CBLC	67.666,24
ANBIMA	6.540,00
Outras Despesas	208,32
FORTALEZA MULTIMERCADO	290.525,58
Taxa de administração	133.698,27
Custódia	38.199,58
Selic/Cetip	35.221,15
Auditoria	5.036,06
CVM / CBLC	37.223,91
ANBIMA	4.650,00
Outras despesas	440,35
Corretagem/Emolumentos	36.056,26

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS PLANO BD

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO BD DA CAPEF	3.741.571.465,07
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	301.209.793,67
Notas Financeiras do Tesouro Nacional	301.209.793,67
AÇÕES	62.338.379,53
Instituições Financeiras	8.185.719,48
Companhias Abertas	27.996.280,00
Patrocinador(es)	25.858.462,77
Dividendos a receber	297.917,28
FUNDOS DE INVESTIMENTO	3.077.272.901,32
RENDA FIXA	2.743.918.528,88
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA	2.743.918.528,88
QFIF - RF (BNB RF Previdenciário Exclusivo)	2.730.194.080,18
QFIF - RF (BTG Pactual Capital Markets FI RF Crédito Privado)	208.637,17
QFIF - RF (Santander FIC FI Institucional)	3.317.788,92
QFIF - RF (Crédito Imobiliário - Vinci)	8.225.525,04
QFIF - RF (Crédito Imobiliário II - Vinci)	1.972.497,57
MULTIMERCADO	224.112.059,05
FUNDO FORTALEZA MULTIMERCADO	224.112.059,05
ÍNDICE DE MERCADO	64.582.718,00
COTAS DE FUNDOS ÍNDICE DE MERCADO	64.582.718,00
Ishares - BOVA11	39.887.078,00
Ishares - SMALL11	24.695.640,00
IMOBILIÁRIO	44.659.595,39
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO (FII)	44.441.776,91
Valor de Mercado - QFIIMOB1	31.174.707,24
Valor de Mercado - FAQFII	13.267.069,67
A Receber - FAQFII	217.818,48
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	215.046.278,68
Comerciais	211.564.150,60
Apartamentos Residenciais	241.937,31
Direitos Alienações de Imóveis	1.913.852,20
Outros (Direitos, Garagens, Galpões, ETC)	1.326.338,57
EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES	77.988.680,45
Empréstimos	77.988.680,45
FINANCIAMENTOS AOS PARTICIPANTES	6.936.546,28
Fin. Imobiliário	6.936.546,28
DEPÓSITO JUDICIAIS/RECURSAIS	279.226,35
Depósito Judicial	270.266,72
Depósito Recursal	8.959,63
OUTROS REALIZÁVEIS	499.658,79
Impostos a Compensar	10.377.812,18
Provisão para perda - Impostos a Compensar	(9.878.153,39)

CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2019

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A CAPEF mantém atualmente um contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus no valor de R\$ 1.000,00 por mês.

A CAPEF mantém atualmente também um contrato de prestação de serviços técnicos especializados de análise de mercado e de recomendações elaborados pelos analistas independentes da Eleven Financeira no valor de R\$ 1.049,00 por mês.

CUSTÓDIA

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa Previdenciário Exclusivo é de 0,01%. Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,015%.

AUDITORIA

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DEVOUÇÃO DE CORRETAGEM

Taxa de gestão e administração dos Fundos de Investimento: 0,035% a.a. à 1,35% a.a.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL

GESTOR

Marcos José Rodrigues Miranda

E-MAIL

marcos.miranda@capef.com.br

TELEFONE

(85) 4008-5813

DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PLANO CV I

O Plano CV I encerrou o ano com patrimônio de investimentos de R\$ 1,2 bilhão. No quadro a seguir, apresentamos a distribuição dos investimentos do Plano CV I.

DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
Renda Fixa	866.856,43	72,43
Renda Variável	111.273,81	9,30
Imobiliário	91.975,83	7,68
Investimentos no Exterior	9.427,09	0,79
Estruturado	52.529,60	4,39
Operações com Participantes	64.797,97	5,41
TOTAL	1.196.860,74	100,00

RENTABILIDADE

O Plano CV I obteve rentabilidade de 14,23%, enquanto a meta atuarial (IPCA+5,25%) no mesmo período foi de 9,78%. Dentre os segmentos de aplicação, o Imobiliário foi o destaque com uma performance positiva de 48,12%, seguido pelo segmento de Renda Variável com um retorno de 42,08%. Conforme apresentado no quadro a seguir:

RENTABILIDADE	(%)
Renda Fixa	10,08
Renda Variável	42,08
Imobiliário	48,12
Investimentos no Exterior	25,06
Estruturado ¹	1,36
Operações com Participantes	10,51
TOTAL	14,23

(1) Início da aplicação: 26/11/2019

A tabela seguinte demonstra a rentabilidade do Plano CV I nos últimos 5 anos. Observa-se que, ao longo desse período, o Plano CV I superou a sua meta atuarial em todos os anos, com exceção de 2015, que apresentou retorno de 99,52% da meta atuarial.

DESCRIÇÃO	2019	2018	2017	2016	2015	ACUM.
Rentabilidade Nominal	14,23	12,75	10,03	13,86	16,68	88,26
Meta Atuarial *	9,78	9,19	8,61	12,14	16,76	70,47
RESULTADO ACIMA/ ABAIXO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL	4,26	3,42	1,377	1,62	-0,07	-

(*) meta atuaria era IPCA+5,25 em 2019 e IPCA+5,5 demais anos

RENDA FIXA

Ao final de 2019, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 10,08% superando a meta atuarial em 0,30 ponto percentual. Na carteira de Renda Fixa estão alocados 72,43% dos recursos do Plano CV I. O segmento é composto por Títulos Públicos Federais, fundos de Renda Fixa, debêntures e letras financeiras.

RENDA VARIÁVEL

A carteira de Renda Variável do Plano CV I apresentou uma rentabilidade de 42,08% em 2019, superando o IBRX50 em 12,93 p.p e a meta atuarial em 32,30 p.p. O segmento representa 9,30% do total dos investimentos do plano, composto por uma carteira contendo nove ações pagadoras de dividendos e por sete fundos de ações abertos, administrados por gestores externos.

IMOBILIÁRIO

O segmento imobiliário é composto por Fundos Imobiliários. A performance do segmento foi de 48,12%, superior ao desempenho do índice que referencia os fundos imobiliários na bolsa em 12,14 p.p e superior a meta atuarial em 38,34 p.p.

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

O segmento é composto por um fundo multimercado, administrado pela Western Asset, que acompanha a performance de ativos negociados nos mercados externos. Em 2019, a rentabilidade do segmento foi de 25,06%, superior à meta atuarial do Plano em 15,28 p.p.

ESTRUTURADO

O segmento é composto por fundos classificados como multimercados. A carteira é composta por quatro fundos geridos por gestores independentes: Captalys (R\$ 25,29 milhões), Vinci Partners (R\$ 7,07 milhões), Ibiuna Investimentos (R\$ 10,17 milhões) e Absolute Investimentos (R\$ 10,00 milhões). A performance do segmento foi de 1,36% no ano. Vale salientar que o início das aplicações no referido segmento se deu ao final do ano de 2019, mais precisamente em 26/11/2019.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento de Operações com Participantes, no qual estão alocados 5,41% dos recursos do Plano CV I, é composto somente por Empréstimos aos Participantes. Durante o exercício de 2019, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 10,51%, superando a meta atuarial em 0,73 p.p, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, no qual acarretou despesas da ordem de R\$ 685,05 mil no período.

No exercício de 2019, o Plano CV I realizou 5.274 liberações na linha EAP 2012- CV, encerrando o ano com 13.793 contratos ativos, no valor de R\$ 64.798 mil (saldo líquido após o desconto de provisões de perdas). A carteira, em sua totalidade, é remunerada pela variação do IPCA. Para garantir a liquidação da dívida nos casos de falecimento, foi constituído o Fundo Garantidor de Empréstimo, com adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Ao final de 2019, o saldo do fundo importava na quantia de R\$ 1.219 mil.

DIVERSIFICAÇÃO POR SEGMENTO E RENTABILIDADE PLANO CV I

SEGMENTOS	2018			2019			(% POLÍTI- CA DE IN- VESTIMEN- TOS (INTERVA- LOS)
	DEZ (R\$ MIL)	PARTICI- PAÇÃO (%)	RENTA- BILIDA- DE (%)	DEZ (R\$ MIL)	PARTI- CIPA- ÇÃO (%)	RENTA- BILIDA- DE (%)	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	943.879,22	-	12,75	1.196.917,64	-	14,23	-
Total Investimentos	943.880,71	100,00	-	1.196.860,74	100,00	-	-
Renda Fixa	797.881,95	84,53	13,80	866.856,43	72,43	10,08	62 - 100
Renda Variável	45.346,08	4,80	4,68	111.273,81	9,30	42,08	0 - 10
Investimentos Estruturados	-	-	-	52.529,60	4,39	1,36	0 - 5
Investimentos no Exterior	12.238,99	1,30	1,49	9.427,09	0,79	25,06	0 - 5
Imobiliário	32.867,62	3,48	6,50	91.975,83	7,68	48,12	0 - 8
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII	32.867,62	3,48	6,50	91.975,83	7,68	48,12	
Operações com Participantes	55.546,08	5,88	10,95	64.797,97	5,41	10,51	0 - 10
Disponível - Caixa	36,16	-	-	115,80	-	-	-
Passivo Investimentos	(37,66)	-	-	(58,90)	-	-	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)	-	-	6,42	-	-	5,96	-
IBrX (Benchmark Renda Variável)	-	-	14,53	-	-	29,15	-
Meta Atuarial (IPCA + 5,25% a.a.)	-	-	9,19	-	-	9,78	-

GESTÃO PRÓPRIA PLANO CV I

TIPO DE GESTÃO	DEZ/2019 R\$ (MIL)	%
GESTÃO PRÓPRIA	870.779,49	72,76
Títulos Públicos	707.224,64	59,09
Títulos Privados	85.914,21	7,18
Ações + Dividendos a receber	12.842,67	1,07
Operações com Participantes	64.797,97	5,41
GESTÃO TERCEIRIZADA	326.081,25	27,24
Cotas de Fundos	326.081,25	27,24
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	1.196.860,74	-

CUSTOS DA CARTEIRA PRÓPRIA PLANO CV I

CUSTOS	R\$
CARTEIRA PRÓPRIA CV	438.246,46
Custódia	145.938,10
Selic/Cetip	42.413,54
CVM / CBLC	3.165,28
Corretagem/Emolumentos	246.729,54

GESTÃO TERCEIRIZADA PLANO CV I

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	2.114,68	0,65	0,18	0,350
Santander Brasil Asset Management	56.685,70	17,38	4,74	0,200
Caixa Econômica Federal	115,39	0,04	0,01	0,200
	8.226,83	2,52	0,69	0,055
Vinci Partners	6.574,99	2,02	0,55	0,840
	19.046,14	5,84	1,59	1,350
	7.070,59	2,17	0,59	0,960
Neo Investimentos	12.388,05	3,80	1,04	1,300
BNP Paribas Asset Management	5.333,62	1,64	0,45	2,000
Bradesco Asset Management	4.944,05	1,52	0,41	1,500
Itaú Unibanco	7.897,06	2,42	0,66	2,500
Constância Investimentos	6.831,58	2,10	0,57	2,000
BlackRock Investimentos	42.246,27	12,96	3,53	0,300
	18.790,52	5,76	1,57	0,690
Western Asset	9.410,42	2,89	0,79	0,100
	2.046,26	0,63	0,17	0,800
Rio Bravo Investimentos	6.029,35	1,85	0,50	0,370
	7.852,43	2,41	0,66	0,700
	3.486,98	1,07	0,29	0,350
Kinea Investimentos	6.796,78	2,08	0,57	1,250
TG Core Asset	8.059,47	2,47	0,67	0,120
	802,82	0,25	0,07	0,400
Brasil Plural	6.201,96	1,90	0,52	0,500
Supernova Capital	17.858,78	5,48	1,49	1,100
	3.604,74	1,11	0,30	0,600
Credit Suisse Hedging-Griffo	3.758,24	1,15	0,31	1,000
XP Vista Asset Management	6.431,88	1,97	0,54	0,750
Captalys	25.291,28	7,76	2,11	2,000
Ibiuna Investimentos	10.165,94	3,12	0,85	1,960
Absolute Investimentos	10.001,79	3,07	0,84	2,000
TOTAL	326.064,57	100,00	27,24	-

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS PLANO CV I

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO CV I DA CAPEF	1.196.860.735,08
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	707.224.644,24
NOTAS DO TESOURO NACIONAL	685.660.352,03
Valor Atualizado - NTN-B	685.660.352,03
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO	21.564.292,21
Valor Atualizado - LFT	21.564.292,21
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	85.914.205,28
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	72.691.053,30
LETRAS FINANCEIRAS SUBORDINADAS	72.691.053,30
Aplicação em LFSN	72.691.053,30
COMPANHIAS ABERTAS	13.223.151,98
DEBÊNTURES	13.223.151,98
Valor Atualizado - Debêntures Cias. Abertas	13.223.151,98
AÇÕES	12.842.666,74
Intituições Financeiras	999.405,00
Companhias Abertas/Intituições Financeiras	11.640.436,00
A receber Dividendos/ Juros Cap.	202.825,74
FUNDOS DE INVESTIMENTO	326.081.245,05
RENDA FIXA	73.717.578,83
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA	73.717.578,83
BNB FIC FI Institucional DI	2.114.679,41
Vinci Crédito Imobiliário - QFIF - RF	8.226.827,85
Vinci Crédito Imobiliário II - QFIF - RF	6.574.990,44
Santander FIC FI Institucional Ref DI	56.685.695,88
Caixa Brasil FI RF Ref. DI	115.385,25
RENDA VARIÁVEL	37.394.361,00
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA VARIÁVEL	37.394.361,00
BNP Paribas Action	5.333.623,20
Bradesco Dividendos FIA	4.944.045,27
Neo Navitas FIC FIA	12.388.049,73
Itaú Institucional Phoenix FI	7.897.062,17
Constância Fundamento FIA	6.831.580,63
MULTIMERCADO - INVESTIMENTO NO EXTERIOR	9.427.094,39
Western Asset Macro Opportunities FI Multimercado - IE	9.410.417,50
A Receber Investimentos no Exterior	16.676,89
ÍNDICE DE MERCADO	61.036.783,10
COTAS DE FUNDOS ÍNDICE DE MERCADO	61.036.783,10
Ishares - BOVA11	42.246.266,30
Ishares - SMAL11	18.790.516,80
IMOBILIÁRIO	91.975.825,89
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	91.975.825,89
Valor de Mercado - QFIIMOB	89.126.744,28
Valor de Mercado - FAQFII	2.849.081,61
ESTRUTURADO	52.529.601,84
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO ESTRUTURADO	52.529.601,84
Captalys Orion FIM	25.291.280,08
Vinci Valorem FIM	7.070.590,40
Ibiuna Hedge FIM	10.165.937,04
Absolute Vertex II FIM	10.001.794,32
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	64.797.973,77
Empréstimos	64.797.973,77

CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2019

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A CAPEF mantém atualmente um contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus no valor de R\$ 1.000,00 por mês.

A CAPEF mantém atualmente também um contrato de prestação de serviços técnicos especializados de análise de mercado e de recomendações elaborados pelos analistas independentes da Eleven Financeira no valor de R\$ 1.049,00 por mês.

CUSTÓDIA

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,015%.

AUDITORIA

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE CORRETAGEM

Taxa de gestão e administração de Fundo do Investimento: 0,055% a.a. à 2,50% a.a.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL

GESTOR

Marcos José Rodrigues Miranda

E-MAIL

marcos.miranda@capef.com.br

TELEFONE

(85) 4008-5813

DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

O PGA é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com maior detalhamento das despesas administrativas. Referido plano é responsável pela gestão administrativa da Entidade e conta com regulamento próprio, conferindo-lhe maior transparência.

Em decorrência de suas características, 98,14% dos recursos do PGA estão alocados no Fundo de Investimento de Renda Fixa Previdenciário Exclusivo e 1,86% em um imóvel sede da Entidade. Em 31/12/2019, o PGA acumulava investimentos totais de R\$ 84,80 milhões.

DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
Renda Fixa	83.222,34	98,14
Imobiliário	1.573,76	1,86
TOTAL	84.796,10	100,00

RENTABILIDADE	(%)
Renda Fixa	10,80
Imobiliário	8,63
TOTAL	10,76

DIVERSIFICAÇÃO POR SEGMENTO E RENTABILIDADE - PLANO PGA

SEGMENTOS	2018			2019			POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	PARTICIPAÇÃO (%)	RENTABILIDADE (%)	DEZ (R\$ MIL)	PARTICIPAÇÃO (%)	RENTABILIDADE (%)	
Total Investimentos	72.403,34	100,00	12,54	84.796,10	100,00	10,76	-
Renda Fixa	70.962,76	98,01	12,88	83.222,34	98,14	10,80	92 - 100
Imobiliário	1.440,58	1,99	(1,64)	1.573,76	1,86	8,63	0 - 8

CUSTOS GESTÃO PRÓPRIA - PLANO PGA

TIPO DE GESTÃO	DEZ/2019 R\$ (MIL)	%
GESTÃO PRÓPRIA	1.573,76	1,86
Imóveis	1.573,76	1,86
GESTÃO TERCEIRIZADA	83.222,34	98,14
Fundo Exclusivo	83.222,34	98,14
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	84.796,10	-

GESTÃO TERCEIRIZADA - PLANO PGA

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	83.222,34	100,00	98,14	0,035
TOTAL	83.222,34	-	-	-

DEMOSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS – PLANO PGA

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PGA DA CAPEF	84.796.103,30
FUNDO DE INVESTIMENTO	83.222.339,02
RENDA FIXA	83.222.339,02
Cotas de Fundos Investimento Renda Fixa	83.222.339,02
INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	1.573.764,28
Aluguéis e Renda	1.573.764,28

CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2019

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A CAPEF mantém atualmente um contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus no valor de R\$ 1.000,00 por mês.

A CAPEF mantém atualmente também um contrato de prestação de serviços técnicos especializados de análise de mercado e de recomendações elaborados pelos analistas independentes da Eleven Financeira no valor de R\$ 1.049,00 por mês.

CUSTÓDIA

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa Previdenciário Exclusivo é de 0,01%.

AUDITORIA

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DEVOUÇÃO DE CORRETAGEM

Taxa de gestão e administração do Fundo de Investimento em Renda Fixa: 0,035% a.a.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL

GESTOR

Marcos José Rodrigues Miranda

E-MAIL

marcos.miranda@capef.com.br

TELEFONE

(85) 4008-5813

RESUMO DOS INVESTIMENTOS PATRIMÔNIO CONSOLIDADO

SEGMENTOS	2018		2019		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	
Total dos Recursos da Entidade	4.642.477,22		5.018.762,37		
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - BD	3.626.194,67	-	3.737.048,62	-	-
Total Investimentos	3.629.548,36	100,00	3.740.792,58	100,00	-
Renda Fixa	3.218.613,71	88,68	3.269.240,38	87,39	70 - 100
Renda Variável	38.699,53	1,07	126.921,10	3,39	0 - 5
Investimentos Estruturados	-	-	-	-	0 - 3
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 2
Imobiliários	280.881,52	7,74	259.705,87	6,94	0 - 10
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII	19.047,72	0,52	44.659,60	1,19	0
Imóveis	261.833,80	7,21	215.046,28	5,75	0
Operações com Participantes	91.353,60	2,52	84.925,23	2,27	0 - 10
Empréstimos	84.382,21	2,32	77.988,68	2,08	-
Financiamentos Imobiliários	6.971,39	0,19	6.936,55	0,19	-
Disponível - Caixa	71,24	-	141,74	-	-
Outro realizáveis (Relacionados com Tributos)	1.051,32	-	778,89	-	-
Passivo de Investimentos	(1.520,34)	-	(1.498,23)	-	-
Contingência de Investimentos	(2.955,90)	-	(3.166,35)	-	-
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - CV	943.879,22	-	1.196.917,64	-	-
Total Investimentos	943.880,71	100,00	1.196.860,74	100,00	-
Renda Fixa	797.881,95	84,53	866.856,43	72,43	62 - 100
Renda Variável	45.346,08	4,80	111.273,81	9,30	0 - 10
Investimentos Estruturados	-	-	52.529,60	4,39	0 - 5
Investimentos no Exterior	12.238,99	1,30	9.427,09	0,79	0 - 5
Imobiliário	32.867,62	3,48	91.975,83	7,68	0 - 8
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII	32.867,62	3,48	91.975,83	7,68	0
Operações com Participantes	55.546,08	5,88	64.797,97	5,41	0 - 10
Disponível - Caixa	36,16	-	115,80	-	-
Passivo Investimentos	(37,66)	-	(58,90)	-	-
Total Investimentos - PGA	72.403,34	100,00	84.796,10	100,00	-
Renda Fixa	70.962,76	98,01	83.222,34	98,14	92 - 100
Imobiliário	1.440,58	1,99	1.573,76	1,86	0 - 8

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Saiba como cuidamos do seu patrimônio e pensamos na sustentabilidade do nosso negócio.

Para alcançar a diretriz estratégica de racionalização das despesas administrativas, a Capef adota diversos indicadores de eficiência operacional, os quais são periodicamente comparados aos benchmarks do segmento.

Os indicadores de gestão das despesas, como por exemplo, variação orçamentária, índice de cobertura das despesas administrativas, custo administrativo mensal por participante, dentre outros, apresentam desempenho superior à meta estabelecida. O custo administrativo anual por participantes, por exemplo, vem mantendo o mesmo patamar nos últimos seis anos e, quando comparado aos demais fundos de pensão, encontra-se em nível inferior à média do mercado.



ORÇAMENTO ADMINISTRATIVO

Com base na análise dos controles da execução orçamentária, ao término do exercício de 2019, o valor efetivamente recebido de custeio administrativo foi superior à previsão orçamentária em 6,94%, enquanto as despesas administrativas ficaram abaixo 5,60% do valor orçado para o período. Em 2019, o orçamento previsto de despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, foi de R\$ 16.629 mil (R\$ 16.268 mil, em 2018) e foram utilizados R\$ 15.698 mil (R\$ 15.799 mil, em 2018), de forma que a variação entre a previsão e a despesa administrativa efetivamente realizada foi de R\$ 931 mil. Esse resultado traduz o esforço de economia de todas as áreas da Capef.

LIMITE PARA COBERTURA DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

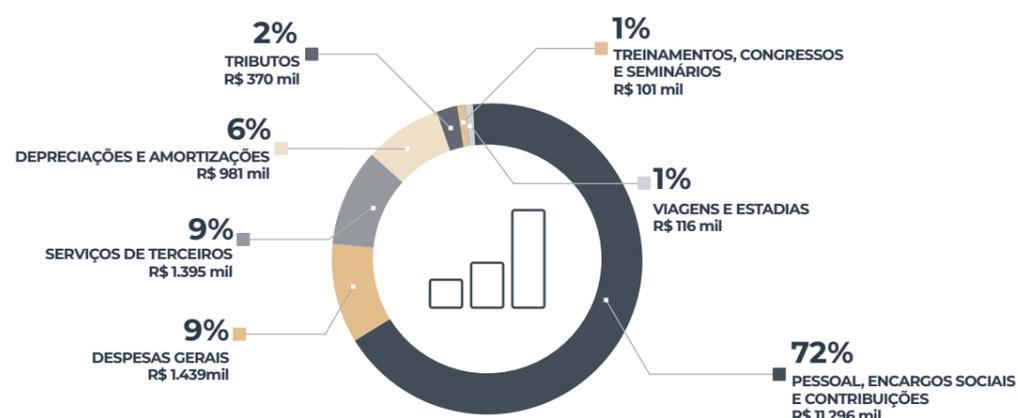
O valor arrecadado para custear as despesas administrativas totalizou em 2019 R\$ 21.256 mil (R\$ 20.079 mil, em 2018), que correspondeu a 0,43% dos RGPB*, (0,44% em 2018), conforme detalhamento no quadro abaixo.

	<i>R\$ Mil</i>	
PLANOS DE BENEFÍCIOS	2019	2018
PLANO BD	13.831	14.065
PLANO CV I	7.425	6.014
CONSOLIDADO	21.256	20.079
Percentual dos RGPB	0,43%	0,44%
LIMITE (1% RGPB)	49.340	45.701

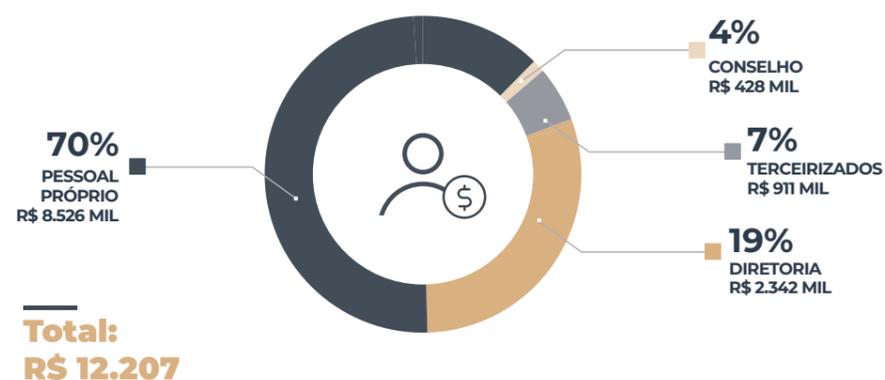
* Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB)

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE 2019

As despesas administrativas da Entidade são classificadas em grupos, conforme estabelecido pela PREVIC, e os maiores gastos são com Pessoal e Encargos, Despesas Gerais e Serviços de Terceiros.



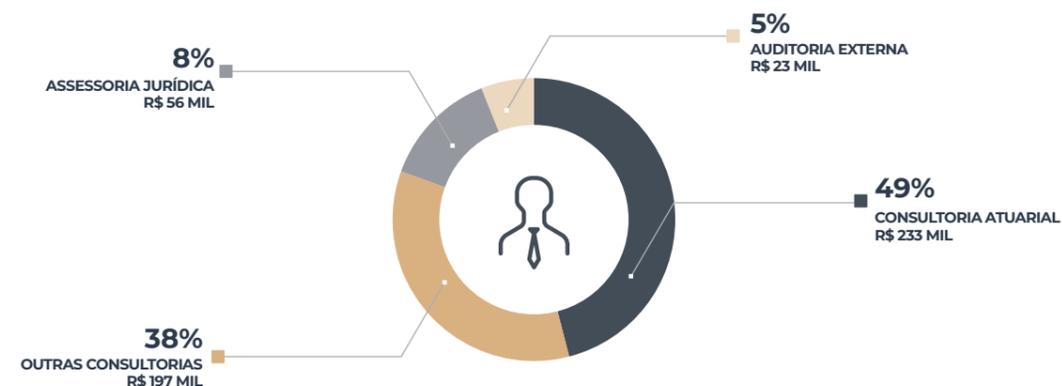
O gráfico a seguir demonstra a distribuição das despesas com Pessoal da Caepf discriminadas em despesas com Diretoria, Conselhos, Pessoal Próprio e Terceirizados.



O grupamento Serviços de Terceiros é composto pelas despesas com serviços terceirizados de pessoas físicas e jurídicas. Apresentamos, a seguir, os valores gastos pela entidade com Consultoria Atuarial, Auditoria Independente, contratada para auditar as Demonstrações Contábeis da Entidade, despesas com Assessoria Jurídica, para de-

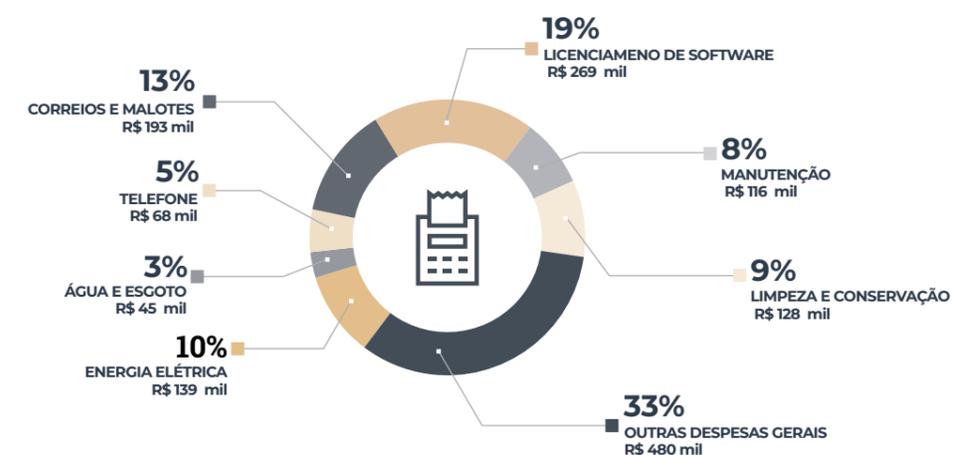
fesa em processos judiciais e Outras Consultorias contratadas pela Caepf, em que podemos destacar as Consultorias de Investimentos.

SERVIÇOS DE TERCEIROS



Os valores mais representativos do grupo Despesas Gerais referem-se aos gastos com energia elétrica, água e esgoto, telefone, envio de correspondências, licenças de uso de sistemas, limpeza e manutenção, que juntos totalizaram 67% do grupo.

DESPESAS GERAIS



FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é constituído pelo valor transferido de custeio dos planos de benefícios, somado ao resultado dos investimentos administrativos e outras receitas, subtraído dos gastos operacionais de funcionamento da Entidade e de contingências administrativas.

Em 2019, o Fundo encerrou com um saldo de R\$ 95.618 mil, conforme apresentado na tabela abaixo:

R\$ Mil

	R\$ Mil
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	82.077
(+) Resultado dos Investimentos Administrativos	7.951
(+) Custeio dos planos de benefícios	21.256
(+) Outras receitas administrativas	1.420
(-) Despesas Administrativas	15.698
(-) Contingências	1.388
Saldo Final do Fundo Administrativo	95.618

O controle de despesas, com a estipulação de metas, o êxito nas negociações de contratos com fornecedores e a busca contínua da eficiência operacional permanecerão como pontos de atenção por parte da gestão, de forma a preservar a solvência do fundo administrativo da Capef.

PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO

A Resolução CGPC Nº 29, de 31 de Agosto de 2009, estabeleceu no seu artigo 12º que o Conselho Fiscal deve acompanhar e controlar os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto ao limite e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19 da Resolução nº 13, de 2004.

INDICADORES QUANTITATIVOS

Em 2019, a Capef atingiu as metas dos indicadores de gestão das despesas administrativas estipuladas para o ano, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ Mil

INDICADORES	META	REALIZADO
Varição Orçamentária ⁽¹⁾	(+) (-)10%	-5,60%
Custo Médio de Administração por Participante ⁽²⁾	R\$ 1.355,90	R\$ 1.261,96
Taxa de Administração ⁽³⁾	0,3345%	0,3182%
Taxa de Carregamento ⁽⁴⁾	2,2097%	2,0606%
Índice de Cobertura das Despesas Administrativas ⁽⁵⁾	1,20	1,35

(1) Mede a variação do saldo realizado em relação ao saldo orçado das contas do PGA;

(2) Representa o custo total médio para administrar os benefícios de cada Participante;

(3) Corresponde à relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores (RGPB);

(4) Corresponde à relação das despesas administrativas pelo fluxo previdencial (soma das contribuições e benefícios) da Entidade;

(5) Equivale à relação das fontes de custeio sobre as despesas administrativas.

Em resumo, o quadro acima evidencia o controle nos gastos administrativos da Entidade, graças a adoção de estratégias eficazes, como: o resultado positivo da campanha de adesão ao Plano CV I, gestão eficaz dos investimentos, campanha de incentivo à aportes extras ao Plano, além da otimização das despesas com pessoal da Entidade.

INDICADORES QUALITATIVOS

Segue no quadro abaixo, os indicadores Qualitativos de Gestão das Despesas Administrativas.

R\$ Mil

INDICADORES	META	REALIZADO
Cumprimento do calendário de obrigações legais ⁽¹⁾	100%	100%
Percentual de profissionais certificados ⁽²⁾	100%	100%
Cumprimento do PDI ⁽³⁾	70%	108%

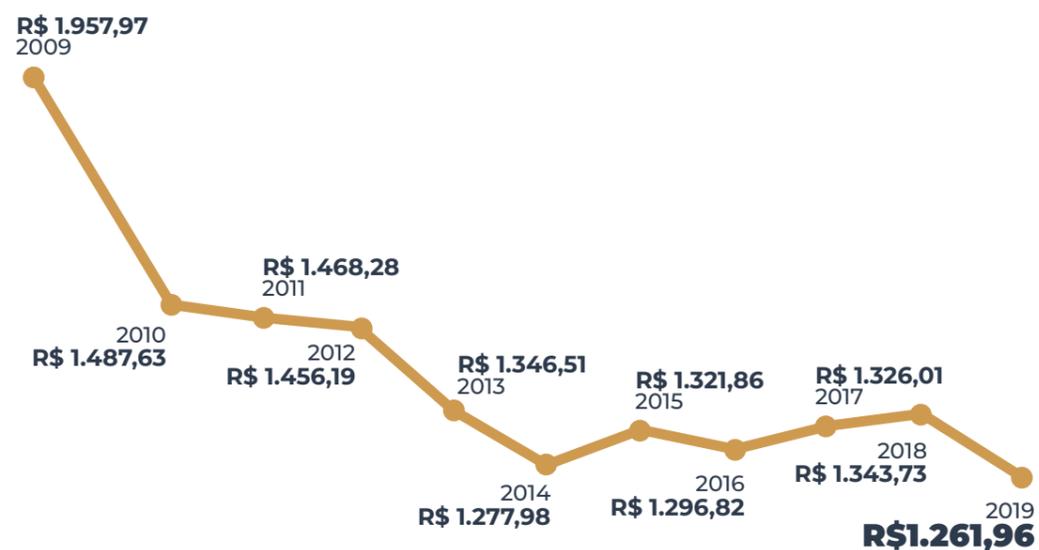
(1) Quantidade de obrigações legais cumpridas no prazo em relação à totalidade das obrigações do período.

(2) Relação entre a quantidade de profissionais certificados e a quantidade de profissionais com obrigatoriedade de certificação.

(3) Plano de Desenvolvimento Individual: Mede a relação entre as ações de treinamento realizadas e o total de ações previstas no PDI dos funcionários da Entidade no período.

CUSTO MÉDIO DE ADMINISTRAÇÃO POR PARTICIPANTE

Os resultados dos indicadores de gestão administrativa da Capef, apresentados no quadro anterior, comprovam a eficiência na administração dos recursos. Dentre esses indicadores, merece destaque o Custo Administrativo por Participante, que em 2019, apresentou o menor patamar dos últimos seis anos, conforme demonstra o gráfico a seguir.

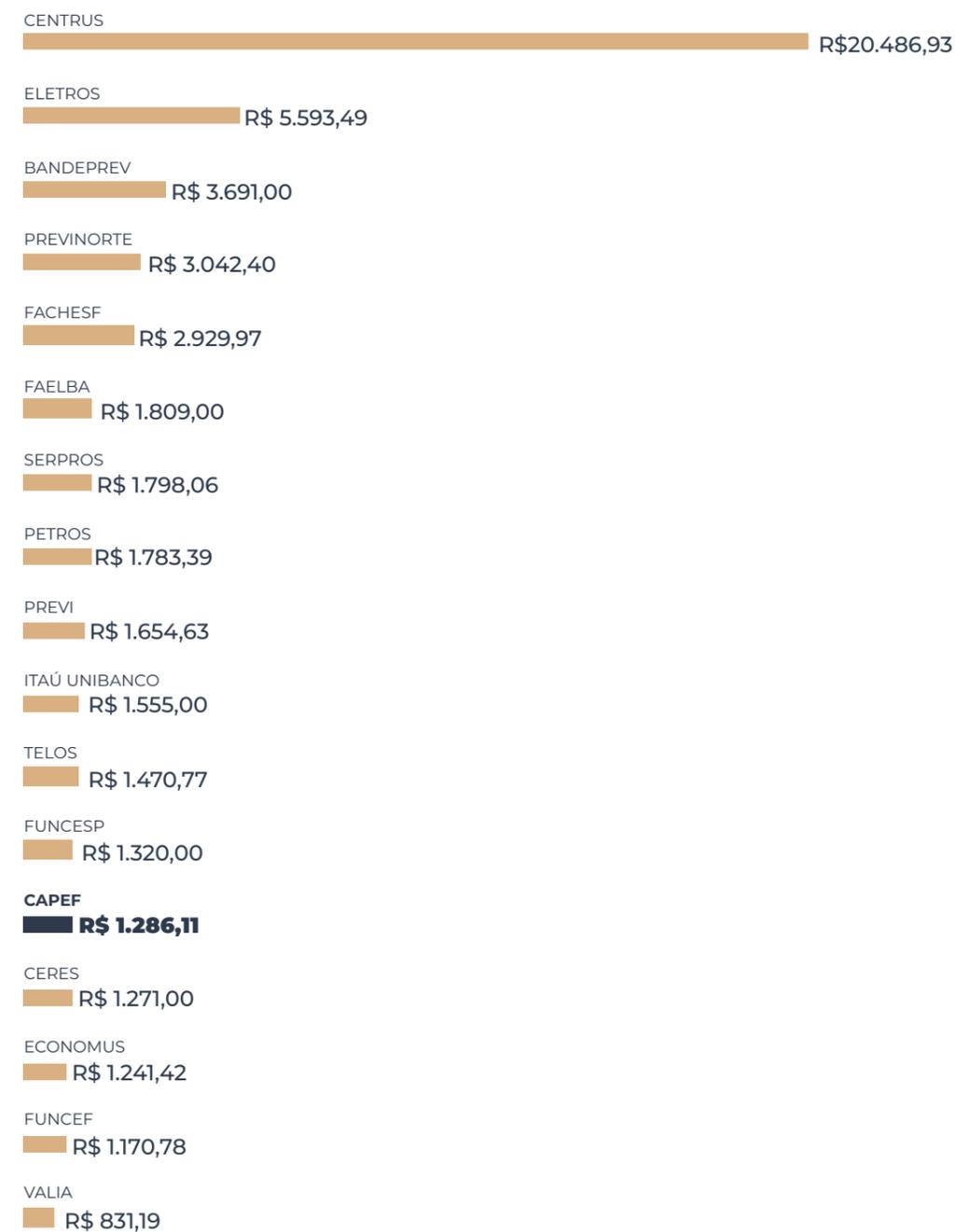


* Valores ano base Dez/2019.

** Indicadores atualizados conforme INPC/IBGE.

Ao comparar o Custo Administrativo por Participante da Capef com o custo dos demais fundos de pensão, observa-se que a Capef apresenta um valor bastante competitivo.

Segue abaixo o comparativo desse indicador com base nos dados de dezembro de 2018:



REDUÇÃO DAS TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS

Uma das grandes preocupações da Capef é a busca constante pela redução da taxa de administração dos seus Planos BD e CV I. E, no final de 2019, conseguimos essa redução para ambos os Planos, a ser aplicada a partir de janeiro de 2020.

A partir da atualização dos estudos atuariais, a taxa de administração do Plano BD foi reduzida de 8% para 7%, o que permite o aumento da reserva utilizada para pagar as obrigações aos associados.

Já no Plano CV I, a taxa de administração do Participante Ativo reduziu de 5% para 4,5%, gerando o mesmo efeito de acréscimo para a conta individual de cada participante, pela redução dessas despesas.

Esta é a terceira queda observada nas taxas desde que o Plano foi lançado.

HISTÓRICO DE REDUÇÃO DA TAXA ADMINISTRATIVA DO PLANO CV I



Para que essas medidas fossem possíveis, foi necessário que houvesse a combinação de dois fatores: redução de despesas administrativas e aumento do número de Participantes.

Com relação ao primeiro ponto, ressalta-se que a Capef vive, já há alguns anos, uma cultura forte de economia e sustentabilidade no seu dia a dia.

Prova disso é que no último Estudo de Despesas Administrativas divulgado pela Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) em dezembro de 2018, a Capef ficou em 7º lugar no ranking do indicador Custo Anual por Participante dentre as Entidades do Brasil, estando à frente inclusive de EFPC's com maior número de Participantes e patrimônio.

Outro aspecto que permitiu a aprovação dessas reduções foi o aumento no quantitativo de Participantes Ativos do Plano CV I, obtido após as constantes campanhas de adesão, realizadas em parceria com o Banco do Nordeste.

DOCUMENTAÇÃO DISPONÍVEL

Confira todos os documentos disponíveis, segregados por Plano de Benefícios.

- Demonstrações Contábeis
- Notas Explicativas
- Pareceres
- Políticas de Investimentos

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

em R\$ Mil

ATIVO	Exercício 2019	Exercício 2018	PASSIVO	Exercício 2019	Exercício 2018
DISPONÍVEL	272	110	EXIGÍVEL OPERACIONAL	8.043	7.613
			Gestão Previdencial	4.768	4.114
			Gestão Administrativa	1.697	1.938
REALIZÁVEL	5.053.526	4.674.051	Investimentos	1.578	1.561
Gestão Previdencial	24.376	22.966			
Gestão Administrativa	5.923	4.201			
			EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	166.980	151.349
Investimentos	5.023.227	4.646.884	Gestão Previdencial	158.094	144.061
Títulos Públicos	1.008.434	973.595			
Créditos Privados e Depósitos	85.914	70.679	Gestão Administrativa	5.720	4.332
Ações	75.181	38.700	Investimentos	3.166	2.956
Fundos de Investimentos	3.486.576	3.152.661			
Derivativos	0	24			
Investimentos Imobiliários	216.620	263.274	PATRIMÔNIO SOCIAL	4.891.099	4.526.942
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	149.723	146.900	Patrimônio de Cobertura do Plano	4.740.399	4.401.050
Depósitos Judiciais/ Recursais	279	297	Provisões Matemáticas	4.718.743	4.380.583
Outros Realizáveis	500	754	Benefícios Concedidos	3.155.885	2.927.176
			Benefícios a Conceder	1.562.858	1.453.407
PERMANENTE	12.324	11.743	Equilíbrio Técnico	21.656	20.467
Imobilizado	10.983	9.735	Resultados Realizados	21.656	20.467
			Superávit Técnico Acumulado	21.656	20.467
Intangível	1.341	2.008			
			Fundos	150.700	125.892
			Fundos Previdenciais	38.086	29.908
			Fundos Administrativos	95.618	82.077
			Fundos dos Investimentos	16.996	13.907
TOTAL DO ATIVO	5.066.122	4.685.904	TOTAL DO PASSIVO	5.066.122	4.685.904

Fortaleza, 31 de janeiro de 2020

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO

em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2019	Exercício 2018	Varição (%)
(+/-) A) Patrimônio Social - início do exercício	4.526.942	4.174.739	8,44
1. Adições	855.805	809.197	5,76
(+) Contribuições Previdenciais	279.960	275.459	1,63
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	542.129	502.949	7,79
(+) Receitas Administrativas	22.676	20.096	12,84
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	7.951	7.762	2,43
(+) Constituição de Fundos de Investimento	3.089	2.931	5,39
2. Destinações	(491.648)	(456.994)	7,58
(-) Benefícios	(460.561)	(437.251)	5,33
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(14.000)	(2.611)	436,19
(-) Despesas Administrativas	(15.698)	(15.799)	(0,64)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(1.389)	(1.333)	4,20
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	364.157	352.203	3,39
(+/-) Provisões Matemáticas	338.160	322.092	4,99
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.189	9.909	-88,00
(+/-) Fundos Previdenciais	8.178	6.545	24,95
(+/-) Fundos Administrativos	13.541	10.726	26,24
(+/-) Fundos dos Investimentos	3.089	2.931	5,39
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	4.891.099	4.526.942	8,04

Fortaleza, 31 de janeiro de 2020

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação (%)
1. Ativos	3.833.675	3.712.458	3,27
Disponível	141	71	98,59
Recebível	91.963	81.787	12,44
Investimento	3.741.571	3.630.600	3,06
Títulos Públicos	301.210	292.645	2,93
Créditos Privados e Depósitos	0	4.544	(100,00)
Ações	62.338	38.700	61,08
Fundos de Investimentos	3.077.273	2.940.472	4,65
Investimentos Imobiliários	215.046	261.834	(17,87)
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	84.925	91.354	(7,04)
Depósitos Judiciais / Recursais	279	297	(6,06)
Outros Realizáveis	500	754	(33,69)
2. Obrigações	167.389	152.579	9,71
Operacional	6.129	5.562	10,19
Contingencial	161.260	147.017	9,69
3. Fundos não Previdenciais	83.352	71.914	15,91
Fundos Administrativos	67.605	58.837	14,90
Fundos dos Investimentos	15.747	13.077	20,42
5. Ativo Líquido (1-2-3)	3.582.934	3.487.965	2,72
Provisões Matemáticas	3.561.865	3.467.792	2,71
Superávit Técnico	21.071	20.173	4,45
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	21.071	20.173	4,45
b) (+/-) Ajuste de Precificação	295.447	400.485	(26,23)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	316.518	420.658	(24,76)

Fortaleza, 31 de janeiro de 2020

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO CV I EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação (%)
1. Ativos	1.225.007	967.174	26,66
Disponível	116	36	222,22
Recebível	28.030	23.257	20,52
Investimento	1.196.861	943.881	26,80
Títulos Públicos	707.225	680.950	3,86
Créditos Privados e Depósitos	85.914	66.134	29,91
Ações	12.843	0	100,00
Fundos de Investimentos	326.081	141.227	130,89
Derivativos	0	24	(100,00)
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	64.798	55.546	16,66
2. Obrigações	197	112	75,89
Operacional	197	112	75,89
3. Fundos não Previdenciais	29.262	24.070	21,57
Fundos Administrativos	28.013	23.240	20,54
Fundos dos Investimentos	1.249	830	50,48
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.195.548	942.992	26,78
Provisões Matemáticas	1.156.878	912.790	26,74
Superávit Técnico	585	294	100,00
Fundos Previdenciais	38.086	29.908	27,34
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	585	294	100,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2.158	1.515	42,44
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	2.743	1.809	51,63

Fortaleza, 31 de janeiro de 2020

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	3.487.965	3.357.105	3,90
1. Adições	573.837	578.234	(0,76)
(+) Contribuições	173.417	175.983	(1,46)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	400.420	402.251	(0,46)
2. Destinações	(478.868)	(447.374)	7,04
(-) Benefícios	(451.037)	(430.698)	4,72
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(14.000)	(2.611)	436,19
(-) Custeio Administrativo	(13.831)	(14.065)	(1,66)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	94.969	130.860	(27,43)
(+/-) Provisões Matemáticas	94.072	121.245	(22,41)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	898	9.615	(90,66)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	3.582.934	3.487.965	2,72
C) Fundos não previdenciais	83.352	71.914	15,91
(+/-) Fundos Administrativos	67.605	58.837	14,90
(+/-) Fundos dos Investimentos	15.747	13.077	20,42

Fortaleza, 31 de janeiro de 2020

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CV I EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	942.992	735.307	28,24
1. Adições	269.506	220.252	22,36
(+) Contribuições	127.797	119.553	6,90
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	141.709	100.699	40,73
2. Destinações	(16.950)	(12.567)	34,88
(-) Benefícios	(9.525)	(6.553)	45,35
(-) Custeio Administrativo	(7.425)	(6.014)	23,46
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	252.556	207.685	21,61
(+/-) Provisões Matemáticas	244.088	200.846	21,53
(+/-) Fundos Previdenciais	8.178	6.545	24,95
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	291	294	(1,02)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.195.548	942.992	26,78
C) Fundos não previdenciais	29.262	24.070	21,57
(+/-) Fundos Administrativos	28.013	23.240	20,54
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.249	830	50,48

Fortaleza, 31 de janeiro de 2020

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	82.077	71.351	15,03
1. Custeio da Gestão Administrativa	30.628	27.858	9,94
1.1. Receitas	30.628	27.858	9,94
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	21.256	20.079	5,86
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	7.951	7.762	2,43
Outras Receitas	1.421	17	8.258,82
2. Despesas Administrativas	15.698	15.799	(0,64)
2.1. Administração Previdencial	8.099	7.962	1,72
Pessoal e encargos	5.779	5.413	6,76
Treinamentos/congressos e seminários	56	77	(27,27)
Viagens e estadias	51	72	(29,17)
Serviços de terceiros	742	759	(2,24)
Despesas gerais	793	875	(9,37)
Depreciações e amortizações	490	588	(16,67)
Tributos	188	178	5,62
2.2. Administração dos Investimentos	7.599	7.837	(3,04)
Pessoal e encargos	5.516	5.529	(0,24)
Treinamentos/congressos e seminários	44	75	(41,33)
Viagens e estadias	65	79	(17,72)
Serviços de terceiros	654	626	4,47
Despesas gerais	641	763	(15,99)
Depreciações e amortizações	491	587	(16,35)
Tributos	188	178	5,62
3. Constituição de Contingências Administrativas	1.389	1.333	4,20
6. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)	13.541	10.726	26,24
7. Constituição do Fundo Administrativo (6)	13.541	10.726	26,24
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	95.618	82.077	16,50

Fortaleza, 31 de janeiro de 2020

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	3.766.074	3.653.621	3,08
1. Provisões Matemáticas	3.561.865	3.467.792	2,71
1.1. Benefícios Concedidos	3.037.192	2.851.583	6,51
Benefício Definido	3.037.192	2.851.583	6,51
1.2. Benefício a Conceder	524.673	616.209	(14,85)
Benefício Definido	524.673	616.209	(14,85)
2. Equilíbrio Técnico	21.071	20.173	4,45
2.1. Resultados Realizados	21.071	20.173	4,45
Superávit Técnico acumulado	21.071	20.173	4,45
Reserva de Contingência	21.071	20.173	4,45
3. Fundos	15.747	13.077	20,42
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	15.747	13.077	20,42
4. Exigível Operacional	6.131	5.562	10,23
4.1. Gestão Previdencial	4.632	4.041	14,63
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.499	1.521	(1,45)
5. Exigível Contingencial	161.260	147.017	9,69
5.1. Gestão Previdencial	158.094	144.061	9,74
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.166	2.956	7,10

Fortaleza, 31 de janeiro de 2020

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO CV I EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.196.994	943.934	26,81
1. Provisões Matemáticas	1.156.878	912.790	26,74
1.1. Benefícios Concedidos	118.693	75.593	57,02
Contribuição Definida	88.108	55.486	58,79
Benefício Definido	30.585	20.107	52,11
1.2. Benefício a Conceder	1.038.185	837.197	24,01
Contribuição Definida	1.038.185	837.197	24,01
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	514.348	414.975	23,95
Saldo de contas - parcela participantes	523.837	422.222	24,07
2. Equilíbrio Técnico	585	294	98,98
2.1. Resultados Realizados	585	294	98,98
Superávit Técnico acumulado	585	294	98,98
Reserva de contingência	585	294	98,98
3. Fundos	39.335	30.738	27,97
3.1. Fundos Previdenciais	38.086	29.908	27,34
3.2. Fundos de Investimentos	1.249	830	50,48
4. Exigível Operacional	196	112	75,00
4.1. Gestão Previdencial	137	74	85,14
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	59	38	55,26

Fortaleza, 31 de janeiro de 2020

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO

1. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), fundada em 1967, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, multipatrocinada e com multiplano, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado sob a forma de sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado, que tem como objetivo principal assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes aposentados pela Previdência Social que sejam funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), Patrocinador-Fundador; Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (Camed); e a própria Capef, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

A Capef administra 02 (dois) planos de benefícios e um plano de gestão administrativa, conforme apresentados abaixo:

2.1) Plano de Benefício Definido – Plano BD

Plano de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.670.001-74 no CNPB – Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O Plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999.

Em 31 de dezembro de 2019, o plano possuía 1.271 participantes ativos (1.514, em 2018), 3.867 participantes assistidos (3.732, em 2018) e 1.319 beneficiários de pensão (1.277, em 2018).

A avaliação atuarial do Plano BD, com data-base de 31/12/2019, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com base nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Instrução PREVIC nº 10/2018:

Hipóteses Utilizadas - Plano BD	
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	RP-2000 Segregada por sexo, suavizada em 10% (dez por cento).
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled F
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas.
Hipótese familiar	Família observada no cadastro.
Taxa Real Anual de juros	5,5% a.a. (cinco e meio por cento ao ano).
Projeção de Crescimento Real de Salário	1% a.a. (um por cento ao ano).
Entrada em Aposentadoria	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 91 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado.

2.2) Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I

Plano de Contribuição Variável I, inscrito sob o nº 20.100.014-19 no CNPB da PREVIC, iniciou suas operações em 19/05/2010 e conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de repartição de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2019, contava com 5.675 participantes ativos (5.531, em 2018), 267 participantes assistidos (191, em 2018) e 40 beneficiários de pensão (39, em 2018).

A avaliação atuarial do Plano CV I, com data-base de 31/12/2019, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com base nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Instrução PREVIC nº 10/2018:

Hipóteses Utilizadas - Plano CV	
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	RP-2000 proj. 2018 por sexo, suavizada em 20%.
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPC suavizada em 50%.
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller suavizada em 85%
Hipótese familiar	Família padrão composta de cônjuge três anos mais jovem que o participante, sem a existência de filhos, de acordo com a recomendação do estudo de aderência.
Taxa Real Anual de juros	5,00% a.a. (cinco por cento ao ano).
Projeção de Crescimento Real de Salário	A projeção de crescimento real de salário de cada participante do Plano CV I segue as regras contidas nos planos de cargo dos patrocinadores e em hipótese de progressão da verba de Adicional de Função em Comissão (AFC) indicadas por cada patrocinador.

2.3) Plano de Gestão Administrativa – PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com detalhamento das despesas administrativas e responsável pela gestão cotidiana da Entidade por meio de um regulamento específico, conferindo-lhe assim maior transparência.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da CAPEF foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os anexos da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e alterações posteriores, a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, a Resolução CMN

nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG nº 26 (R5).

Consolidação das demonstrações contábeis

Por definição da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e anexos da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e da ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, as demonstrações contábeis denominadas de consolidadas estão representadas pelo somatório de todos os planos administrados pela CAPEF e abrangem as demonstrações contábeis relativas aos planos de Benefício Definido, Contribuição Variável e de Gestão Administrativa.

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do exercício social anterior. Os registros contábeis respeitam a autonomia dos planos de benefícios, sendo possível a identificação em separado do patrimônio dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

A preparação das demonstrações contábeis requer, nos casos das provisões para contingências judiciais e provisões matemáticas, o uso de estimativas na mensuração patrimonial, em que são consideradas expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas, e os valores de realização somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As principais práticas contábeis adotadas na CAPEF estão assim resumidas:

4.1) Resultados das Operações

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência, exceto as contribuições do Plano de Contribuição Variável I que são registradas pelo regime de caixa, conforme consente o parágrafo 2º do artigo 10, da Resolução CNPC Nº 29, de 13 de abril de 2018.

4.2) Composição do Ativo

4.2.1) Disponível

Registra as disponibilidades existentes em caixa e equivalentes de caixa, inclusive os cheques emitidos em poder da tesouraria.

4.2.2) Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Este grupo contempla, essencialmente, adiantamentos concedidos aos participantes e beneficiários assistidos, contribuições contratadas de responsabilidade de patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados) e beneficiários assistidos (pensionistas), assim como os depósitos judiciais/ recursais relativos às contingências previdenciais.

4.2.3) Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Neste grupo estão registrados os direitos a receber da Gestão Administrativa referente aos adiantamentos concedidos aos empregados, adiantamentos efetuados a terceiros para serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, valores a receber de terceiros, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências administrativas.

4.2.4) Ativo Realizável - Investimentos

Referem-se aos recursos garantidores dos planos previdenciais e aos recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, Derivativos, investimentos estruturados, Investimentos Imobiliários, empréstimos e financiamentos imobiliários; em consonância com a Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018 do Conselho Monetário Nacional – CMN. Os títulos da CAPEF podem ser classificados como “negociação” ou “mantidos até o vencimento”; a parcela dos ativos que está destinada para a manutenção da liquidez é classificada como “negociação”. Os demais títulos, que são classificados como “mantidos até o vencimento”, respeitam o estudo de *Asset Lixability Management* – ALM da Entidade.

4.2.4.1) Títulos Públicos

Nessa conta são lançados investimentos em títulos do governo, tais como Notas do Tesouro Nacional (Séries B, C e F), Letras do Tesouro Nacional e Letra Financeira do Tesouro. Atualmente, os planos administrados pela CAPEF possuem alocações em Notas do Tesouro Nacional (Série B), que são indexadas pela variação do IPCA, e Letra Financeira do Tesouro – LFT, essa atualizada pela variação da Selic. Os valores desses ativos registrados na categoria “títulos para negociação” são obtidos a partir da divulgação dos Preços Unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria “mantidos até o vencimento” têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.2) Crédito Privado e Depósitos

Este grupo incorpora as aplicações em Letras Financeiras-LF e Debêntures. As LF são títulos de longo prazo emitidos por instituições financeiras. Já as debêntures são títulos de crédito que podem ser emitidos por sociedades por ações de capital aberto. Os valores desses ativos registrados na categoria “títulos para negociação” são obtidos a partir da divulgação dos preços unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria “mantidos até o vencimento” têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.3) Ações

As ações integrantes dessa conta são avaliadas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da B3 S.A. – BRASIL. BOLSA. BALCÃO, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

4.2.4.4) Fundos de Investimentos

a) Renda Fixa

São classificados como renda fixa os fundos que possuem, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados aos fatores de riscos que dão nome à classe. Fazem parte desses ativos: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil- BACEN; os depósitos em poupança em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação- NCE e Cédulas de Crédito à Exportação- CCE; as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; os certificados de recebíveis de emissão de companhias e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Parte dos Títulos Públicos indexados ao IPCA e LFs estão contabilizados como “títulos mantidos até o vencimento”, considerando que permanecerão em carteira até o vencimento, procedimento respaldado no Relatório de Avaliação Atuarial. A Resolução CGPC Nº 15, de 23 de agosto de 2005, estabelece que a Entidade poderá vender os títulos a mercado, classificados como “títulos mantidos até o vencimento” apenas se a venda for realizada simultaneamente à aquisição de títulos da mesma natureza com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao do título alienado.

b) Ações

Os fundos classificados como Ações devem ter como principal fator de risco a variação de preços de ações admitidas à negociação no mercado organizado. O patrimônio das carteiras dos Fundos de Ações deverá ser composto por 67%, no mínimo, dos seguintes ativos: a) ações admitidas à negociação em mercado organizado, b) bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações, c) cotas de fundos de ações e cotas dos fundos de índice de ações e, d) *Brazilian Depositary Receipts* classificados como nível II e III.

c) Multimercado

Nesse segmento estão classificadas as quotas do Fundo Fortaleza Multimercado, as cotas de Fundos Multimercados Estruturados e as quotas dos Fundos de Investimentos no Exterior. O Fundo Fortaleza Multimercado e Fundos Multimercados Estruturados possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Nesse segmento são ainda contabilizadas as aplicações em cotas de Fundos de Investimentos no Exterior e suas carteiras são compostas por ativos negociados no mercado externo. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

d) Índice de Mercado

Nesse segmento estão classificadas as quotas dos ETF (*Exchange Traded Fund*) BOVA11 e SMAL11, fundos negociados em bolsa de valores. A cotação do BOVA11 acompanha a variação do índice Ibovespa e a cotação do SMAL11 acompanha a variação do Índice *Small Cap*. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

e) Investimentos Imobiliários

São fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, *shopping centers*, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do fundo ou pela venda das suas cotas, que podem ser negociadas na B3 S.A – BRASIL. BOLSA. BALCÃO. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

4.2.4.5) Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição histórico ou pelo valor de reavaliação, determinado por avaliador independente, para imóveis adquiridos há mais de três anos. Do saldo individual de cada ativo, é subtraída a depreciação acumulada e são adicionados, eventualmente, valores de reformas realizadas, estas igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original, tudo em consonância com as determinações do CNPC e do CMN.

Os imóveis componentes da carteira são reavaliados no máximo a cada três anos, em consonância com determinações da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, em seu anexo A, item

II Procedimentos Operacionais, subitem 19 com as alterações dadas pela Instrução PREVIC No. 15, de 12 de novembro de 2014.

O valor da depreciação é calculado pelo método linear, com taxas diferenciadas para cada endereço, tomando-se por base a vida útil remanescente do ativo determinada pelo laudo de avaliação emitido por pessoas físicas ou jurídicas legalmente habilitadas, não vinculadas direta ou indiretamente à Capef ou as suas patrocinadoras e/ou a seus administradores.

Os direitos obtidos através da alienação a prazo de imóveis são registrados observando-se o valor atualizado do saldo devedor do promitente comprador à luz do respectivo contrato, deduzida a provisão para perdas, estas limitadas ao valor de mercado atribuído gerencialmente às unidades imobiliárias envolvidas na transação de venda a prazo com registro de inadimplência.

Por sua vez, os direitos decorrentes de aluguéis a receber, encargos e pagamentos a recuperar são igualmente contabilizados pelo seu valor atualizado.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para devedores duvidosos, apresentada no quadro a seguir, ficando limitado a 100% do valor, nos casos de atraso no recebimento da receita superior a 360 dias, tudo em consonância com as determinações legais emanadas pela Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009 conforme anexo A, item II Procedimentos Operacionais, subitem 11, na qual se baseia o quadro demonstrado a seguir:

QUADRO I
ESCALA DE PERCENTUAL DE PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

Quantidade de Dias em Atraso	Percentual de Provisão sobre Créditos (vencidos e vincendos)
entre 61 e 120 dias	25%
entre 121 e 240 dias	50%
entre 241 e 360 dias	75%
acima de 360 dias	100%

4.2.4.6) Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Os empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e beneficiários assistidos são registrados pelo valor contratado, acrescido dos encargos pactuados, com a inclusão ainda de encargos por eventuais atrasos.

A provisão de devedores duvidosos da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários adota escala gradativa similar à do quadro I.

A rubrica Empréstimos e Financiamentos Imobiliários está ainda retificada pelas provisões efetuadas para a cobertura de perdas decorrentes de duas naturezas: (1) da diferença entre o saldo devedor do financiamento e o limite de cobertura máximo contratado com a companhia seguradora; (2) da política de deságio, que pode decorrer do recálculo do saldo devedor do financiamento para efeito de liquidação antecipada ou refinanciamento, ao se substituir a taxa de juros contratual, de 10% a.a. ou 12% a.a., de acordo com cada contrato, pela taxa de juros de 5,50% a.a.

4.2.4.7) Depósitos Judiciais/Recursais

Corresponde aos valores desembolsados por ordem judicial, a título de adiantamento para condução dos recursos.

4.2.4.8) Outros Realizáveis

A conta Outros Realizáveis é formada pelos direitos do Plano BD decorrentes de Impostos a Compensar (vide nota 5.3.9).

4.2.5) Ativo Permanente

4.2.5.1) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estabelecida.

O bem imóvel encontra-se registrado pelo valor de mercado, determinado por laudo de avaliação elaborado por perito independente, atendendo ao prazo legal de no máximo 3 (três) anos, conforme estabelece a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 com as alterações dadas pela Instrução PREVIC No. 05, de 8 de setembro de 2011, pela Instrução PREVIC No. 21, de 23 de março de 2015 e pela Instrução PREVIC No. 11, de 03 de dezembro de 2018.

4.2.5.2) Intangível

A rubrica Intangível, estabelecida pela Resolução CNPC Nº 29, de 13 de abril de 2018, contempla

os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício.

4.3) Composição do Passivo

4.3.1) Exigível Operacional

Refere-se às obrigações da Entidade, conhecidas ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, representados por benefícios devidos a participantes, obrigações fiscais e outros compromissos a pagar e/ou a recolher.

4.3.2) Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável. Aquelas contingências classificadas com chance de perda possível encontram-se divulgadas em Nota Explicativa no item 8.4) Processos classificados como risco possíveis. Não há tratamento nas Demonstrações Contábeis para as contingências classificadas com chance de perda remota, conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho de 2009.

4.3.3) Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos. Compõem o Patrimônio Social: o Patrimônio de Cobertura dos Planos e Fundos. O Patrimônio de Cobertura dos Planos se subdivide em Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico.

4.3.3.1) Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios

As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

- a)** Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com pensões de dependentes.
- b)** Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade no patrocinador.

4.3.3.2) Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura dos planos e as Provisões Matemáticas. Na ocorrência de superávit, deverá ser regis-

trado em Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$.

Para fins desse cálculo, são consideradas as Provisões Matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirem característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

4.3.3.3) Fundos

Registra os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- a) **Gestão Previdencial** – fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica. No caso da Capef, o Plano CV I possui dois fundos previdenciais denominados de Fundo de Solvência Atuarial e Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos. O Fundo de Solvência Atuarial foi constituído segundo o regulamento do plano para possível utilização no caso de eventuais insuficiências atuariais futuras. Já o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos tem a finalidade de prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito de participantes.
- b) **Gestão Administrativa** – fundo constituído com a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. Os planos de benefícios transferem um percentual fixado pelo atuário responsável e aprovado pelo Conselho Deliberativo a título de Custeio Administrativo para o Plano de Gestão Administrativa com a finalidade de custear as despesas administrativas dos planos. O fundo é formado quando as despesas administrativas não excedem as receitas com custeio administrativo advindos dos planos de benefícios e pela rentabilidade do fundo aplicado.
- c) **Investimentos** – fundos destinados à quitação de empréstimos simples e de financiamentos

imobiliários em caso de morte do mutuário, e de resíduos existentes após o prazo contratual no caso de financiamentos. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e pela rentabilidade dos recursos do fundo aplicado.

4.4) Gestão de Risco

A Capef entende que, para atender seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões, precisa gerir seus investimentos considerando todos os riscos que as diversas classes de ativos estão expostas, em conformidade com as normas que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018, e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

Em atendimento aos normativos acima, a Capef desenhou processos e desenvolveu metodologias com vistas à execução de todas as fases da gestão de riscos: identificação, avaliação, controle e monitoramento. As atribuições e responsabilidades das áreas integrantes destes processos estão definidas nos seus regimentos e as metodologias desenvolvidas estão aderentes às melhores referências de mercado, sendo frequentemente testadas e validadas. Os parâmetros, métricas e limites de risco constam das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios da Capef.

A gestão integrada dos riscos é fundamental para a segurança e solidez das operações realizadas pelos fundos de pensão. A Capef possui uma área, Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos – ASGER, que tem por objetivo identificar, gerenciar, tratar e monitorar os tipos de riscos aos quais a Entidade está exposta, a saber:

- a) **Risco de Mercado:** É o risco de que movimentos adversos no mercado (variação da taxa de juros, do preço dos ativos, etc.) possam afetar o desempenho econômico financeiro dos planos. Para a gestão de risco de mercado a Capef utiliza-se de alguns instrumentos para mitigá-los são eles: relatórios diários com o *Value at Risk* – VaR; Relatório Mensal de Investimentos contendo informações sobre o desempenho e análise das carteiras; Relatório Trimestral de Risco, que apresenta projeções de rentabilidade, indicadores de risco e retorno e o acompanhamento dos demais tipos de risco; acompanhamento diário do desempenho dos planos de benefícios da Capef, onde é listada a performance de cada segmento no dia, mês e acumulado do ano e dispõe de um Comitê de Investimento, com reuniões mensais onde são discutidas opções de investimentos.
- b) **Risco de Crédito (contraparte):** É o risco relacionado com a capacidade dos emitentes das obrigações decorrentes do ativo financeiro de honrar os compromissos, na forma e condições assumidas, ou de concentração de créditos em poucos emitentes. O risco de crédito é mitigado através da utilização de um modelo de risco de crédito para aquisição de ativos, onde são levados em conta limi-

tes legais e da Política de Investimentos; análise de prazo e taxa de retorno; análise de indicadores financeiros do emissor. Outro mitigador são relatórios mensais de consultorias de investimentos e administrador com os ratings dos ativos de crédito que fazem parte dos investimentos da Capecf. Por fim, no Relatório Trimestral de Risco é feita uma análise da carteira de crédito da Capecf.

- c) Risco de Liquidez: É o risco relacionado com o casamento de fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano. A liquidez dos planos da Capecf é monitorada por meio de modelo *Asset Liability Management – ALM*; acompanhamento mensal da liquidez seguindo as regras estabelecidas em suas Políticas de Investimento, as análises feitas no Relatório Trimestral de Risco e realização anual de Teste de Stress para o Plano BD e CV I.
- d) Risco Operacional / Legal: É o risco associado a perdas resultantes da operação do negócio e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos). O risco operacional é mitigado por meio do funcionamento de um Comitê de Controles Internos que avalia e valida os dados referentes aos erros operacionais, visando controlar e mitigar continuamente os riscos; processos mapeados e revisados constantemente. No tocante ao risco legal, a Entidade dispõe de uma Gerência Jurídica que possui processo estruturado de avaliação e provisionamento das contingências passivas decorrentes de ações judiciais, contando, inclusive, com um manual indicando todos os procedimentos relacionados a essa matéria. Trata-se de um processo dinâmico, que passa por análises contínuas, a fim de verificar a necessidade de se revisar o risco contingencial dessas ações, com a consequente constituição, minoração ou majoração de provisões. Adicionalmente, é feito ainda um acompanhamento do risco contingencial, presente no Relatório Trimestral de Risco.
- e) Risco Atuarial: É o risco que está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuariais não aderentes, cadastros desatualizados ou ainda descasamento entre ativos e passivos. A mitigação do risco atuarial inclui a verificação dos seguintes itens: descasamentos entre ativo e passivo; aderência das premissas financeiras e demográficas; adequação do plano de custeio; compatibilidade do método de financiamento adotado; resultado do plano (superávit, equilíbrio ou déficit); e independência do trabalho do atuário.
- f) Risco Sistêmico: É o risco que afeta a economia de uma forma geral, por exemplo, um colapso no sistema financeiro ou de capitais, uma grande variação na taxa de juros ou mesmo nas taxas de câmbio. Este tipo de risco é extremamente difícil de ser mitigado pois afeta

a economia como um todo. A Capecf busca mitigar o risco sistêmico diversificando a alocação dos investimentos do plano, inclusive no exterior, bem como acompanha o comportamento dos mercados locais e internacionais. Ademais, a Assessoria de Gestão de Risco e Controles Internos utiliza os Relatórios de Estabilidade da Previdência Complementar, da PREVIC, e o Relatório de Estabilidade Financeira, do BACEN, para acompanhar o comportamento da estabilidade do segmento de previdência complementar, bem como a estabilidade financeira do Brasil; e o funcionamento do sistema de intermediação financeira entre famílias, empresas e governo. O referido acompanhamento de estabilidade do segmento de previdência e de estabilidade financeira permite perceber alterações sistêmicas que podem afetar os investimentos da Capecf.

4.5) Tributação

4.5.1) Imposto de Renda – IR

A Lei nº 11.053/2004 introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto em seu artigo 5º, a partir de 1º de janeiro de 2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o recolhimento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente ou quando do resgate de sua reserva de poupança.

4.5.2) Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC

De acordo com a Lei nº 12.154/2009 e IN PREVIC No. 3, de 10/10/2012, a CAPEF é obrigada a recolher quadrimestralmente a TAFIC, cuja finalidade é contribuir para a cobertura dos custos com o processo de fiscalização e supervisão, executados pela PREVIC, sobre as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, no que se refere aos planos de benefícios previdenciários e ao plano de gestão administrativa.

4.5.3) PIS/COFINS sobre Receitas Administrativas

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade impetrou um mandado de segurança, em outubro de 2015, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre as receitas utilizadas para administração dos planos de benefício. Por meio de decisão liminar, a Entidade vem efetuando depósitos mensalmente, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. No entanto, em julho de 2016, o Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária

do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender que ela não possui direito àquela isenção. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer depositando os valores dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra essa sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, no entanto, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF da 5ª R.) o desproveu, razão pela qual a Entidade interpôs recursos especial e extraordinários, os quais, atualmente, encontram-se pendentes de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente. Mensalmente, a Entidade vem depositando judicialmente esses valores, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação.

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.1) REALIZÁVEL – Gestão Previdencial

Neste grupamento estão registradas, entre outros valores, as diferenças de contribuições a receber, à medida que são realizadas adesões ao Regulamento Geral do ano de 2003 do Plano BD, os adiantamentos realizados a participantes que serão restituídos ao Plano BD (R\$ 124 mil), os depósitos que o Plano BD efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais) totalizando o montante de R\$ 23.741 mil, além de valores a serem ressarcidos principalmente de pensionistas de falecidos no Plano BD (R\$ 494 mil).

PLANO BD DESCRIÇÃO	R\$ MIL		PLANO CV DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2019	2018		2019	2018
Recursos a Receber	0	9	Recursos a Receber	0	0
Adiantamentos	124	213	Adiantamentos	0	0
Depósitos Judiciais/ Recursais	23.741	22.296	Depósitos Judiciais/ Recursais	0	0
Outros Realizáveis	494	431	Outros Realizáveis	17	17
TOTAL	24.359	22.949	TOTAL	17	17

5.2) REALIZÁVEL – Gestão Administrativa

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2019	2018
Contas a Receber	167	164
Contribuições para Custeio	34	10
Responsabilidade de Empregados	103	104
Responsabilidade de Terceiros	30	50
Despesas Antecipadas	573	163
Adiantamentos	446	29
Pagamentos Antecipados	95	115
Almoxarifado	32	19
Depósitos Judiciais/Recursais	5.178	3.869
Tributos a Compensar	5	5
TOTAL	5.923	4.201

O saldo deste grupamento corresponde a:

- Contas a Receber: custeio a ser recebido dos planos de benefícios, referente a contribuições do mês de dezembro; adiantamento concedidos aos funcionários por ocasião de férias e valores que serão ressarcidos por terceiros.
- Despesas Antecipadas: adiantamentos realizados a funcionários por ocasião de férias, cartões-refeição a funcionários, licenças e garantias de manutenção de *softwares* e *hardwares* da Capef, cujas apropriações dar-se-ão nos meses de competência; adiantamentos realizados para implantação do sistema de energia fotovoltaica; além do estoque de materiais de expediente e de limpeza.
- Depósitos Judiciais/ Recursais: PIS/ COFINS recolhidos judicialmente. Ver nota 11.1.
- Tributos a Compensar: créditos de IRRF e CSLL retidos indevidamente. O crédito vem sendo mensalmente atualizado pela SELIC desde o reconhecimento até ser ressarcido pela Receita Federal do Brasil.

5.3) REALIZÁVEL - Investimentos

Os saldos consolidados dos Investimentos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontram-se detalhados no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2019	2018
INVESTIMENTOS	5.023.227	4.646.884
Títulos Públicos	1.008.434	973.595
Nota do Tesouro Nacional	986.870	953.250
Letras Financeiras do Tesouro	21.564	20.345
Créditos Privados e Depósitos	85.914	70.679
Instituições Financeiras	72.691	53.423
Companhias Abertas	13.223	17.256
Ações	75.181	38.700
Instituições Financeiras	9.185	5.894
Companhias Abertas	40.137	22.467
Patrocinadores	25.859	10.339
Fundos de Investimento	3.486.576	3.152.661
Renda Fixa	2.900.858	2.831.320
Ações	37.394	21.843
Multimercado	286.069	224.080
Fundo Fortaleza	224.112	211.865
Investimentos no Exterior	9.427	12.215
Estruturados	52.530	0
Índice de Mercado	125.620	23.503
Imobiliário	136.635	51.915
Derivativos	0	24
Dólar - Futuro	0	24
Investimentos Imobiliários	216.620	263.274
Empréstimos	142.786	139.928
Financiamentos Imobiliários	6.937	6.972
Depósitos Judiciais/Recursais	279	297
Outros Realizáveis	500	754

5.3.1) Títulos Públicos

5.3.1.1) Notas do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Notas do Tesouro Nacional, Série – B, que são corrigidas pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das NTN-B variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Os títulos deste item são integrantes dos planos BD e CVI.

Segue a posição dos títulos dos planos, em de 31 de dezembro de 2019.

Plano BD

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLI- CAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁ- BIL (R\$ mil)	VALOR A MERC- DO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABI- LIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.739	33.029	35.350	VENCIMENTO	2.321
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	7.500	22.303	24.771	26.512	VENCIMENTO	1.741
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	8.760	26.061	28.937	30.966	VENCIMENTO	2.029
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.761	33.037	35.350	VENCIMENTO	2.313
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.761	33.037	35.350	VENCIMENTO	2.313
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.749	33.032	35.350	VENCIMENTO	2.317
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.000	13.118	16.220	18.558	VENCIMENTO	2.338
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	3.000	7.883	9.739	11.135	VENCIMENTO	1.397
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.000	13.558	16.260	18.558	VENCIMENTO	2.299
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	350	950	1.139	1.299	VENCIMENTO	160
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	18.003	20.414	VENCIMENTO	2.412
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	18.003	20.414	VENCIMENTO	2.412
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	18.003	20.414	VENCIMENTO	2.412
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	18.000	20.414	VENCIMENTO	2.412
TOTAL					301.210	330.084		28.876

Plano CV

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLI- CAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁ- BIL (R\$ mil)	VALOR A MERC- DO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABI- LIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/2045	6.000	18.971	20.701	27.993	VENCIMENTO	7.292
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.382	3.420	4.886	VENCIMENTO	1.466
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.368	3.402	4.886	VENCIMENTO	1.484
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.367	3.393	4.886	VENCIMENTO	1.493
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.857	6.924	9.772	VENCIMENTO	2.848
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.089	6.822	9.772	VENCIMENTO	2.950
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	700	2.116	2.425	3.420	VENCIMENTO	995
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	300	907	1.016	1.466	VENCIMENTO	449
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	3.000	9.202	10.302	14.658	VENCIMENTO	4.356
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.661	7.191	9.772	VENCIMENTO	2.581
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.655	7.185	9.772	VENCIMENTO	2.587
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	4.000	13.348	14.409	19.544	VENCIMENTO	5.134
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.657	7.184	9.772	VENCIMENTO	2.588
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.907	7.414	9.772	VENCIMENTO	2.358
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.882	7.383	9.772	VENCIMENTO	2.389
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.500	8.344	8.932	12.215	VENCIMENTO	3.283
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.459	6.855	9.772	VENCIMENTO	2.917
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.200	3.954	4.137	5.863	VENCIMENTO	1.726
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	3.338	3.481	4.886	VENCIMENTO	1.405
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	3.349	3.476	4.886	VENCIMENTO	1.410
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	927	3.072	3.272	4.529	VENCIMENTO	1.257
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	6.627	7.059	9.772	VENCIMENTO	2.713
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	3.291	3.506	4.886	VENCIMENTO	1.380
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	3.250	3.463	4.886	VENCIMENTO	1.423
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.971	6.324	9.935	VENCIMENTO	3.612
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.000	10.014	12.607	19.871	VENCIMENTO	7.264
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.937	6.217	9.935	VENCIMENTO	3.719
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.925	6.174	9.935	VENCIMENTO	3.761
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.925	6.174	9.935	VENCIMENTO	3.761
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.959	6.217	9.935	VENCIMENTO	3.719
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.947	6.174	9.935	VENCIMENTO	3.761
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.469	9.311	14.903	VENCIMENTO	5.592
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.279	6.480	9.935	VENCIMENTO	3.456
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.919	9.719	14.903	VENCIMENTO	5.184
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.987	9.789	14.903	VENCIMENTO	5.114

5.3.1.1.1) Nota do Tesouro Nacional – Ajuste de Precificação

A Resolução CNPC No. 30, de 10/10/2018, e posteriores instruções estabelecem novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar a partir da apuração de superávit e déficit dos seus planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no Balanço. As sobras ou insuficiências, somente poderão ser destinadas e equacionadas, respectivamente, após a incorporação do montante de recursos que corresponde ao “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais”. O montante correspondente ao referido ajuste deverá ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constarão em nota explicativa no item 12.2.4 e podem resultar em valor positivo ou negativo, acrescendo ou deduzindo o resultado dos planos reportado no Balanço.

O “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais” de que trata a Resolução CNPC No. 30/2018 corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

Apresentamos, a seguir, demonstrativo posicionado em 31 de dezembro, com a composição dos Títulos Públicos da Carteira Administrada do Plano de Benefício Definido, selecionados para o cálculo do ajuste de precificação, conforme estabelece a Resolução CNPC No. 29/2018, acrescidos dos valores que correspondem à apuração do “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais”, de acordo com a Resolução CNPC No. 30/2018:

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.240	6.425	9.935	VENCIMENTO	3.510
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.240	6.425	9.935	VENCIMENTO	3.510
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.952	9.748	14.903	VENCIMENTO	5.156
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.910	9.692	14.903	VENCIMENTO	5.211
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.259	6.434	9.935	VENCIMENTO	3.501
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.251	6.425	9.935	VENCIMENTO	3.510
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.877	9.638	14.903	VENCIMENTO	5.265
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.922	9.692	14.903	VENCIMENTO	5.211
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.562	3.130	4.968	VENCIMENTO	1.838
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.555	3.121	4.968	VENCIMENTO	1.847
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.545	3.108	4.968	VENCIMENTO	1.859
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.595	3.169	4.968	VENCIMENTO	1.799
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.592	3.164	4.968	VENCIMENTO	1.804
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.918	9.648	14.903	VENCIMENTO	5.255
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.785	5.771	9.935	VENCIMENTO	4.165
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.200	7.702	9.247	15.897	VENCIMENTO	6.649
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.861	5.826	9.935	VENCIMENTO	4.109
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.861	5.826	9.935	VENCIMENTO	4.109
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.427	2.909	4.968	VENCIMENTO	2.058
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.770	5.682	9.935	VENCIMENTO	4.253
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.140	8.396	14.903	VENCIMENTO	6.508
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	500	1.202	1.387	2.484	VENCIMENTO	1.097
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	300	721	832	1.490	VENCIMENTO	658
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.809	5.548	9.935	VENCIMENTO	4.388
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.737	6.461	9.935	VENCIMENTO	3.474
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.000	11.376	12.977	19.878	VENCIMENTO	6.894
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	500	1.437	1.611	2.484	VENCIMENTO	873
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.747	6.443	9.935	VENCIMENTO	3.492
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.923	6.200	9.935	VENCIMENTO	3.736
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.003	6.294	9.935	VENCIMENTO	3.642
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	3.444	3.598	4.968	VENCIMENTO	1.370
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	3.449	3.603	4.968	VENCIMENTO	1.364
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.454	33.459	49.677	VENCIMENTO	16.218
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.413	33.416	49.677	VENCIMENTO	16.261
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.560	33.552	49.677	VENCIMENTO	16.125
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.535	33.510	49.677	VENCIMENTO	16.167
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.200	13.657	14.053	20.864	VENCIMENTO	6.812
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	20.000	71.118	72.793	99.354	VENCIMENTO	26.562
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.400	37.037	37.909	51.664	VENCIMENTO	13.755
TOTAL				685.660	1.017.103			331.442

A CAPEF, em atenção ao art. 37, da Resolução CNPC N° 29, de 13/04/2018, declara a sua intenção de manter até o vencimento, os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

cuja correção se dá pela SELIC. Os títulos deste item são ativos integrantes das carteiras do Plano CVI na posição de 31 de dezembro de 2019.

ISIN - Tipo - Capim - Vencimento	Preço	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,25685	4000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,2568	1000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,256	1000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,25628	1000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,2571	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,2566	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,2576	700	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,2563	300	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,2563	3000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,254993	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,255012	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,254812	4000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,255019	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,252773	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,253068	2000	Sim

ISIN - Tipo - Capim - Vencimento	Preço	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,2420	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,2421	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,2412	1000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,2416	1000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,241004	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,2417	1000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,240	1000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,240008	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,240372	1000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,240479	1000	Sim
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,24039	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,23913	1000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,237324	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	1	0,2379	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-09-2030	0,3	0,2372	2000	Sim

ISIN - Tipo - Capim - Vencimento	Preço	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,2434	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,244	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,2442	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,2445	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,24405	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,2447	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,2448	1000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,24000	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,240979	1000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,240472	1000	Sim
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,24099	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,24013	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,24234	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,2421	2000	Não
BG17NCGT9304 Tipo: NTN-B Capim: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	0,3	0,242	2000	Sim

R\$ mil

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
R\$ 12.622,55	R\$ 14.780,55	R\$ 2.158,00

O ajuste de precificação referente ao final do exercício de 2019 foi de R\$ 2.158 mil. A variação do ajuste, em relação ao final do exercício de 2018, foi positiva em R\$ 643 mil. A variação positiva deveu-se à redução da taxa atuarial de 5,25% para 5%.

5.3.1.2) Letras Financeiras do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras do Tesouro Nacional,

Plano CVI

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
LFT	TESOURO	01/03/2024	2.061	20.195	21.564	21.564	MERCADO	-
TOTAL					21.564	21.564		-

5.3.2) Créditos Privados e Depósitos

5.3.2.1) Instituições Financeiras

Estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras- LF pertencentes exclusivamente ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das LF variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

Letras Financeiras:

Plano CVI

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
LF	ITAÚ	22/08/2022	7	3.294	4.558	4.558	VENCIMENTO	-
LF	ITAÚ	29/08/2022	4	1.909	2.626	2.626	VENCIMENTO	-
LF	ITAÚ	29/08/2022	10	4.787	6.572	6.572	VENCIMENTO	-
LF	BRASESCO	14/06/2023	14	5.292	7.234	7.234	VENCIMENTO	-
LF	BRASESCO	14/06/2023	14	5.292	7.234	7.234	VENCIMENTO	-
LF	SAFRA	09/03/2022	10	5.000	9.199	9.199	VENCIMENTO	-
LF	BTG PACTUAL	09/03/2022	10	5.000	9.199	9.199	VENCIMENTO	-
LF	BTG PACTUAL	01/09/2025	6	3.000	4.237	4.237	MERCADO	-
LF	BTG PACTUAL	19/09/2025	4	2.000	2.836	2.836	MERCADO	-
LF	SAFRA	01/09/2025	6	3.000	4.230	4.230	MERCADO	-
LF	SAFRA	01/12/2025	4	2.000	2.555	2.555	MERCADO	-
LF	BTG PACTUAL	23/01/2026	20	10.000	12.211	12.211	MERCADO	-
TOTAL					72.691	72.691		-

Ressalte-se que as Letras Financeiras acima não são precificadas pela ANBIMA. Assim, o valor de mercado informado desses ativos encontra-se igual ao seu valor contábil.

5.3.2.2) Companhias Abertas

Estão contabilizadas, nesta conta, aplicações em Companhias Abertas, as debêntures da Concessionária Auto Raposo Tavares – CART e da Cia Energética de Minas Gerais – CEMIG, pertencentes ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das debêntures variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Tais títulos privados encontram-se precificados na curva.

Plano CVI

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLI- CAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CON- TÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MER- CADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VA- RIAÇÃO MERCADO X CONTA- BILIZADO (R\$ MIL)
DEBENTURE	Concessionária Raposo Tavares	15/12/2024	5.000	5.022	6.543	6.796	VENCIMENTO	253
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	1.000	998	1.421	1.598	VENCIMENTO	177
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	3.700	3.692	5.259	5.911	VENCIMENTO	652
TOTAL					13.223	14.305		1.082

5.3.3) Ações

5.3.3.1) Instituições Financeiras

A Carteira é composta por ações de instituições financeiras pertencentes aos Plano BD e CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO em que foram negociadas.

Plano BD		R\$ Mil	
ATIVOS	CUSTO CONTÁBIL	VALOR A MERCADO	
ABCB4	4.094	4.932	
SANB11	2.394	3.254	
TOTAL	6.488	8.186	

Plano CV I		R\$ Mil	
ATIVOS	CUSTO CONTÁBIL	VALOR A MERCADO	
ABCB4	921	999	
TOTAL	921	999	

5.3.3.2) Companhias Abertas

A Carteira é composta por ações de companhias abertas pertencentes aos Planos BD e CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO em que foram negociadas.

PLANO BD

PLANO BD		R\$ Mil	
ATIVOS	CUSTO CONTÁBIL	VALOR A MERCADO	
BBSE3	3.636	5.097	
TAE11	3.790	5.852	
EGIE3	1.999	2.398	
HGTX3	881	1.641	
ITSA4	2.001	2.496	
VIVT4	2.840	3.647	
PSSA3	3.538	4.116	
SAPR4	1.825	2.749	
DIVIDENDOS/ JUROS	-	297	
TOTAL		28.293	

PLANO CV I

PLANO CV I		R\$ Mil	
ATIVOS	CUSTO CONTÁBIL	VALOR A MERCADO	
BBSE3	1.109	1.440	
CPLE6	1.111	2.183	
EGIE3	1.103	1.321	
ITSA4	1.111	1.200	
PSSA3	1.004	1.173	
SAPR4	1.049	1.625	
TAE11	1.098	1.347	
VIVT4	1.109	1.351	
DIVIDENDOS/ JUROS	-	204	
TOTAL		11.844	

5.3.3.3) Patrocinadores

A Carteira é composta por ações ON do patrocinador instituidor Banco do Nordeste do Brasil – S.A pertencentes ao Plano BD. Os papéis possuem um valor de mercado de R\$ 25.859 mil. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO em que foram negociadas.

5.3.4) Fundos de Investimento

5.3.4.1) Renda Fixa

A carteira de Renda Fixa dos planos administrados pela Capef é composta pelo Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo, com gestão do BNB compartilhada com a Capef, cotas do fundo *Capital Market*, com gestão do Banco BTG Pactual, pertencentes à carteira própria do plano BD; cotas dos fundos Vinci FI Renda Fixa Imobiliário e Vinci FI Renda Fixa Imobiliário II, com gestão da *Vinci Partners* e cotas do fundo Santander FIC FI Institucional

com gestão do Banco Santander Brasil, estes três últimos pertencentes às carteiras próprias dos planos BD e CVI. Já os fundos, BNB FIC Referenciado DI RF, com gestão do BNB e o fundo Caixa Referenciado DI RF, com gestão da Caixa Econômica Federal, tem suas cotas pertencentes exclusivamente à carteira própria do Plano CV I. A seleção desses fundos é aprovada pelo Comitê de Investimentos da Entidade por meio de critérios objetivos. As taxas de administração cobradas por esses fundos estão dentro dos padrões praticados pelo mercado.

As aplicações encontram-se integralmente custodiadas junto à instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme prevê a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

Segue o detalhamento da carteira de fundos de Renda Fixa consolidada:

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2020	28.400	49.906	94.603	98.537	Vencimento	3.933
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2024	242.597	337.605	753.159	940.009	Vencimento	186.849
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2035	176.106	284.837	540.176	769.621	Vencimento	229.445
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2045	260.225	367.181	740.417	1.214.093	Vencimento	473.676
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	182.000	592.363	675.469	889.240	Vencimento	213.771
COMPROMISSADAS	Tesouro Nacional	01/09/2021	928	-	9.705	9.705	Negociação	-
Fundo Crédito Privado II	BTG Pactual	-	2.327.780	-	0	0	Negociação	-
CONTAS PAGAR/RECEBER	-	-	-	-	-114	-114	-	-
TESOURARIA	-	-	-	-	2	2	-	-
(A) Fundo Bco Nordeste RF Previdenciário Exclusivo	-	-	-	-	2.813.417	3.921.093	-	1.107.673
(B) Cota do fundo Vinci FI RF Imobiliário	Vinci	-	142.324	-	16.452	16.452	Negociação	-
(C) Cota do fundo Capital Market	BTG Pactual	-	22.376	-	209	209	Negociação	-
(D) Cotas do fundo Santander FIC Referenciado DI RF	Santander Asset	-	327.794	-	60.003	60.004	Negociação	1,00
(E) Cotas do fundo BNB FIC Referenciado DI RF	BNB	-	1.356.891	-	2.115	2.115	Negociação	-
(F) Cotas do fundo Caixa FI Referenciado DI RF	CEF	-	31.602	-	115	115	Negociação	-
(G) Cota do fundo VINCI FI RF IMOBI II	Vinci	-	85.204	-	8.547	8.547	Negociação	-
Sub-total Fundos de Renda Fixa (A+B+C+D+E+F)	-	-	-	-	2.900.858	4.008.535	-	1.107.674
(-) Bloqueio Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Fundos de Renda Fixa	-	-	-	-	2.900.858	4.008.535	-	1.107.674

Ressalta-se que as cotas do Fundo Crédito Privado II, correspondente a 0,00908% da carteira do Fundo Banco do Nordeste RF Previdenciário Exclusivo, foram 99,88% provisionadas para perda.

As cotas do Fundo Banco do Nordeste RF Previdenciário Exclusivo são segregadas entre dois planos da Capef: BD e PGA- Plano de Gestão Administrativa. O Plano BD detém 38.684.127,548 cotas, enquanto o PGA é detentor de 1.179.177,562 cotas. Segue a segregação dos valores monetários das cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo entre os planos de benefícios BD e PGA.

	<i>R\$ mil</i>	
	2019	2018
(A) Fundo Bco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo	2.813.417	2.764.499
Plano BD	2.730.195	2.693.536
Plano de Gestão Administrativo	83.222	70.963

5.3.4.2) Ações

Rubrica composta por cotas de cinco fundos de ações pertencentes ao Plano CV I:

Plano CVI	<i>R\$ Mil</i>	
	ATIVOS	VALOR
NEO Navitas	4.107.696	12.388
BNB Paribas Action FIC FIA	14.146	5.334
Bradesco FIA Dividendos	401.578	4.944
Itaú Phoenix	270.785	7.897
Constância Fund. FIA	1.680.252	6.832
TOTAL FUNDO	-	37.394

5.3.4.3) Multimercado

A rubrica Multimercado é composta pelo Fundo Fortaleza Multimercado, multimercado institucional, por cotas de Fundos de Investimentos no Exterior e por cotas de Fundos Multimercados Estruturados cujos títulos e valores mobiliários encontram-se discriminados a seguir. O patrimônio do Fortaleza Multimercado é composto por recursos do Plano BD, já os recursos alocados em Fundos de investimentos no Exterior e multimercados estruturados pertencem exclusivamente ao Plano CVI.

5.3.4.3.1) Fundo Fortaleza Multimercado:

Plano BD

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
Fundo Imobiliário	BPPF11	-	27.752	2.523	3.588	3.588	Negociação	-
Fundo Imobiliário	GGRC11	-	21.513	2.511	3.231	3.231	Negociação	-
Fundo Imobiliário	HGLG11	-	17.486	2.500	3.605	3.605	Negociação	-
Fundo Imobiliário	HGRE11	-	18.981	2.750	3.758	3.758	Negociação	-
Fundo Imobiliário	KNRI11	-	28.994	4.227	5.746	5.746	Negociação	-
Fundo Imobiliário	RBFF11	-	5.021	431	577	577	Negociação	-
Fundo Imobiliário	RBFF12	-	21.691	-	-	-	Negociação	-
Fundo Imobiliário	RBVA11	-	20.633	2.338	3.487	3.487	Negociação	-
Fundo Imobiliário	VISC11	-	31.922	3.448	4.460	4.460	Negociação	-
Fundo Imobiliário	VISC12	-	14.735	1.864	2.058	2.058	Negociação	-
Fundo Imobiliário	XPML11	-	46.948	4.994	6.432	6.432	Negociação	-
Ações	NEOE3	-	50.000	783	1.244	1.244	Negociação	-
Ações	VIVA3	-	20.000	480	582	582	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Bradesco	-	1.008.483	-	12.131	12.131	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Vinci Partners	-	66.205	-	7.653	7.653	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Vinci Partners II	-	19.661	-	1.972	1.972	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Santander Asset	-	74.699	-	13.674	13.674	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Safra Asset	-	69.090	-	13.240	13.240	Negociação	-
Debêntures	Conc. Auto Raposo Tavares	15/12/2024	5.000	5.022	6.796	6.796	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	18.000	86.654	87.947	87.947	Negociação	-
LFT	Tesouro Nacional	01/03/2022	900	8.356	9.421	9.421	Negociação	-
LFT	Tesouro Nacional	01/03/2023	3.100	31.992	32.424	32.424	Negociação	-
Contas a pagar e a receber	-	-	-	-	1	1	-	-
Tesouraria	-	-	-	-	84	84	-	-
Total de Renda Fixa					224.112	224.112		-

5.3.4.3.2) Fundos de Investimentos no Exterior:

As cotas dos fundos de Investimentos no exterior são detidas exclusivamente pelo plano CV I. O fundo detido pelo plano aloca seus recursos, indiretamente, em ativos negociados em mercados externos de renda fixa.

Plano CVI

<i>R\$ Mil</i>		
ATIVOS	Quantidade	VALOR
Western Asset Macro Opportunities FI Multimercado - IE	5.540	9.410
Valores a receber	-	17
TOTAL FUNDO INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	5.540	9.427

5.3.4.3.3) Fundos de Investimentos Multimercado Estruturado:

As cotas dos fundos de Investimentos Multimercado Estruturados são detidas exclusivamente pelo plano CV I. Os fundos classificados como Multimercado possuem políticas de investimento que envolvam vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial.

Plano CVI

<i>R\$ Mil</i>		
ATIVOS	QUANTIDADE	VALOR
Captalys FIC FIM CP	3.537.071	25.291
Ibiuna Hedge STH FIM	42.012	10.166
Vinci Valorem FIM	33.123	7.071
Absolute Vértex II FIM	5.939.701	10.002
TOTAL FUNDO	-	52.530

5.3.4.4) Índice de Mercado

A rubrica Índice de Mercado é composta de cotas de fundos de índices – BOVA11 e SMAL11, pertencentes aos planos BD e CV I. O BOVA11 acompanha a variação do IBOVESPA e o SMAL11 acompanha a variação do índice de ações *Small Cap* da B3. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das cotas são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 em que foram negociadas.

Plano BD			<i>R\$ Mil</i>
ATIVOS	QUANTIDADE	VALOR	
BOVA11	358.600	39.887	
SMAL11	181.000	24.696	
TOTAL FUNDO	-	64.583	

Plano CV I			<i>R\$ Mil</i>
ATIVOS	QUANTIDADE	VALOR	
BOVA11	379.810	42.246	
SMAL11	137.720	18.791	
TOTAL FUNDO	-	61.037	

5.3.4.5) Imobiliário

Segmento composto por cotas de fundos, que investem em empreendimentos imobiliários. Os fundos pertencem aos Planos BD e CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das cotas são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 em que foram negociadas conforme quadros a seguir:

Plano BD			<i>R\$ mil</i>
ATIVOS	CUSTO	VALOR	
FII BR PLURAL ABSOLUTO	3.363	6.480	
RB Fundos de Fundo	5.730	6.787	
FII GGRCOVEPCI	10.723	13.301	
FII Kinea	5.000	6.797	
VINCI FII	2.102	2.636	
RB Renda Educativa	7.000	8.441	
TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO	33.918	44.442	

Plano CV I			<i>R\$ mil</i>
ATIVOS	CUSTO	VALOR	
FII CSHG Log	2.500	3.605	
FII BR PLURAL ABSOLUTO	574	803	
FII GGRCOVEPCI	14.688	17.859	
FII RB Fundo de Fundos	1.565	2.046	
VINCI FII	15.425	19.046	
FII HG Real	2.750	3.758	
FII Kinea	5.000	6.797	
FII Malls BP CI	5.000	6.202	
FII RB Renda Educacional	5.000	6.029	
FII RB Renda Varejo	2.288	3.487	
FII RB Renda Corporativa	5.000	7.852	
FII TG Ativo Rela	7.648	8.059	
FII XP Malls	4.994	6.433	
A Receber	-	218	
TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO	72.432	92.193	

5.3.5) Investimentos Imobiliários

A carteira de investimentos imobiliários, pertencente ao Plano de Benefício Definido - BD e ao Plano de Gestão Administrativa- PGA, encerrou o ano de 2019 com ativos distribuídos em seis estados da federação e detendo valor total de R\$ 216.620 mil. No Plano BD R\$ 215.046 mil (R\$ 261.834, em 2018), destes R\$ 213.132 mil pertencentes às edificações e respectivos direitos creditórios de locações, e R\$ 1.914 mil referentes a direitos líquidos creditórios por vendas a prazo de imóveis (alienações). Composto o PGA temos R\$ 1.574 mil (R\$ 1.440 mil em 2018) referentes a edificações e respectivos direitos.

A tabela a seguir sintetiza a posição da carteira observada ao final de 2019 e 2018:

Plano BD	ATIVOS	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)		VARIACÃO (%)
		2019	2018	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		215.046	261.834	(17,87)
EDIFICAÇÕES		211.806	257.918	(17,88)
IMÓVEIS LOCADOS		170.845	206.342	(17,20)
IMÓVEIS DESOCUPADOS		40.611	51.251	(20,76)
OUTRAS (ÁREAS CEDIDAS AO CONDOMÍNIO)		350	325	7,49
DIREITOS CREDITÓRIOS		3.240	3.916	(17,25)
LOCAÇÕES		1.326	1.995	(33,54)
ALIENAÇÕES		1.914	1.921	(0,34)

Plano Gestão Administrativa	ATIVOS	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)		VARIACÃO (%)
		2019	2018	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		1.574	1.440	9,29
EDIFICAÇÕES		1.574	1.440	9,29
IMÓVEIS LOCADOS		0	0	-
IMÓVEIS DESOCUPADOS		1.574	1.440	9,29

5.3.5.1) Edificações

Ao longo do exercício de 2019, no tocante aos ativos edificados, a carteira sofreu aumentos e diminuições patrimoniais decorrentes dos imóveis reavaliados no Plano BD, tudo à luz da periodicidade trienal, prevista na Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 com as alterações dadas pela Instrução PREVIC No. 15, de 12 de novembro de 2014.

Para tanto, a Entidade efetuou, com base em

laudos de avaliação independente, a reavaliação dos ativos discriminados no quadro seguinte, obtendo-se decréscimo líquido de R\$ 9.101 mil ao valor da carteira do Plano de Benefício Definido:

Plano BD

UF	IMÓVEL	MÊS	VALORES (EM R\$ MIL)			%
			CUSTO CONTÁBIL	VALOR DE AVALIAÇÃO	RE-SULTADO	
DF	Edifício Paulo Sarasate	dez/19	10.886	10.270	(616)	-5,66%
PE	Edifício Apolônio Sales	dez/19	72.414	63.428	(8.986)	-12,41%
RJ	Edifício Gustavo José de Matos	dez/19	3.432	3.800	368	10,72%
RJ	Edifício Século de Frontin	dez/19	9.540	10.000	460	4,82%
RJ	Edifício Manhattan Tower	dez/19	29.313	28.260	(1.053)	-3,59%
PE	Galpão Oliveira Lima	dez/19	4.605	5.330	725	15,74%
TOTAL			130.190	121.088	(9.101)	-6,99%

Na carteira de investimentos do Plano de Gestão Administrativa encontra-se classificada a loja, que consoante ao Edifício Sede da Capef, foi reavaliada em abril 2019, dentro da periodicidade trienal, com obtenção do acréscimo patrimonial no valor de R\$ 153 mil conforme quadro a seguir:

PGA

UF	IMÓVEL	MÊS	VALORES (EM R\$ MIL)			%
			CUSTO CONTÁBIL	VALOR DE AVALIAÇÃO	RE-SULTADO	
CE	Edifício Paulo Aguiar Frota	abr/19	1.433	1.586	153	10,69%
TOTAL			1.433	1.586	153	10,69%

Outro evento que contribuiu para redução do patrimônio de imóvel foram as vendas ocorridas no período, que geraram uma receita contábil de venda na ordem de R\$ 6.338 mil, e decréscimo líquido de R\$ 34.467 mil na carteira do plano BD:

Plano BD

UF	IMÓVEL	UNIDADES	MÊS	VALORES (EM R\$ MIL)			%
				CUSTO CONTÁBIL	VALOR VENDA	RE-SULTADO	
SP	Edifício Pedro Biagi	2ª sobreloja e 5 vagas	mar/19	3.600	4.000	400	11,10%
SP	Edifício Parque Cultural Paulista	Conjuntos 82, 111, 112, 121 e 122	dez/19	30.867	36.805	5.938	19,24%
TOTAL				34.467	40.805	6.338	18,39%

Em 2019, a conta de passivo de investimentos imobiliários do plano BD possuía um saldo de R\$ 1.183 mil, com destaque para as garantias recebidas na locação de imóveis a terceiros- caução, que detinha saldo individual de R\$ 727 mil, entre outras obrigações transitórias (aluguéis antecipados e valores/despesas a pagar).

5.3.5.2) Locações

Na carteira de imóveis do Plano BD, encontram-se registrados 115 contratos de locação comercial, de onde provêm as principais receitas do segmento.

No ano de 2019, o total de direito obtido sobre locações encerrou o exercício com saldo líquido de R\$ 1.326 mil (R\$ 1.995 mil, em 2018), relativo a aluguéis vencidos e vincendos, além de encargos por atraso, pagamentos a recuperar e recebimentos por compensação, descontado as provisões para perdas com aluguéis, encargos e pagamentos a recuperar, decorrentes do não pagamento por locatários que devolveram ou abandonaram o imóvel.

As provisões para perdas são calculadas em consonância com os critérios definidos pela Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, conforme quadro I do item 4.2.4.5.

5.3.5.3) Alienações

O Plano BD administrado pela Entidade possui ainda um saldo líquido, ao final do exercício, de R\$ 1.914 mil (R\$ 1.921, em 2018) relativo a parcelas vencidas de vendas a prazo realizadas, além de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações, descontados pela parcela de provisão de perdas de recebimento de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações referentes aos prédios Beira Mar Trade Center e Medical Center, todos localizados em Fortaleza/CE. As provisões de perdas são calculadas com base na diferença entre o valor atualizado do saldo devedor, inclusive encargos por atraso, e o valor de mercado atribuível gerencialmente às unidades imobiliárias alienadas.

A composição do saldo devedor líquido, por imó-

vel alienado, é seguinte: R\$ 96 mil referentes a salas do Medical Center (CE) e R\$ 1.818 mil para as unidades do Edifício Beira Mar Trade Center (CE).

5.3.6) Empréstimos a Participantes

Plano BD

No exercício de 2019, o plano realizou 2.940 liberações de empréstimos, com portfólio ao final do ano de 10.925 contratos ativos, totalizando R\$ 77.988 mil.

Os empréstimos atualizados com base na variação do IGP-DI representam 0,75% da carteira, 97,15% referem-se aos saldos de empréstimos atualizados pela variação do INPC e apenas 2,10% referem-se aos contratos atualizados pela variação do IGP-M.

Para garantia dos empréstimos contratados, desde o ano de 2006, o plano BD conta com o Fundo Garantidor de Empréstimo. Esse instrumento objetiva assegurar a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. O Fundo Garantidor de Empréstimo terminou 2019 com saldo de R\$ 14.908 mil (R\$ 12.325 mil em 2018), de acordo com o demonstrativo a seguir:

PLANO BD *em R\$ mil*

SALDO EM DEZ/18	ENTRADAS	BAIXAS	RENTABILIDADE	SALDO EM DEZ/19
12.325	2.232	1.125	1.476	14.908

O fundo foi criado após parecer atuarial como alternativa de redução do custo de seguridade para o associado e oferecimento de solvência ao então grupamento de mutuário alocado nesta modalidade de seguro na Entidade.

Plano CV I

No exercício de 2019, o Plano CV I realizou 5.274 liberações de empréstimos, apresentando ao final do período um portfólio de 13.793 contratos ativos, no valor de R\$ 64.798 mil. A carteira é atualizada pela variação do IPCA em sua totalidade.

O Plano CV I também possui Fundo Garantidor de Empréstimo e ao final de 2019, o saldo da rubrica importava em R\$ 1.249 mil (R\$ 831 mil em 2018), de acordo com o demonstrativo a seguir:

PLANO CV I *em R\$ mil*

SALDO EM DEZ/18	ENTRADAS	BAIXAS	RENTABILIDADE	SALDO EM DEZ/19
831	364	83	138	1.249

5.3.7) Financiamento Imobiliário

A linha de financiamento imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo ao final de 2019 somente 37 contratos ativos no valor total de R\$ 6.937 mil, saldo líquido após o desconto de todas as provisões de perdas efetuadas.

Desde 2003, o Conselho Deliberativo da Capef implementou a política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários do Plano BD, que contempla: (1) programa de deságios para quitação à vista ou refinanciamento do saldo devedor; (2) dação em pagamento do imóvel para liquidação integral da dívida existente; e (3) quitação do saldo devedor ou reconstrução do financiamento, tomando-se por base o valor de mercado, definido por laudo técnico de avaliação devidamente atualizado.

A política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários explica a existência de provisão para deságio ao final de 2019 de R\$ 3.036 mil, valor resultante do recálculo do contrato pela taxa equivalente a INPC + 5,5% ao ano.

A cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente é garantida por seguro prestamista, com o valor do capital segurado limitado a R\$ 547 mil para mutuários com idade inferior ou igual a 65 anos, enquanto esse limite é de R\$ 400 mil para mutuários com idade superior a 65 anos. O seguro é contratado anualmente e contempla casos de sinistro por falecimento ou por invalidez decorrente de acidente ou doença. Os saldos devedores que ultrapassam o valor fixado na apólice encontram-se provisionados em face do risco de perda, totalizando o montante de R\$ 65.088 mil em 31 de dezembro de 2019.

5.3.8) Depósitos Judiciais/Recursais

O saldo de R\$ 279 mil em 2019 (R\$ 297 mil em 2018) depositado em juízo pelo Plano BD viabilizou a defesa da Entidade em três processos, a saber: a) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária de

imposto de renda sobre suas aplicações financeiras; b) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbências incidentes sobre ações de rescisões contratuais de compra e venda de salas e vagas de garagem do Edifício Beira-Mar Trade Center, em decorrência de inadimplência; e c) ação que pleiteia a devolução de valores recolhidos à União a título de imposto de renda e a declaração de inconstitucionalidade do art. 6º, §1º e 2º, do Decreto-Lei nº 2.065/83, sob o argumento de que a Capef goza de imunidade tributária.

5.3.9) Outros Realizáveis

O saldo de R\$ 500 mil (R\$ 754 mil em 2018) da conta Outros Realizáveis, pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formado pelos créditos tributários referentes a retenções indevidas de IR, descontados do recebimento de aluguéis e de juros sobre capital próprio relativo a ações preferenciais e ordinárias do BNB. A Capef já solicitou a restituição dos valores junto à Receita Federal do Brasil e aguarda decisão daquele órgão.

6. PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2019, o Ativo Permanente da Capef, pertencente exclusivamente ao Plano de Gestão Administrativa, apresentou saldo de R\$ 12.324 mil (R\$ 11.743 mil em 2018).

6.1) Imobilizado

A rubrica Imobilizado apresentou saldo de R\$ 10.983 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 9.735 mil em 2018).

R\$ mil

Rubrica	2019	2018
Imobilizado	10.983	9.735
Bens Móveis	464	363
Bens Imóveis	10.519	9.372

O imóvel sede da Capef, pertencente ao Plano de Gestão Administrativa que representa 95,78% do Imobilizado da Entidade, foi reavaliado baseado em laudos de perito independente conforme a Instrução MPS/SPC No. 34, de 24 de setembro de 2009, anexo A, alterada pela Instrução PREVIC No. 15 de 12 de novembro de 2014, onde prevê que as avaliações imobiliárias devem ser realizadas, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos, a cada três anos. A Capef utiliza a reavaliação trienal para o seu imóvel do PGA. Segue detalhamento da reavaliação realizada:

IMÓVEL	HISTÓRICO	DATA DA REAVALIAÇÃO	AVALIADOR	CUSTO CONTÁBIL ANTERIOR R\$ mil	VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ mil	RECEITA DE REAVALIAÇÃO LÍQUIDA R\$ mil	VARIAÇÃO %	VIDA ÚTIL REMANESCENTE (EM ANOS)
ED. PAULO AGUIAR FROTA (CE)	PRÉDIO SEDE	04/04/19	1	9.319	10.614	1.295	+ 13,90%	57
TOTAL				9.319	10.614	1.295	+ 13,90%	

*Perito Independente: Francisco Francinildo Cavalcante Evangelista

6.2) Intangível

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício. Em 31 de dezembro de 2019, apresentou saldo de R\$ 1.341 mil (R\$ 2.008 mil em 2018). Segue detalhamento da composição do intangível.

Projetos	Custo Total	Prazo de Amortização	Início da Amortização	% Amortização	Amortização no Ano (R\$ mil)	Amortização Acumulada (R\$ mil)	Valor Contábil (R\$ mil)
Sistema de Benefício	2.618	120 meses	mai/11	10%	247	2.139	479
Sistema de Imóveis	478	36 meses	dez/17	33%	130	349	129
Sistema Gestão Administrativa Patrimonial	429	60 meses	jul/15	20%	86	386	43
Sistema de Gestão Atuarial	888	120 meses	mar/16	10%	89	340	548
Demais Softwares	1.195	60 meses			103	1.052	142
TOTAL	5.608				655	4.267	1.341

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1) Previdencial

No final do exercício de 2019, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 4.768 mil (R\$ 4.114 mil em 2018). O saldo corresponde, primordialmente, a restituições e pecúlios a serem pagos aos participantes do Plano BD, bem como a retenções de Imposto de Renda sobre benefícios e resgates de contribuições a serem repassados à Receita Federal do Brasil na devida competência, além de aposentadorias e pensões de participantes não cadastrados ou que aguardam decisão judicial.

7.2) Administrativo

O saldo corresponde aos compromissos assumidos pela Capef relativo ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviços de terceiros, gastos com manutenção da CAPEF (água, energia, telefone, etc.). No final do exercício de 2019, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.697 mil (R\$ 1.938 mil em 2018).

7.3) Investimentos

No final do exercício de 2019, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.578 mil (R\$ 1.561 mil em 2018), composto principalmente por exigibilidades do plano BD, tais como: a) cauções recebidas de locatários de imóveis; b) condomínios a pagar de imóveis vagos; c) serviços de corretagem relativas às locações comerciais e d) seguro de vida de financiamentos imobiliários a repassar à seguradora.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registram-se no exigível contingencial as ocorrências vinculadas a decisões judiciais futuras que poderão ou não gerar desembolsos aos planos administrados pela Entidade e depósitos que o plano efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais).

Em 31 de dezembro de 2019, o Exigível Contingencial, pertencente ao Plano BD e ao PGA, totalizou R\$ 166.980 mil (R\$ 151.349 mil em 2018). Segue detalhadamente a composição da rubrica:

	<i>R\$ mil</i>	
Rubrica	2019	2018
Exigível Contingencial	166.980	151.349
Plano BD		
Gestão Previdencial	158.094	144.061
Provisionado (Provável)	134.353	121.765
Depósito Judicial	22.563	21.019
Depósito Recursal	1.178	1.277
Gestão de Investimentos	3.166	2.956
Provisionado (Provável)	2.887	2.659
Depósito Judicial	270	288
Depósito Recursal	9	9
PGA		
Gestão Administrativa	5.720	4.332
Provisionado (Provável)	408	371
Depósito Judicial	5.312	3.961

A seguir detalha-se o Exigível Contingencial dos planos incluindo-se no montante dos saldos os Depósitos Judiciais e Recursais em 31 de dezembro de 2019.

8.1) Gestão Previdencial - Plano BD

As contingências da Gestão Previdencial do Plano BD, classificadas pelos pareceres técnicos da área jurídica como perda provável encontram-se distribuídas conforme quadro a seguir:

	<i>R\$ mil</i>	
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROVÁVEL	2019	2018
Saldo Inicial	144.061	192.890
Constituição/reversão de Depósitos Judiciais/ Recursais	1.445	(13.419)
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	1.602	22.757
Reversão da Provisão (processos excluídos sem pagamento ou revisão de atuais)	(4.184)	(67.185)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	15.208	9.018
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	(38)	-
Saldo Final	158.094	144.061

O saldo final refere-se:

- a) a diferenças de benefícios e devolução de contribuições, calculadas conforme regras do Instrumento de Acordo, relativas aos participantes que não aderiram ao Regulamento de 2003 totalizando o valor de R\$ 6.839 mil; e
- b) a obrigações no valor de R\$ 127.513 mil decorrentes de demandas judiciais; e
- c) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais/recursais) que totaliza o montante de R\$ 23.742 mil.

A Entidade não possui condições de estabelecer um cronograma de saída de recurso relativamente às suas demandas judiciais, haja vista que a mensuração de um prazo para tais acontecimentos envolve fatores que são impossíveis de serem avaliados, a exemplo do tema de duração do processo.

8.2) Investimentos – Plano BD

As contingências do fluxo de investimento, pertencentes exclusivamente ao Plano BD, classificadas como perda provável, finalizaram o exercício de 2019 com um saldo de R\$ 3.166 mil (R\$ 2.956 mil em 2018).

	<i>R\$ Mil</i>	
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL	2019	2018
Saldo Inicial	2.956	2.737
Reversão de Depósitos Judiciais/ Recursais	(19)	(48)
Constituição de Depósitos Judiciais/ Recursais	2	65
Reversão da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	(85)	(14)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	312	216
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	0	0
Saldo Final	3.166	2.956

O saldo final refere-se:

- a) aos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária, onde a Capef questionava o recolhimento de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras no valor de R\$ 477 mil. A Entidade desistiu da ação face adesão à MP 2.222/01;
- b) no segmento de investimentos imobiliários, as ações mais relevantes se referem aos cálculos processuais dos contratos de compra e venda a prazo no valor de R\$ 1.388 mil e da execução fiscal do IPTU de diversos imóveis do Plano BD administrado pela Capef no total de R\$ 269 mil. Esse segmento de vendas (contrato particular de compra e venda) difere-se da linha de financiamento que a CAPEF oferecia aos seus associados, cuja garantia era a hipoteca do imóvel;
- c) no segmento de empréstimos e financiamentos imobiliários, as ações referem-se à revisão dos contratos de financiamentos imobiliários no total de R\$ 657 mil e da execução fiscal do IPTU dos contratos de financiamentos imobiliários antigos no total de R\$ 96 mil;
- d) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) totaliza o montante de R\$ 279 mil.

8.3) Gestão Administrativa - PGA

Segue a composição da provisão judicial administrativa:

	<i>R\$ mil</i>	
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROVÁVEL	2019	2018
Saldo Inicial	4.332	2.998
Constituição de Provisões	1.351	1.295
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	37	39
Saldo Final	5.720	4.332

Destaca-se que, do saldo total das Contingências Administrativas, R\$ 5.312 mil correspondem a valores depositados judicialmente relativo à incidência de contribuições para o PIS e COFINS, onde a CAPEF questiona na esfera judicial o recolhimento dessas contribuições. (Vide nota 11.1).

Há ainda, a provisão de um processo judicial de danos morais interposto contra a entidade, no valor de R\$ 408 mil.

8.4) Processos classificados com risco possível

Plano BD

Ressalte-se que há 123 processos judiciais no Plano BD classificados como perda possível, portanto não passíveis de contin-

genciamento, conforme dispõe a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho, de 2009 que aprovou a NBC TG 25, de 24 de novembro de 2017 que trata das provisões, ativos e passivos contingentes. Esses processos têm objetos diversos como abono, anulação do acordo geral, pensões e diferenças de benefícios e são estimados em R\$ 326.016 mil.

Plano CV

Para o passivo contingencial do Plano CV I, há 1 processo judicial classificado como perda possível, portanto não passível de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho, de 2009 que aprovou a NBC TG 25, de 24 de novembro de 2017 que trata das provisões, ativos e passivos contingentes. Esse processo tem como objeto o resgate de contribuições pelo participante mesmo estando vinculado ao patrocinador, ao valor de R\$ 7 mil.

PGA

Não existem demandas classificadas como possíveis no PGA.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

9.1.1) Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos da Entidade relativos aos benefícios previdenciais futuros, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário independente.

Plano BD

Em 31 de dezembro de 2019, as Provisões Matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 3.561.865 mil (R\$ 3.467.793 mil em 2018). A variação de 2,71% decorreu, principalmente, da evolução normal das Provisões Matemáticas que cresce em função dos juros atuariais e das contribuições recebidas e decresce pelos benefícios pagos pelo plano. Registram-se ainda 236 concessões de aposentadoria resultando em um aumento das provisões matemáticas de benefício concedido e uma redução nas provisões matemáticas de benefícios a conceder.

	<i>R\$ mil</i>	
Rubrica	2019	2018
Provisões Matemáticas	3.561.865	3.467.793
Benefícios concedidos	3.037.192	2.851.584
Benefícios a conceder	524.673	616.209

As Provisões Matemáticas diminuíram em termos reais (2,71%, enquanto a variação do INPC no período foi de

4,48%). A redução real de 1,77% ocorreu em função do estágio de maturidade do plano BD, onde o total dos benefícios pagos é superior ao recebimento das contribuições, da redução da taxa de administração de longo prazo (de 6,75% para 5,9%) e do aumento da hipótese de postergação de aposentadoria (de 84 meses para 91 meses), ainda que esses efeitos tenham sido atenuados em razão da redução da taxa de contribuição dos assistidos vinculados ao regulamento de 2003 (BD2) de 20% para 19,20% aplicada em 31/12/2019.

Plano CV I

O saldo das Provisões Matemáticas referente ao Plano CV I, em 31 de dezembro de 2019, totalizou R\$ 1.156.878 mil (R\$ 912.790 mil, em 2018). O crescimento de 26,74% decorreu, principalmente, do aporte de novas contribuições e de sua capitalização. Ressalte-se que o Plano CV I iniciou suas operações em maio de 2010.

Rubrica	R\$ mil	
	2019	2018
Provisões Matemáticas	1.156.878	912.790
Benefícios concedidos	118.693	75.593
Benefícios a conceder	1.038.185	837.197

9.1.2) Equilíbrio Técnico

9.1.2.1) Reserva de Contingência - Superávit Técnico Acumulado

O superávit de R\$ 21.071 mil apresentado no Plano BD, em 31 de dezembro de 2019, foi impactado neste exercício, pelo resultado positivo dos investimentos no valor R\$ 400.420 mil e, negativamente, no valor de R\$ 399.523 mil, pelos dispêndios decorrentes do aumento das obrigações dos planos, pagamento de benefícios, repasse de custeio administrativo e constituição de contingências, resultando no superávit de R\$ 21.071 mil conforme destacado no quadro a seguir:

Plano BD

	R\$ mil	
	RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2018	20.173
Fluxo Previdencial	(277.619)	
Investimentos	400.420	
Custeio administrativo	(13.831)	
Provisões Atuariais	(94.072)	
Contingências	(14.000)	
SUPERÁVIT EM 31/12/2019	21.071	

A situação atuarial do plano CV I, em 31 de dezembro de 2019, apresenta-se superavitária em R\$ 585 mil em virtude do desempenho dos investimentos e dos ganhos atuariais obtidos sobre a parte das obrigações referentes aos benefícios concedidos que possuem características de benefício definido.

Plano CV I

	R\$ mil	
	RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2018	294
Fluxo Previdencial	118.273	
Investimentos	141.709	
Custeio administrativo	(7.425)	
Provisões Atuariais	(244.088)	
Fundos Previdenciais	(8.178)	
RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2019	585	

9.2) Fundos

9.2.1) Plano CV I - Fundos Previdenciais

O Plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências nos portfólios previdenciais mutualistas, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir: a) dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras; b) do saldo da conta de patrocinador relativo a participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e c) da recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. Ressaltamos que, após análise atuarial do Fundo de Solvência do Plano CV I realizada em novembro/2019 foi recomendada e aprovada pelo Conselho Deliberativo a redução, a partir do exercício de 2020, da taxa de solvência atuarial aplicada sobre as contribuições individuais dos participantes ativos do plano CV I de 1,4% para 0,7%.

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para Benefícios de Risco cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referente à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme

disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras vertidas ao plano.

Os fundos previdenciais do Plano CV I totalizaram R\$ 38.086 mil (R\$ 29.908 mil, em 2018), sendo distribuídos entre Fundo de Solvência Atuarial – Portfólio Mutualista (R\$ 22.907 mil) e Fundo Mutualista para Benefícios de Risco (R\$ 15.179 mil).

Não consta em 31 de dezembro de 2019, fundo de natureza previdencial no Plano BD.

9.2.2) Fundo de Custeio Administrativo

O Fundo de Custeio Administrativo é constituído pelas receitas oriundas dos custeios administrativos recebidos dos planos de benefício, resultado dos investimentos administrativos e receitas diretas da gestão administrativa, deduzidas das despesas e contingências administrativas. No exercício de 2019, o Plano BD destinou 8,0% e o Plano CV I 5,0% (mesmo percentual do ano de 2018 para ambos os planos) das receitas previdenciais, relativas às contribuições patronais e laborais de participantes ativos e assistidos e 2,7% incidente uma única vez sobre o saldo da conta individual do participante para o Plano CV I. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 95.618 mil (R\$ 82.077 mil, em 2018).

Destaca-se que, após estudo atuarial do Fundo de Custeio Administrativo da CAPEF, constatando a solvência do fundo, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo a redução, a partir do exercício de 2020, da taxa de custeio administrativo do Plano BD de 8,0% para 7,0% e da taxa de administração do participante ativo do Plano CV I de 5% para 4,5%.

9.2.3) Fundos de Investimentos

9.2.3.1) Plano BD - Fundo de Garantia de Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Na posição de 31 de dezembro de 2019, registraram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 15.747 mil, sendo R\$ 14.908 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 839 mil de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário (R\$ 13.077 mil, sendo R\$ 12.325 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 752 mil de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário em 2018).

No exercício de 2019, foi utilizado do fundo de Empréstimos o valor de R\$ 1.125 mil (R\$ 950 mil, em 2018), em razão do falecimento de mutuários, e constituídos os valores de R\$ 2.232 mil (R\$ 2.191 mil, em 2018) e de R\$ 1.476 mil (R\$ 1.250 mil, em 2018), decorrentes do recebimento de contribuições e da rentabilidade do fundo, respectivamente.

9.2.3.2) Plano CV I - Fundo de Garantia de Empréstimos

Na posição de 31 de dezembro de 2019, registrou-se fundo no Plano CV I no valor de R\$ 1.249 mil. No exercício de 2019, foram constituídos R\$ 364 mil, decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 138 mil, em virtude de sua rentabilidade e a utilização de R\$ 83 mil razão do falecimento de mutuário no período.

10. FATOS RELEVANTES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A segregação do Plano de Gestão Administrativa- PGA é estabelecida por meio da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, com a finalidade de identificar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa separadamente dos planos de benefícios, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

O Conselho Deliberativo da Entidade estabeleceu como limite anual de recursos destinados pelos planos de benefícios para o PGA em 1% incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir, conforme artigo 6º da resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre os limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar. Apesar do limite para cobertura das despesas administrativas da Capef atingir o valor de R\$ 49.340 mil, as despesas administrativas efetivas totalizaram R\$ 15.698 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 15.799 mil em 2018).

	R\$ mil	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2019	2018
Pessoal e Encargos	11.295	10.943
Treinamentos/Congressos e Seminários	100	151
Viagens e Estádias	116	151
Serviços de Terceiros	1.396	1.386
Despesas Gerais	1.434	1.639
Depreciação e Amortização	981	1.174
Tributos	376	355
TOTAL	15.698	15.799

A Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, no seu anexo A – Normas Complementares, item II – Procedimentos Operacionais, subitem 6, ao final de cada mês, estabelece que a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Ressalta-se que essa participação não representa, para os planos previdenciais, um direito a receber, devendo ser observado o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo na Entidade. Para essa finalidade, as despesas são segregadas proporcionalmente ao quantitativo de participantes e ao patrimônio de cada plano de benefício.

O quadro a seguir detalha a participação de cada plano de benefício previdenciário no fundo administrativo, nas posições de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2019	2018
Participação no Fundo Administrativo	95.618	82.077
Plano BD	67.605	58.837
Plano CV	28.013	23.240

11. TRIBUTOS FEDERAIS

11.1) PIS/COFINS cobrados sobre Recursos destinados ao Custeio Administrativo

Em junho de 2006, a CAPEF impetrou um mandado de segurança, a fim de evitar a incidência de contribuições para o PIS e COFINS sobre as suas receitas, por entender que o §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 é inconstitucional. Em decisão liminar, o Juízo autorizou o depósito dos valores correspondentes às sobreditas contribuições, até a resolução definitiva do mandado de segurança. Posteriormente, a pretensão da Entidade foi julgada procedente e a decisão que o fez transitou em julgado, em setembro de 2013. Diante disso, a CAPEF requereu o levantamento dos depósitos que fizera e permaneceu sem recolher contribuições para o PIS e COFINS sobre suas receitas.

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade ajuizou outro mandado de segurança, em outubro de 2015, buscando o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre o patrimônio que administra. Esse mandado de segurança se processa sob o nº 0807082-95.2015.4.05.8100.

Em meados de novembro de 2015, a CAPEF obteve decisão liminar, autorizando-a a depositar judicialmente os valores correspondentes a esses tributos, em vez de recolhê-los diretamente à União.

No entanto, em junho de 2016, o Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender pela incidência das contribuições para o PIS e COFINS sobre o patrimônio que a Entidade administra. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer realizando os depósitos judiciais dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra aquela sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, no entanto, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF da 5ª R.) o desproveu, razão pela qual a Entidade interpôs recursos especial e extraordinários, os quais, atualmente, encontram-se pendentes de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente.

Mensalmente, a Entidade vem efetuando esses depósitos, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. Os depósitos efetuados pela CAPEF, em 31 de dezembro de 2019, acumulam R\$ 5.312 mil.

11.2) Créditos Tributários provenientes do RET – Regime Especial de Tributação

A princípio, a CAPEF apresentou pedido de compensação tributária junto à Secretaria da Receita Federal – SRF, relativamente à exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do Regime Especial de Tributação – RET, alusivas ao 4º trimestre de 2003 e ao ano de 2004, no valor de R\$11.111 mil.

Em 2012, a SRF restituiu à CAPEF o valor de R\$ 1.415 mil (valor original de R\$ 732 mil), relativos ao RET do 1º, 2º e 3º trimestres de 2004, permanecendo pendentes os tributos relativos ao 4º trimestre de 2003 no valor de R\$ 8.646 mil (valor original de R\$ 3.642 mil) e também o 4º trimestre de 2004 no valor de R\$ 683 mil (valor original R\$ 321 mil). Em 2015, a SRF restituiu à CAPEF o valor relativo ao RET do 4º trimestre de 2004.

Não obstante as restituições anteriores, a SRF, em 2016, indeferiu, em última instância, o pedido compensação da CAPEF.

Como o crédito tributário cuja compensação foi requerida havia sido utilizado para compensar os recolhimentos tributários da Entidade durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008, a CAPEF, com o indeferimento do seu pedido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, última instância no âmbito da SRF, resolveu efetuar a reversão do saldo correspondente ao crédito tributário, provisionar o total de débitos tributários compensados, atualizando-os pela

SELIC, e a reconhecer a multa de 20%, tudo isso em obediência ao princípio da prudência.

Ainda em 2016, mais especificamente em dezembro, a CAPEF recolheu R\$ 19.800 mil e ajuizou uma ação anulatória de débito fiscal, cumulada com pedido de repetição de indébito, pretendendo o reconhecimento do seu direito de compensar o crédito tributário em questão. Essa ação se processa perante a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, sob o nº 0076130-89.2016.4.01.3400, e ainda se encontra em primeira instância, não havendo, até o momento, sentença proferida.

Em abril de 2018, o Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília determinou que a CAPEF especifique as provas que pretende produzir para instruir o processo, de maneira pormenorizada. Após esse evento, não houve outro andamento.

Todos os questionamentos citados acima referem-se ao Plano BD. O Plano CV I não possui demandas fiscais.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1) ATIVO CONTINGENTE – OFND

Em 23/06/1986, o Poder Executivo Federal criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND por meio do Decreto-Lei nº 2.228/86, cujo objetivo era captar recursos junto a investidores privados. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade de as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual, aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas, atualmente denominadas “provisões matemáticas”, nas “Obrigações” desse Fundo (OFND), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

Posteriormente, o Decreto-Lei nº 2.383/87 alterou o Decreto-Lei nº 2.228/86, modificando o indexador de atualização monetária dos valores investidos e as regras para sua utilização, acarretando desvantagens aos investidores. Em razão disso, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, desde o ano de 1991, ajuizou uma ação em nome de suas associadas em face da União, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES e do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, objetivando a observância dos expurgos inflacionários incidentes sobre a remuneração das OFND. Essa pretensão da ABRAPP foi julgada procedente e em 29/11/2010 a decisão transitou em julgado, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Atualmente, o processo judicial de que trata essa ação se encontra em fase de liquidação, em que se está apurando se a CAPEF manteve o ativo até a ocorrência dos expurgos inflacionários e, em caso afirmativo, qual o valor que lhe deve ser ressarcido.

12.2) TAXA DE JUROS E AJUSTE NA PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS - IMPACTOS

12.2.1) Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidente sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

12.2.2) Taxa de Juros parâmetro

A taxa de juros parâmetro corresponde àquela, cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios. Os pontos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros Média e correspondentes taxas de juros parâmetro, bem como limites inferior e superior, a serem aplicados na avaliação de 2019 foram divulgados por meio da Resolução CNPC No. 30, de 10 de outubro de 2018, Instrução PREVIC no. 10, de 30 de novembro de 2018, e Portaria PREVIC No. 300, de 12 de abril de 2019.

12.2.3) Cálculo da Taxa de Juros Atuarial para o exercício de 2020

Para a definição da taxa de juros atuarial foram elaborados para cada um dos planos de benefícios, Plano de Benefício Definido – BD e Plano de Contribuição Variável I – CV I, o estudo técnico de convergência entre a hipótese de taxa de juros real anual e a taxa de retorno real anual projetada, o que resultou na recomendação e adoção da taxa de juros atuariais de 5,50% a.a. para o Plano BD e de 5,00% a.a. para o Plano CV I.

Para o plano BD a taxa de juros atuarial está dentro do intervalo definido pela Portaria PREVIC nº 300, de 12 de abril de 2019, sendo de 4,08% a.a. o limite inferior e o superior de 6,23% a.a.

Para o plano CV I a taxa de juros atuarial também ficou dentro do intervalo legal (4,11% a.a. para o limite inferior e de 6,27% a.a. o limite superior).

A Resolução CGPC No. 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário estabelece também os parâmetros técnico-atuariais para

estruturação de plano de benefícios. A citada norma traz a definição da taxa de juros, além dos critérios do ajuste de precificação que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculados com a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,50% para o Plano BD e 5,00% para o Plano CV I e o valor contábil desses títulos (Ver Nota 5.3.1).

12.2.4) Apuração de Resultados

O resultado do exercício de 2019 do plano BD foi apurado pelo regime de competência e resultou no superávit de R\$ 21.071 mil. Por sua vez, o plano CV I encontra-se em equilíbrio apresentando um superávit de R\$ 585 mil em sua parcela característica de benefício definido.

A Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018 estabelece critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/ utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $(duration - 4) \times 1\% \times$ Provisões Matemáticas. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pelo menor valor entre 25% das provisões matemáticas e o resultado da seguinte fórmula $(10\% + (duration \times 1\%)) \times$ Provisão Matemática.

A duration do passivo do plano BD é de 8,96 anos em 31/12/2019, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 4,96% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 18,96% das Provisões Matemáticas.

A duration do passivo do plano CV I é de 21,45 anos em 31/12/2019, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 17,45% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 25% das Provisões Matemáticas.

O equilíbrio técnico ajustado dos planos BD e CV I, bem como o índice de solvência, no final do exercício de 2019 encontram-se demonstrados a seguir.

Plano BD	2019
A) Cálculo dos Limites	R\$ Mil
a) Saldo Provisões Matemáticas (P.M) (conta 2.3.1.1.00.00.00)	R\$ 3.561.865
b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)	4,96
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((a*b1)/100)^{-1}$	-R\$ 176.668
c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado	
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)	18,96
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(a*c1)/100$	R\$ 675.330
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$	R\$ 890.466
c.4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)	R\$675.330
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00)	R\$ 21.071
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo	R\$ 295.447
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$ 316.518
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência	8,89%
Plano CV I	
2019	
A) Cálculo dos Limites	R\$ Mil
a) Saldo Provisões Matemáticas - benefício definido estruturado em regime de capitalização (P.M - BD) (conta 2.3.1.1.01.02)	R\$ 30.585
b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)	17,45
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((a*b1)/100)^{-1}$	-R\$ 5.337
c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado	
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)	31,45
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(a*c1)/100$	R\$ 9.619
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$	R\$ 7.646
c4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)	R\$ 7.646
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00)	R\$ 585
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo	R\$ 2.158
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$ 2.743
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência	8,97%

Fortaleza, 31 de janeiro de 2020.

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

PARECERES

**PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES EM RELAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO
DELIBERATIVO**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

**PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL
DO PLANO BD**

**PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL
DO PLANO CV I**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF
Fortaleza - CE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF ("CAPEF" e/ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração das mutações do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes quem emitiram relatório datado em 25 de fevereiro de 2019, sem qualquer modificação na opinião.

Alienação do estoque de imóveis

Em 25 de maio de 2018, o Conselho Monetário Nacional, emitiu uma nova resolução nº 4.661, em que menciona em seu parágrafo 5º, do artigo 37 que: "Em até doze anos, a contar da entrada em vigor desta Resolução, as EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) deverão alienar o estoque de imóveis e terrenos pertencentes à sua carteira própria ou constituir FII (Fundo de Investimento Imobiliário) para abrigá-los, não se aplicando, neste caso, o limite estabelecido na alínea "e" do inciso II do art. 28."



A CAPEF possui imóveis de uso próprio e alugados contabilizados, - com base na Instrução do Ministério da Previdência Social nº 34 de 2009 -, na rubrica de Investimentos imobiliários no montante de R\$ 216.620 mil e ainda não realizou a adequação desta norma visto que a vigência para obrigatoriedade é de doze anos a partir da data de publicação da resolução.

Nossa opinião não contém ressalva em relação a esses assuntos.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - CE

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO RELATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2019 DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF

Este Conselho, em sua 316ª Reunião realizada no dia 30/03/2020, em atendimento ao disposto art. 17, alínea k, da Resolução CNPC Nº 29, de 13/04/2018 e com base no art. 28, "d" do Estatuto da Entidade, analisou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2019:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstra es do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstra es da Muta o do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstra es das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis consolidadas;
- h) Relatórios dos Auditores Independentes; i
- i) Demonstra es Atuariais (Plano BD e Plano CV I);
- j) Pareceres Atuariais (Plano BD e Plano CV I); e
- k) Parecer do Conselho Fiscal; e
- l) Balanço Social.

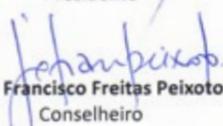
Com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes, Atuarh Consultoria Atuarial e Conselho Fiscal da Entidade complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Capef, o Conselho Deliberativo manifesta-se favoravelmente   aprova o das Demonstra es Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capef relativo ao encerramento do exercício de 2019 e determina a divulga o das referidas demonstra es, nos meios de comunica o da Entidade, em atendimento ao artigo 3  da Resolu o do ME/CNPC N  32, de 4/12/2019 dentro do prazo estabelecido pela PREVIC, por meio do Relatório Anual de Informa es da Capef, bem como a disponibiliza o aos participantes, beneficiários e assistidos por meio eletrônico ou encaminhados no prazo máximo de trinta dias,

contados da data da formalização do pedido, conforme previsão dada pela referida resolução em seu artigo 10.

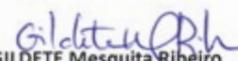
Fortaleza – Ceará, 30 de março de 2020.


Henrique Jorge Tinoco de Aguiar
Presidente


José Andrade Costa
Vice – Presidente


João Francisco Freitas Peixoto
Conselheiro


Sérgio Brito Clark
Conselheiro


GILDETE Mesquita Ribeiro
Conselheiro


LOURIVAL Nery Dos Santos
Conselheiro

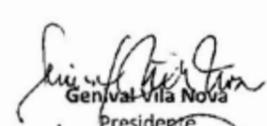
PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2019

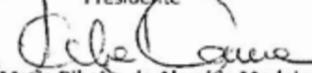
Este Conselho, em sua 474ª Reunião realizada no dia 27 março de 2020, em cumprimento ao item III, do Artigo 41º do Estatuto da Entidade e ao previsto no Artigo 5º, item III, do Regulamento do Conselho Fiscal e para atendimento ao disposto no Artigo 17º, alínea j, da Resolução CNPC Nº 29, de 13/04/2018, apreciou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2019:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa -- DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrac es do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstrac es da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstrac es das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas;
- h) Relatórios dos Auditores Independentes;
- i) Demonstrac es Atuariais (Plano BD e Plano CV I); e
- j) Pareceres Atuariais (Plano BD e Plano CV I).

Desta forma, com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes e Atuarh Consultoria Atuarial, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Entidade, o Conselho Fiscal manifesta-se favorável e recomenda ao Conselho Deliberativo   aprova o das Demonstrac es Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do ENB – Capef relativo ao encerramento do exercício de 2019.

Fortaleza – Ceará, 27 de março de 2020


Genival Vila Nova
Presidente


Aila Maria Ribeiro de Almeida Medeiros
Conselheira


Leonardo da Hora Barreto
Vice – Presidente


Helton Chagas Mendes
Conselheiro



Parecer da Avaliação Atuarial 2019 - Plano BD

(CNPB nº 1967.0001-74)

Parecer da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2019 do Plano de Benefícios Definidos – Plano BD.

Fevereiro de 2020

atuarhconsultoria.com.br
Rua Dr. Gilberto Studart, 1717, Sala 1002 – CEP 60.192-095 – Cocó – Fortaleza – CE
85 8819-0929 – contato@atuarhconsultoria.com.br

1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo de demonstrar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2019 do Plano de Benefícios Definidos – Plano BD, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF.

2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano BD encontra-se fechado para novos participantes desde 03/11/1999 e, nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, é classificado na modalidade de benefício definido, uma vez que todos os benefícios do plano têm seu valor previamente estabelecidos e seu custeio determinado atuarialmente de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Na década de 1990, tendo em vista o significativo déficit atuarial apresentado pelo Plano BD, a Entidade sofreu, em 1997, processo de intervenção pelo órgão fiscalizador do sistema de previdência complementar. As medidas adotadas pelo interventor para o atingimento do equilíbrio atuarial do plano, normatizadas no regulamento do plano aprovado em 2002, foram questionadas na justiça pela maior parte dos participantes e, em conjunto com representantes do patrocinador, participantes e assistidos, a Entidade propôs novo regulamento para o Plano BD, aprovado em 30/12/2003. Tendo em vista a situação litigiosa vivenciada à época, a aplicação do novo regulamento não foi feita de forma automática, carecendo de manifestação do participante, quer mediante acordo judicial, no caso daqueles com litígio judicial com a CAPEF, quer via formalização de termo de adesão, para aqueles sem litígio judicial.

Dessa forma, no Plano BD há participantes vinculados a três regulamentos distintos, o regulamento de 1994 (BD0), de 2002 (BD1) e de 2003 (BD2), sendo que a grande maioria dos participantes está vinculada a este último regulamento, cuja última alteração ocorreu em 12/12/2013. No caso do BD0, em razão de decisões judiciais, há variantes do regulamento original sendo praticadas.

3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

Nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, o Plano BD é classificado na modalidade de benefício definido, uma vez que todos os benefícios do plano estão estruturados nessa modalidade.

A escolha do regime financeiro retrata a forma de financiamento utilizada para honrar os compromissos assumidos com o plano de benefícios. Cada benefício do plano deve possuir um regime financeiro específico que seja mais adequado às características de riscos associados. No Plano BD, são adotados os regimes financeiros de capitalização para o financiamento de todos os seus benefícios.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento. O método de financiamento adotado para o Plano BD é o do Prêmio Nivelado Individual para todos os benefícios.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano BD estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

4. CADASTRO

O cadastro utilizado nesta avaliação conta, na posição de **31/12/2019**, com 1.262 participantes ativos, 3.705 aposentadorias programadas, 162 aposentadorias por invalidez e 1.253 grupos de beneficiários de pensão.

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não tendo sido necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Destaque-se que, além do teste, o cálculo das provisões matemáticas é mensalmente realizado com base de dados atualizada, sendo essa base comparada com a do mês anterior.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais para a avaliação de 31/12/2019, a seguir relacionadas, com exceção da postergação de aposentadoria que foi elevada de 84 para 91 meses, foram as mesmas adotadas na avaliação do exercício anterior e foram escolhidas com base na boa prática atuarial, observando a legislação vigente sobre o tema e estão fundamentadas em Estudos de Aderência específicos.

Quadro 1 – Hipóteses atuariais adotadas na avaliação de 31/12/2019

Hipótese	31/12/2019
Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 10%)
Tábua de Mortalidade de Invalídios	RP-2000 <i>Female Disabled Retiree</i>
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Família observada
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 91 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado
Indexador do Plano	(INPC) 4% a.a.
Taxa Real Anual de Juros	5,50% a.a.

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Caepf).

6. DURATION

A metodologia de cálculo da duração (*duration*) do passivo do plano está definida na Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018. Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo previdencial do Plano BD da CAPEF, obtém-se a **duration do passivo de 8,96 anos**.

7. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio, com vigência a partir de **01/01/2020**, apresenta a estimativa da estrutura de custos projetada para o exercício de 2020, de modo que seja preservada a solvência atuarial do Plano BD e detalha a forma de cálculo e o resultado percentual dos custos normais dos participantes ativos, a tabela de contribuição normal de participantes ativos (custeio) e o percentual de contribuição extraordinária dos assistidos.

7.1. CUSTO NORMAL

Para o exercício de 2020 o **Custo Normal** do plano foi quantificado em **14,33%** dos salários de contribuição, sendo **7,0%** destinado ao **custeio administrativo** do ano (o percentual de despesa

administrativa de longo prazo, adotado no cálculo das provisões matemáticas, é de **5,90%** e **4,53%** referente à **cobertura dos benefícios de risco** decorridos, a ser aplicado sobre o valor das contribuições dos participantes ativos na ocasião do resgate de contribuições.

Importa consignar que o resultado da soma da aplicação do percentual de custeio administrativo sobre os salários de contribuição, estimado para 2020, resulta inferior ao limite estabelecido no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da CAPEF, de 0,5% (meio por cento) sobre os recursos garantidores, estando em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

7.2. CUSTEIO PARTICIPANTES ATIVOS

O Custeio Normal, calculado a partir dos Valores Presentes Atuariais dos Salários Futuros e das Contribuições, considerando a atual estrutura de custeio normal dos participantes ativos, resulta em de 18,03%. Dessa forma, recomendamos, para o exercício de 2020, a manutenção da tabela de contribuições normais de participantes ativos aplicada em 2019 sobre os salários de contribuição, reproduzida no Quadro 2 adiante.

Quadro 2 – Tabela de Contribuições Normais de Participantes Ativos do Plano BD para o Exercício de 2020

Salário de Contribuição	Alíquota de Contribuição ⁽²⁾	Parcela a deduzir
Até 0,5 UBC ⁽¹⁾	2,6%	-
Acima de 0,5 UBC até 1 UBC	4,2%	0,0080 UBC
Acima de 1 UBC até 1,2 UBC	5,8%	0,0240 UBC
Acima de 1,2 UBC	12,6%	0,1056 UBC

Nota:

(1) UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 3.104,27.

(2) Os percentuais referem-se apenas à parcela de responsabilidade dos participantes ativos, portanto não incluem as parcelas de responsabilidade dos patrocinadores.

7.3. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS ASSISTIDOS

O Plano BD encerrou o exercício de 2018 com reserva de contingência de R\$ 20.173.215,89. No ano de 2019, o Plano BD apresentou resultado superavitário preliminar de R\$ 53.649.643,04, elevando o resultado acumulado do plano para R\$ 73.822.858,93, permitindo redução das **contribuições extraordinárias dos assistidos** de 20,00% para **19,20%**, para os participantes vinculados ao Regulamento de 2003. Para os demais participantes, foram mantidos os determinantes de seus respectivos normativos ou decisões judiciais específicas.

A redução proposta, combinada com a redução da taxa de administração e mudança na premissa de postergação de aposentadoria, elevou as Provisões Matemáticas do plano em R\$ 52.751.760,99, montante inferior ao resultado do exercício antes da redução da taxa de contribuição, evidenciando a preservação da reserva contingência registrada no final do exercício de 2018. Considerando a redução das contribuições extraordinárias, o Plano BD apresentou no exercício superávit de R\$ 897.882,05. A Reserva de Contingência contabilizada no encerramento do exercício de 2019 totaliza o montante de R\$ 21.071.097,94.

8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 3, as provisões matemáticas do Plano BD cresceram 2,72% em 2019 em relação ao valor contabilizado no encerramento do exercício de

2018. Descontada a variação do INPC de 4,48% observada no ano, o valor das provisões foi reduzido em 1,69%.

Quadro 3 – Resultado do Plano BD em 2018 e 2019

Rubrica	31/12/2018	31/12/2019	Valores em R\$	
			Varição Nominal	Varição Real
(+) Patrimônio de Cobertura do Plano	3.487.965.593,49	3.582.935.607,78	2,72%	-1,68%
(-) Provisões Matemáticas	3.467.792.377,60	3.561.864.509,84	2,71%	-1,69%
Benefícios Concedidos	2.851.583.003,27	3.037.192.017,64	6,51%	1,94%
Benefícios a Conceder	616.209.374,33	524.672.492,20	-14,85%	-18,51%
(=) Superávit Técnico	20.173.215,89	21.071.097,94	4,45%	-0,03%
Reserva de Contingência	20.173.215,89	21.071.097,94	4,45%	-0,03%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

O Plano BD encontra-se em um estágio de maturidade que tende a apresentar redução, em termos reais, no montante de suas obrigações atuariais. A redução real das provisões matemáticas de 1,69% observada em 2019 ocorreu mesmo com a redução da contribuição dos assistidos de 20,00% para 19,20%, para os participantes vinculados ao Regulamento de 2003.

9. EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018 e pela Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018, considerando a *duration* do passivo do Plano BD de 8,96 anos, para o caso de déficit técnico, o plano deve equacionar os déficits acima de 4,96% das Provisões Matemáticas e, para o caso de superávit, a distribuição deve ocorrer para os resultados acumulados acima de 18,96% das Provisões Matemáticas.

O valor do ajuste de precificação é apurado, conforme a citada resolução CGPC nº 10, pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,50%, e o valor contábil desses títulos. O valor do ajuste de precificação do Plano BD, em 31/12/2019, foi apurado em R\$ 295.446.786,06. Dessa forma, o **Equilíbrio Técnico Ajustado** do plano é de **R\$ 316.517.884,00**, que corresponde a **8,89%** do total de suas provisões matemáticas.

10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Plano BD incorpora diversos mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais, tais como:

- fechado a novas adesões;
- percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios não incorporados ao regulamento;
- base para o cálculo do benefício e salário de contribuição desatrelados ao salário efetivo do participante ativo, sendo a evolução do salário de contribuição estabelecidos no regulamento do plano;
- reajuste dos benefícios dos assistidos desvinculado do reajuste concedido pelo patrocinador;
- reajuste dos benefícios vinculados ao índice do plano, que é calculado com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitado a 100% e não inferior a 30% da variação do INPC do ano;



- vi) valores dos benefícios do plano desvinculados do valor do benefício pago pelo RGPS; e
- vii) valores dos benefícios do plano vinculados a valor de RGPS hipotético, reajustado pelo mesmo índice do plano.

Considerando esses mecanismos, os riscos atuariais associados ao Plano BD estão relacionados aos eventos biométricos de entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e de mortalidade de válidos, grupo principal, cujas estimativas são expressas pelas tábuas atuariais, além de alteração na base cadastral, seja do grupo principal, seja de beneficiários do plano, grupo secundário. O plano também está exposto ao risco de mercado, sendo que a regra de reajuste do benefício, minimiza sobremaneira seu impacto. Além disso, o plano possui significativa parcela de seu patrimônio em títulos públicos marcados na curva com taxas superiores à taxa de juros atuariais.

Pelo exposto, os riscos atuariais existentes no Plano BD não são relevantes e estão mitigados pelos mecanismos presentes em sua arquitetura.

11. CERTIFICAÇÃO

O resultado superavitário no ano, após a redução das contribuições extraordinárias do plano, foi de R\$ 897.882,05 e proveio, principalmente, da rentabilidade do plano acima da meta, sendo que a redução das contribuições extraordinárias, em conjunto com a redução da taxa de administração de ativo e da mudança da premissa de postergação de aposentadoria, importou em R\$ 52.751.760,99. Assim, o plano acumulou um superávit de R\$ 21.071.097,94 na posição de 31/12/2019, devidamente registrado em reserva de contingência, conforme determinação normativa.

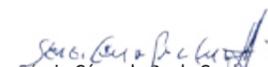
A redução das contribuições extraordinárias propostas no plano de custeio para o ano de 2020 utilizou exclusivamente, em conformidade com a legislação, resultado do exercício de 2019, não havendo utilização do resultado acumulado no exercício 2018 (contabilizado como reserva de contingência) e preservou o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano BD, tendo sido observado, ainda, o método de financiamento adotado no plano.

A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, nas formulações contidas na Nota Técnica Atuarial do Plano e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizado dados cadastrais de participantes consistentes.

Em nossa opinião, as Provisões Matemáticas do Plano BD, na posição de 31/12/2019, de R\$ 3.561.864.509,84, retratam adequadamente as obrigações previdenciais do plano e a situação de equilíbrio aponta o estado de solvência econômica do plano.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2020.


Sérgio César de Paula Cardoso
Atuário - MIBA Nº 2.285



Parecer da Avaliação Atuarial 2019 - Plano CV I

Parecer da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2019 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I.

Fevereiro de 2020

1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo apresentar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2019 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF. O Plano CV I foi aprovado em 25/03/2010 e teve suas operações iniciadas no dia 19/05/2010, quando recebeu suas primeiras contribuições.

2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano CV I é classificado na modalidade de contribuição variável nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, uma vez que os benefícios programados do plano apresentam características de ambas as modalidades, de contribuição definida, na fase de acumulação e na fase inicial de recebimento do benefício, e de benefício definido, na fase final do recebimento do benefício. Ressalte-se que o benefício de aposentadoria programada é fruído em duas fases distintas pelo participante: na fase individual de renda certa a prazo certo (prazo determinado), com benefício mensurado em quotas, e na fase coletiva (mutualista) de renda vitalícia, com benefício expresso em moeda corrente.

3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

No Plano CV I, são adotados os regimes financeiros de capitalização e de repartição de capital de cobertura para o financiamento de seus benefícios.

Para o custeio dos benefícios programados, é adotado o regime financeiro de capitalização e, para os benefícios não programados, o regime de repartição de capital de cobertura. Destaque-se que parcela dos benefícios não programados é custeada pelo saldo da Conta do Participante, financiado pelo método de Capitalização Individual.

O regime de repartição de capital de cobertura caracteriza-se por constituir provisões somente na concessão dos benefícios. No Plano CV I, a cobertura da parcela dos benefícios não programados, estruturados sob esse regime, é realizada a partir da transferência de recursos do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos para a conta individual do participante na ocasião da concessão do benefício não programado.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante e, no caso do Plano CV I, de forma individual, conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano CV I estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Nessa seção serão apresentadas as hipóteses adotadas nesta avaliação (Quadro 1). A redução da hipótese da taxa real anual de juros de 5,25% para 5,00% foi a única alteração em relação às hipóteses adotadas no exercício anterior. Destaque-se que as hipóteses foram escolhidas com base na boa prática atuarial e respeitando a legislação vigente sobre o tema e estão fundamentadas em Estudo de Aderência específico.

Quadro 1 – Hipóteses atuariais adotadas na avaliação de 31/12/2019

Hipótese	31/12/2019
Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPC (Suavizada em 50%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (Suavizada em 85%)
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Cônjuge três anos mais jovem
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio.
Indexador do Plano	(IPCA) 4% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	Regras dos planos de cargo dos patrocinadores e hipóteses de progresso de função
Taxa Real Anual de Juros	5,00% a. a.

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

5. CADASTRO

A posição da base cadastral utilizada nesta avaliação é a de 31/12/2019, e considera 5.982 participantes, sendo 5.675 ativos, 267 aposentados e 25 grupos de pensão.

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não sendo necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Os resultados detalhados dos testes encontram-se no “Relatório de Análise e Validação da Consistência dos Dados Cadastrais – Plano CV I”. Além do teste, destaque-se que a base de dados cadastrais utilizada no cálculo das provisões matemáticas de benefício concedido é mensalmente atualizada e a nova base de dados é comparada com a base de dados do mês anterior, sendo as alterações confirmadas com a Gerência de Previdência (Geprev) da Capef. Por fim, as provisões matemáticas de benefício a conceder são calculadas em função dos saldos individuais de cada participante (informados pela Geprev) sendo sua consistência verificada nos registros contábeis do plano.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

6. DURATION DO PASSIVO

A metodologia de cálculo da duração (*duration*) do passivo do plano está definida na Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018. Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo de benefício concedido do Plano CV I da CAPEF, obtém-se a *duration* do passivo de 21,45 anos. Destaque-se que o aumento da *duration* calculada neste exercício em relação ao exercício de 2018, que foi de 21,11 anos, ficou dentro do esperado tendo em vista os benefícios concedidos no exercício de 2019.

A metodologia de cálculo da duração (*duration*) do passivo do plano está definida na Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018:

$$Duração = \frac{\sum_{i=1}^N \left[\left(\frac{F_i}{(1+TA)^{(i-0,5)}} \right) \times (i - 0,5) \right]}{\sum_{i=1}^N \left(\frac{F_i}{(1+TA)^{(i-0,5)}} \right)}$$

Onde:

N = prazo máximo, em anos, do fluxo de pagamentos de benefícios;
 F_i = somatório dos pagamentos de benefícios, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, relativos ao i -ésimo prazo;
 i = prazo, em anos, resultante da diferença entre o ano de ocorrência dos fluxos (F_i) e o ano de cálculo; e
 TA = a taxa de juros real anual aplicada no ano anterior.

Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo de benefício concedido do Plano CV I da CAPEF, obtém-se a *duration* do passivo de 21,45 anos:

$$Duração = \frac{\sum_{i=1}^{89} \left[\left(\frac{F_i}{(1+0,0525)^{(i-0,5)}} \right) \times (i - 0,5) \right]}{\sum_{i=1}^{89} \left(\frac{F_i}{(1+0,0525)^{(i-0,5)}} \right)} = 21,45 \text{ anos}$$

Destaque-se que a redução da *duration* calculada neste exercício em relação ao exercício de 2018, que foi de 21,11 anos, ficou dentro do esperado tendo em vista que as os benefícios concedidos no exercício de 2019.

7. PLANO DE CUSTEIO

No Plano CV I, os custos dos benefícios programados e não programados (de risco) são individualmente calculados para cada Participante Ativo, por ocasião de seu ingresso no plano e em cada avaliação atuarial anual.

O custo de administração do plano é rateado entre taxa de carregamento de participante ativo (definida como taxa de administração no regulamento do plano) e taxa de administração de assistido. Para o exercício de 2020, a taxa de administração de participante, que incide sobre a contribuição individual do ativo, inclusive quando pagas com recursos portados, foi reduzida para 4,50%, sendo mantida em 2,70% a taxa de administração de assistido, que incide uma única vez sobre o saldo da conta individual na concessão do benefício.

As taxas de custeio administrativo para o Programa de Gestão Administrativa (PGA) da CAPEF foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, em sua 311ª Reunião Ordinária ocorrida em 18/11/2019, fundamentado em estudo de solvência do Fundo Administrativo do PGA, elaborado a partir dos fluxos projetados de contribuições e despesas administrativas até o ano de 2107. O estudo evidenciou que o fundo do PGA é solvente com as taxas aprovadas e, segundo o regulamento do PGA da CAPEF, novo estudo de solvência do PGA está previsto para ser realizado a cada dois anos.

A taxa total de contribuição do Plano CV I para o ano de 2020 foi estimada em 16,43% (para 2019, a estimativa era de 16,68%), sendo que a taxa de contribuição sobre a totalidade do salário de participação perfaz 8,24% (8,37% para 2019) para os participantes, incluindo contribuição de autopatrocinados de 0,05%, e de 8,19% (8,31% para 2019) para os patrocinadores.

Em uma perspectiva coletiva de longo prazo, com a redução gradativa das contribuições extraordinárias futuras em virtude da aposentadoria dos “participantes fundadores” do plano, a taxa de contribuição média agregada do Plano CV I convergirá para uma taxa de contribuição menor, próxima ao limite da contribuição normal de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador).

Para tornar o processo de inscrição dos patrocinadores (BNB e Capef) mais simples e ágil, os novos participantes desses patrocinadores poderão ser admitidos no plano com a taxa de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador). A taxa de contribuição inicial de admissão no plano terá validade até o término do exercício em que for feita a inscrição, quando ocorre a revisão de custeio anual.

8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 2, as provisões matemáticas do Plano CV I cresceram 26,76% em 2019 em relação ao encerramento do exercício de 2018. Descontada a variação do IPCA do período de 4,31%, o crescimento real das provisões foi de 21,50%. As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder no Plano CV I são da modalidade de contribuição definida e são mensuradas pelo somatório dos saldos das contas individuais dos participantes ativos do plano. O crescimento ocorreu, principalmente, em função das contribuições aportadas por participantes e patrocinadores em 2019 e da rentabilidade dos investimentos no período.

Quadro 2 – Resultado do Plano CV I em 2018 e 2019

Rubrica	Valores em R\$			
	2018	2019	Varição Nominal	Varição Real
(+) Patrimônio de Cobertura do Plano	913.083.994,94	1.157.463.179,65	26,76%	21,53%
(-) Provisões Matemáticas	912.790.226,29	1.156.878.162,79	26,74%	21,50%
Contribuição Definida	892.682.894,21	1.126.293.648,31	26,17%	20,96%
Benefícios a Conceder	837.197.219,68	1.038.185.422,27	24,01%	18,88%
Benefícios Concedidos	55.485.674,53	88.108.226,04	58,79%	52,23%
Benefício Definido	20.107.332,08	30.584.514,48	52,11%	45,82%
Benefícios Concedidos	20.107.332,08	30.584.514,48	52,11%	45,82%
(=) Resultado do Exercício	293.768,65	585.016,86	99,14%	90,91%
(=) Superávit Técnico	293.768,65	585.016,86	99,14%	90,91%
Reserva de Contingência	293.768,65	585.016,86	99,14%	90,91%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

Em 2019, o resultado superavitário foi de R\$ 291.248,21 e proveio, principalmente, da rentabilidade do plano acima da meta e de ganhos atuariais observados. Esse resultado do exercício deixou o plano com superávit de R\$ 585.016,86 na posição de 31/12/2019.

Conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018 e pela Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018, considerando a *duration* do passivo do Plano CV I de 21,45 anos, o limite do Plano CV I para o caso de déficit técnico é de 17,45% das Provisões Matemáticas e, para o caso de superávit, de 25% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

O valor do ajuste de precificação do Plano CV I, em 31/12/2019, foi apurado em R\$ 2.158.004,60. Dessa forma, o Equilíbrio Técnico Ajustado do plano aumentou neste exercício para R\$ 2.743.021,46, que corresponde a 8,97% do total das provisões matemáticas de benefício definido. O valor do ajuste é apurado, conforme a citada resolução CGPC nº 30, pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,00%, e o valor contábil desses títulos.

9. FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

O Fundo de Solvência Atuarial do Plano CV, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído, segundo o Regulamento do plano, a partir dos seguintes valores:

- i) Valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano;
- ii) Valor correspondente ao saldo da conta de patrocinador relativo a Participante Ativo que, ao se desligar da patrocinadora, tenha optado pelo instituto do resgate; e
- iii) Valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do Participante Assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

Ocorrendo insuficiência atuarial concernente aos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente do Plano CV I, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano.

No Quadro 3 pode ser observado o demonstrativo da variação desse fundo em 2019. Em relação ao encerramento de 2018, o saldo do fundo cresceu 19,18% em quotas e 36,03% em reais, e representa 1,98% (1,84% em 2018) do total das provisões matemáticas do plano. Para o exercício de 2020, fundamentada em Parecer Atuarial específico, a taxa de solvência aplicada sobre as contribuições foi reduzida de 1,40% para 0,70%. Para 2020, não há previsão de utilização de recursos do Fundo de Solvência Atuarial.

Quadro 3 – Movimentação do Fundo de Solvência Atuarial em 2019

Fundo de Solvência Atuarial	Em quotas	Em R\$
(=) Saldo em 31/12/2018	7.115.134,00	R\$ 16.839.895,73
(+) Recursos recebidos	1.364.983,47	R\$ 6.066.748,01
(-) Recursos utilizados	-	-
(=) Saldo em 31/12/2019	8.480.117,47	R\$ 22.906.643,74

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

O Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, tem a finalidade de prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano.

Conforme demonstrado no Quadro 4, em 2019, o saldo do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos cresceu 1,77% em quotas e 16,15% em reais. No ano, foram utilizadas 417.760,74 quotas (81,04% das quotas constituídas no ano) para o pagamento de capitais complementares referentes às concessões dos benefícios de risco. Para 2020, não há previsão de utilização de recursos desse fundo além dos aportes recebidos no ano.

Quadro 4 – Movimentação do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos em 2019

Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos	Em quotas	Em R\$
(+) Saldo inicial em 31/12/2018	5.521.692,09	13.068.582,98
(+) Recursos recebidos	515.526,03	3.169.621,55
(-) Recursos utilizados	417.760,74	1.058.826,59
(=) Saldo em 31/12/2019	5.619.457,37	15.179.377,94

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

Na posição de 31/12/2019 o balanço patrimonial do Plano CV I registrou ainda dois fundos não previdenciais – Administrativo e de Investimentos – com destinações específicas. A participação do Plano CV I no Fundo Administrativo registrado no Programa de Gestão Administrativa – PGA totaliza R\$ 28.013.494,40 (R\$ 23.240.030,95 em 2018). O Fundo Administrativo é destinado a cobrir despesas administrativas futuras da Entidade na administração dos planos. O fundo do Programa de Investimentos conta com o saldo de R\$ 1.248.714,53 (R\$ 830.026,74 em 2018) destinados à cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes em caso de morte do participante durante a vigência do contrato.

10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

As obrigações do Plano CV I em contas individuais são avaliadas em quotas e, por isso, apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais. Essas obrigações, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder de participantes ativos e à fase de renda certa a prazo certo dos benefícios concedidos de aposentadoria programada a participantes assistidos, totalizaram, no encerramento do exercício de 2019, R\$ 1.126.293.648,31 (R\$ 892.682,89 em 2018) e representavam 97,36% (97,80% em 2018) do total das provisões matemáticas.

Já as obrigações previdenciais relativas aos capitais complementares de morte e invalidez e aos benefícios concedidos prestados em fase de renda vitalícia são mutualistas e avaliadas em moeda corrente, podendo eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais, caso as hipóteses atuariais utilizadas no plano não se confirmem no futuro. Dessa forma, os riscos atuariais do Plano CV I estão restritos a esses portfólios.

Para mitigar os riscos atuariais, o Plano CV I conta com dois fundos previdenciais. Ocorrendo insuficiência atuarial, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, cujo saldo em 31/12/2019 totaliza R\$ 22.906.643,74 (saldo de R\$ 16.839.895,73 em 31/12/2018), com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano. O Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, cujo saldo em 31/12/2019 totaliza R\$ 15.179.377,94 (saldo de R\$ 13.068.582,98 em 31/12/2018), tem o objetivo de prover o pagamento de capitais complementares, nos casos de invalidez ou óbito do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

O Plano CV I incorpora ainda outros mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais dos portfólios mutualistas, tais como: i) a concessão de benefícios na fase de renda vitalícia com valor inicial igual ao valor do benefício previsto para pagamento no último mês da fase de renda certa a prazo certo, sendo este pagamento pautado por quotas; e ii) os índices de reajuste dos benefícios de renda certa a prazo certo utilizam o mecanismo de quota, sendo que, para os vitalícios, são calculados com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitada a 100% e não inferior a 30% da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no ano.

Em 31/12/2019, as provisões matemáticas dos benefícios concedidos não programados (aposentadoria por invalidez, pensão de ativo e de inválido) e programados (aposentadoria programada na fase de renda vitalícia), parcela da obrigação do plano exposta a riscos atuariais, totalizavam R\$ 30.584.514,48 (R\$ 20.107.332,08 em 31/12/2018).

Pelo exposto, os riscos atuariais existentes no Plano CV I não são relevantes e estão mitigados pelos mecanismos presentes em sua arquitetura.

11. CERTIFICAÇÃO

Os desequilíbrios atuariais nos planos de benefícios podem ter natureza conjuntural, quando originados de fatores sazonais ou ocasionais, que estão sujeitos à reversão no curto prazo. Quando a origem dos desequilíbrios são de fatores mais estáveis, com baixa probabilidade de reversão em curto ou médio prazo, eles são classificados como de natureza estrutural.

O resultado superavitário do exercício foi de R\$ 291.248,21 e proveio, principalmente, da rentabilidade do plano (14,23%) acima da meta (9,78%) e de ganhos atuariais observados no exercício. Esse resultado deixou o plano em superávit no montante de R\$ 585.016,86 na posição de 31/12/2019.

A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, nas formulações contidas na Nota Técnica Atuarial do Plano e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizado dados cadastrais de participantes consistentes. Em nossa opinião, as Provisões Matemáticas do Plano CV I, na posição de 31/12/2019, de R\$ 1.156.878.162,79, retratam adequadamente as obrigações previdenciais do plano e a situação de equilíbrio aponta o estado de solvência econômica do plano.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2020.

Sérgio César de Paula Cardoso
Atuário - MIBA N° 2.285

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

PLANO BD

PLANO CV I

PLANO PGA

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD

PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento e Benefícios da CAPEF, e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios, além das exigências da Resolução nº 4.661, concluiu-se pela proposta de alocação dos ativos do Plano BD para os próximos 5 anos, revisada anualmente, conforme demonstrada na tabela a seguir:

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 4.661 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF (BD) EM 31/10/2019 (%)	PREVISÃO DE ALOCAÇÃO	LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	
				INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	86,83%	78%	68	100
Renda Variável	70	3,07%	5%	0	6
Investimentos Estruturados	20	0,00%	2%	0	3
Investimentos no Exterior	10	0,00%	2%	0	3
Imobiliário	20	7,77%	10%	0	10
Imóveis	-	6,91%	-	-	-
Fundos Imobiliários	-	0,86%	-	-	-
Operações com Participantes	15	2,33%	3%	0	10

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 4.661, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

a) Restrições para o Segmento de Renda Fixa:

- limitar em 1,0% do patrimônio do Plano BD as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 10,0% do total dos investimentos do Plano BD as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade.

- não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive por meio de fundos de investimentos;
- não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 20 maiores, definido pelo ranking do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 10 anos;
- não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 21ª colocação no ranking do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido. Vale salientar que a alocação em ativos de crédito privado só é executada após análise interna quantitativa e qualitativa do emissor do ativo a ser investido.
- não aplicar em instituições financeiras que estejam desenquadradas com relação ao índice de Basileia.

b) Restrições para o Segmento de Renda Variável

- não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).

c) Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661.

d) Restrições para o Segmento Imobiliário

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661.

e) Restrições para o Segmento Operações com Participantes

- As restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes e na Política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

f) Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior

FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA:

- fundo no exterior com no mínimo 20% de cotistas investidores Institucionais e Endowments;
- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;
- não aplicar em fundos de RF no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de Bonds Brasileiros.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES:

- fundo no exterior com no mínimo 20% de cotistas investidores Institucionais e Endowments;
- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial.

META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Toda análise para investimento inicial deve considerar, como custo de oportunidade, a meta atuarial do plano. Ademais, a rentabilidade de cada segmento deve ser acompanhada pelos seus respectivos índices de referência ou benchmarks.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Além da meta do plano de INPC + 5,5% a.a., a entidade trabalha com índices de referência, ou benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

a) Renda Fixa

SEGUEM OS CRITÉRIOS:

- O segmento de Renda Fixa tem como meta de rentabilidade a **Meta Atuarial do Plano**, e como *benchmark* 109% da meta atuarial.
- O fundo Fortaleza Multimercado tem como meta de rentabilidade a **Meta Atuarial do Plano**, e como *benchmark* 105% da meta atuarial.

b) Renda Variável

- O segmento de Renda Variável tem como meta de rentabilidade a **Meta Atuarial do Plano**, e como *benchmark* a variação do IbrX50 + 1 pp/ano.

c) Imobiliários

O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a média ponderada dos benchmarks das carteiras de imóveis e fundos imobiliários, conforme descritos abaixo:

- **Carteira de imóveis:** tem como benchmark superar a mediana de dividend yield (calculado em relação ao valor patrimonial) dos fundos imobiliários, do segmento lajes comerciais, que compõem o índice IFIX, visto esse segmento ser o mais aderente ao perfil dos imóveis que compõem a carteira própria.
- **Fundos Imobiliários:** tem como meta de rentabilidade a **Meta Atuarial do Plano**, e como benchmark superar a variação do IFIX + 0,5 pp/ano.

d) Operações com Participantes

A carteira de operações com participantes tem como meta de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes são definidas na Política de empréstimo da entidade que engloba as regras para contratação dos EAP's - Empréstimos a Participantes, bem como na Política de reestruturação da carteira financiamento imobiliário.

e) Estruturados

- O segmento de estruturados tem como meta de rentabilidade a **Meta Atuarial do Plano**, e como *benchmark* 110% da meta atuarial.

f) Investimentos no Exterior

- Para o segmento de investimentos no exterior a meta de rentabilidade será a **Meta Atuarial do Plano**, e como *benchmark* 105% da meta atuarial.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL OU OS ÍNDICES DE REFERÊNCIA, OBSERVADO O REGULAMENTO DE CADA PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 2018, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MF/CNPC nº 30, de 10/10/2018, revogando a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios, estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC nº 300, de 12.04.2019), compreendido entre 4,08% e 6,23%, sendo definida em função da duration do Plano BD que é de 9,05 anos (demonstrações atuariais de 2018).

De acordo com o estudo de adequação da taxa de juros, com base nos resultados projetados das rentabilidades anuais, compreendidas entre 2019 e 2105, a taxa interna de retorno (TIR) dos investimentos do Plano BD é de 5,68% ao ano. Considerando essa projeção de rentabilidade, foi sugerida a manutenção da taxa de juros de 5,5% a.a., por estar dentro do intervalo de taxa de juros definido para o plano e tendo em vista ser uma atitude conservadora a utilização de taxa de juros atuarial menor que a rentabilidade esperada para os investimentos. Esta sugestão de manutenção da taxa de juros em 5,5% foi apreciada pelo Conselho Fiscal em 25/10/2019 e aprovada pelo Conselho Deliberativo na sua 311ª reunião ocorrida em 18/11/2019.

Para o total de ativos do Plano BD, a rentabilidade a ser alcançada para o ano de 2020, é INPC + 5,5% a.a. (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2019/121, de 11/10/2019). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano.

OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS

A Entidade utiliza o mercado de derivativos com o objetivo de proteção do valor de uma posição ativa ou de uma posição passiva contra possíveis variações futuras de um determinado ativo ou passivo.

Para as posições direcionais sem a finalidade de hedge serão observadas as seguintes restrições:

- o depósito de margem limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações da carteira de investimentos;

- o valor total dos prêmios de opções pago limitado a 5%, do patrimônio da carteira do plano;
- fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capec, considerando o período de um mês, limitado ainda a 3% considerando o período de um ano.

Todas operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

DIRETRIZES PARA OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA, PREFERENCIALMENTE, DE FORMA DEFERENCIADA POR SETOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA

A Capec vem adotando diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, tais como:

- avaliar a possibilidade de políticas associadas à sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental na seleção de investimentos;
- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos de planejamento, de gestão e operacionais;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações para promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência;
- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente;
- utilizar fontes renováveis na geração própria de energia.

Ademais, a Entidade entende que os integrantes do mercado financeiro, bem como os agentes econômicos de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais e ambientais negativos em suas atividades. Nesse intuito, a entidade estabeleceu, no seu processo de seleção de ativos, constante no Manual de Investimento, fatores de sustentabilidade ASG (Ambiental, Social e Governança).

RISCO

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se “por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios”.

Na CAPEF, o risco de mercado é tratado conforme descrito no Modelo de Gestão de Risco de Mercado, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias uteis de parâmetro:

- Renda Fixa Curva: não se aplica.
- Renda Fixa mercado: até 6,50%, baseado no VaR do IMA-B 5+ dos últimos 5 anos.
- Investimentos Estruturados: até 5,00% baseado no VaR dos últimos 5 anos da Carteira de Fundos Multimercado classificados como estruturados.
- Renda Variável: até 12,50%, baseado no VaR do benchmark da carteira, o IBRX-50, dos últimos 5 anos.
- Imobiliários: até 5,00% baseado no VaR dos últimos 5 anos da Carteira de FII's do Plano (posição Outubro/19).
- Investimentos no Exterior: até 7,50%, baseado no VaR dos Índices Dow Jones, MSCI e S&P 500 dos últimos 5 anos.

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDO DE INVESTIMENTO

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento, Manual de Investimentos da Entidade aprovado pelo Comitê de Investimentos.

O Manual de Investimentos contém os seguintes tópicos:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Estrutura Organizacional da Capef
- Comitê de Investimentos
- Gerência de Investimentos – GERIN
- Assessoria de Gestão de Risco e Controles Internos – ASGER

ETAPAS DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS

RENDA FIXA

- Crédito Privado
- Títulos Públicos
- Seleção de Fundos – Renda Fixa
- Fundos de Liquidez Diária
- Fundos de Renda Fixa- Crédito Privado
- Demais Fundos de Renda Fixa

RENDA VARIÁVEL

- Ações- Alocação Direta
- Seleção de Fundos- Renda Variável

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

- Alocação em COE (Certificados de Operações Estruturadas)
- Seleção de Fundos- FIDC
- Seleção de Fundos- Multimercados
- Seleção de Fundos- FIP

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

- Seleção de Fundos – FII
- Imóveis

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

DERIVATIVOS

ETAPAS ENVOLVIDAS NA SELEÇÃO DE CUSTODIANTE, ADMINISTRADOR DE CARTEIRA, CORRETORAS E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

PROCESSO DE MONITORAMENTO DOS INVESTIMENTOS

CÓDIGO DE ÉTICA

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da CAPEF, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de preju-

dicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da CAPEF foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da CAPEF com vistas a garantir sua transparência na gestão e consolidar a imagem ética de entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CV I

PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Baseado nesses estudos técnicos e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios, concluiu-se pela proposta de alocação dos ativos do Plano CV I para os próximos 5 anos, revisada anualmente, conforme demonstrada na tabela I a seguir:

TABELA I
ALOCAÇÃO DE ATIVOS PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 4.661 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF (CV I) EM 31/10/2019 (%)	PREVISÃO DE ALOCAÇÃO	LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	
				INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	78,02%	58%	50	100
Renda Variável	70	8,94%	15%	0	18
Investimentos Estruturados	20	0,00%	5%	0	7
Investimentos no Exterior	10	0,81%	5%	0	5
Imobiliário	20	6,65%	10%	0	10
Operações com Participantes	15	5,58%	7%	0	10

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 6.661, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

a) Restrições para o Segmento de Renda Fixa:

- limitar em 5,0% do patrimônio do Plano, as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 20,0% do total dos investimentos do Plano, as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade;
- não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive por meio de fundos de investimentos;

- não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
 - não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
 - não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 20 maiores, definido pelo ranking do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 10 anos;
 - não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 21ª colocação no ranking do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido. Vale salientar que a alocação em ativos de crédito privado só é executada após análise interna quantitativa e qualitativa do emissor do ativo a ser investido.
 - não aplicar em instituições financeiras que estejam desenquadradas com relação ao índice de Basileia.
- b) Restrições para o Segmento de Renda Variável**
- não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).
- c) Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados**
- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661.
- d) Restrições para o Segmento Imobiliário**
- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661.
- e) Restrições para o Segmento Operações com Participantes**
- As restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

f) Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior

FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA:

- fundo no exterior com no mínimo 20% de cotistas investidores Institucionais e Endowments;
- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior

na modalidade com e sem hedge cambial;

- Não aplicar em fundos de RF no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de Bonds Brasileiros.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES:

- fundo no exterior com no mínimo 20% de cotistas investidores Institucionais e Endowments;
- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial.

META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Toda análise para investimento inicial deve considerar, como custo de oportunidade, a meta atuarial do plano. Ademais, a rentabilidade de cada segmento deve ser acompanhada pelos seus respectivos índices de referência ou benchmarks.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Além da meta do plano de IPCA + 5,00% a.a., a entidade trabalha com índices de referência, ou benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

a) Renda Fixa

SEGUEM OS CRITÉRIOS:

- O segmento de Renda Fixa tem como meta de rentabilidade a **Meta Atuarial do Plano**, e como **benchmark** 107% da meta atuarial.

b) Renda Variável

- O segmento de Renda Variável tem como meta de rentabilidade a **Meta Atuarial do Plano**, e como **benchmark** a variação do IbrX50 + 1 pp/ano.

c) Imobiliários

- O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark o índice IFIX + 0,50%.

d) Operações com Participantes

A Carteira de Operações com Participantes tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes são definidas na Política de empréstimo da entidade que engloba as regras para contratação dos EAP's- Empréstimos a Participantes.

e) Estruturados

- O segmento de estruturados tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark 110% da meta atuarial.

f) Investimentos no Exterior

- Para o segmento de investimentos no exterior a meta de rentabilidade será a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark 105% da meta atuarial.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL OU OS ÍNDICES DE REFERÊNCIA, OBSERVADO O REGULAMENTO DE CADA PLANO DE BENEFÍCIO

Em 2018, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MF/CNPC nº 30, de 10/10/2018, que revogou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC nº 300, de 12.04.2019), compreendido entre 4,11% e 6,27%, sendo definida em função da duration do Plano CV I que é de 21,11 anos (demonstrações atuariais de 2018).

Para o total de ativos do Plano CV I a rentabilidade a ser perseguida, para o ano de 2020, é IPCA + 5,00% a.a. (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2019/112, de 16/09/2019). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano. A definição da taxa de juros de 5% foi apreciada pelo Conselho Fiscal em 25/09/2019 e aprovada pelo Conselho Deliberativo na sua 311ª reunião ocorrida em 18/11/2019.

OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS

A Entidade utiliza o mercado de derivativos com o objetivo de proteção do valor de uma posição ativa ou de uma posição passiva contra possíveis variações futuras de um determinado ativo ou passivo.

Para as posições direcionais sem a finalidade de hedge serão observadas as seguintes restrições:

- o depósito de margem limitado a 8% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações da carteira de investimentos;
- o valor total dos prêmios de opções pago limitado a 8%, do patrimônio da carteira do plano;
- fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 2% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 5% considerando o período de um ano.

Todas operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

DIRETRIZES PARA OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA, PREFERENCIALMENTE, DE FORMA DEFERENCIADA POR SETOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA

A Capef vem adotando diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, tais como:

- avaliar a possibilidade de políticas associadas à sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental na seleção de investimentos;
- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos de planejamento, de gestão e operacionais;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações para promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência;
- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente;
- utilizar fontes renováveis na geração própria de energia.

Ademais, a Entidade entende que os integrantes do mercado financeiro, bem como os agentes econômicos de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais e ambientais negativos em suas atividades. Nesse intuito, a entidade estabeleceu, no seu processo de seleção de ativos, constante no Manual de Investimentos, fatores de sustentabilidade ASG (Ambiental, Social e Governança).

RISCO

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se “por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios”.

MODELOS E CRITÉRIOS PARA A GESTÃO DO RISCO DE MERCADO

Na CAPEF, o risco de mercado é tratado conforme descrito no Modelo de Gestão de Risco de Mercado, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias uteis de parâmetro:

- Renda Fixa Curva: não se aplica;
- Renda Fixa mercado: até 6,50% dos ativos da carteira, baseado no VaR do IMA-B 5+ dos últimos 5 anos.
- Investimentos Estruturados: até 5,00% baseado no VaR dos últimos 5 anos da Carteira de Fundos Multimercado classificados como Estruturados.
- Renda Variável: até 12,50%, baseado no VaR do benchmark da carteira, o IBRX-50 dos últimos 5 anos.
- Imobiliários: até 5,00% baseado no VaR dos últimos 5 anos da Carteira de FIIs do Plano (posição Outubro/19).
- Investimentos no Exterior: até 7,50%, baseado no VaR dos Índices Dow Jones, MSCI e S&P 500 dos últimos 5 anos.

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento Manual de Investimentos da Entidade aprovado pela Diretoria Executiva.

O Manual de Investimentos contém os seguintes tópicos:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Estrutura Organizacional da Capef
- Comitê de Investimentos
- Gerência de Investimentos – GERIN
- Assessoria de Gestão de Risco e Controles Internos – ASGER

ETAPAS DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS

RENDA FIXA

- Crédito Privado
- Títulos Públicos
- Seleção de Fundos – Renda Fixa
- Fundos de Liquidez Diária
- Fundos de Renda Fixa- Crédito Privado
- Demais Fundos de Renda Fixa

RENDA VARIÁVEL

- Ações- Alocação Direta
- Seleção de Fundos- Renda Variável

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

- Alocação em COE (Certificados de Operações Estruturadas)
- Seleção de Fundos- FIDC
- Seleção de Fundos- Multimercados
- Seleção de Fundos- FIP

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

- Seleção de Fundos – FII
- Imóveis

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

DERIVATIVOS

ETAPAS ENVOLVIDAS NA SELEÇÃO DE CUSTODIANTE, ADMINISTRADOR DE CARTEIRA, CORRETORAS E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

PROCESSO DE MONITORAMENTO DOS INVESTIMENTOS

CÓDIGO DE ÉTICA

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da CAPEF, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da CAPEF foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da CAPEF com vistas a garantir sua transparência na gestão e consolidar a imagem ética de entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO PGA

PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Capef direcionará em 2020 a totalidade dos recursos do Plano de Gestão Administrativa para o segmento de Renda Fixa e Imobiliário.

Segue abaixo a tabela contendo a proposta de alocação e os limites de aplicação para o Plano:

ALOCAÇÃO DE ATIVOS PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 4.661 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL 31/10/2019 (%)	PREVISÃO DE ALOCAÇÃO	LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	
				INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	98,08%	98%	92	100
Imobiliário	20	1,92%	2%	0	8

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 4.661, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

a) Restrições para o Segmento de Renda Fixa:

- limitar em 1,0% do patrimônio do Plano as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 10,0% do total dos investimentos do Plano as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade;
- não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive por meio de fundos de investimentos;
- não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 20 maiores, definido pelo ranking do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 10 anos;

- não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 21ª colocação no ranking do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido. Vale salientar que a alocação em ativos de crédito privado só é executada após análise interna quantitativa e qualitativa do emissor do ativo a ser investido.
- não aplicar em instituições financeiras que estejam desenquadradas com relação ao índice de Basiléia.

b) Restrições para o Segmento de Imobiliários

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661. O estoque da carteira de imóveis será composta, exclusivamente, pela loja do térreo do Edifício Paulo Aguiar Frota, sede da CAPEF, Fortaleza-CE.

META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Para o total de ativos do PGA, a rentabilidade a ser perseguida será equivalente a INPC + 5,50% a.a.

Além da meta do plano de INPC+5,5%, a entidade trabalha com metas para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

a) Renda Fixa

- A Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial.

b) Imobiliários

- O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a variação do INPC + 5,50% a.a.

OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS

Todas as operações no mercado de derivativos são negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

O Plano PGA usa os instrumentos de derivativos exclusivamente para hedge.

DIRETRIZES PARA OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA, PREFERENCIALMENTE, DE FORMA DEFERENCIADA POR SETOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA

A Capef vem adotando diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, tais como:

- avaliar a possibilidade de políticas associadas à sustentabilida-

de e responsabilidade social e ambiental na seleção de investimentos;

- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos de planejamento, de gestão e operacionais;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações para promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência;
- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente;
- utilizar fontes renováveis na geração própria de energia.

Ademais, a Entidade entende que os integrantes do mercado financeiro, bem como os agentes econômicos de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais e ambientais negativos em suas atividades. Nesse intuito, a entidade estabeleceu, no seu processo de seleção de ativos, constante no Manual de Investimentos, fatores de sustentabilidade ASG (Ambiental, Social e Governança).

RISCO

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se “por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios”.

Na CAPEF, o risco de mercado é tratado conforme descrito no Modelo de Gestão de Risco de Mercado, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias uteis de parâmetro:

- Renda Fixa Curva: não se aplica;

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDO DE INVESTIMENTO

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento, Manual de Investimentos da Gerência de Investimentos da Entidade aprovado pelo Comitê de Investimentos.

O Manual de Investimentos contém os seguintes tópicos:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Estrutura Organizacional da Capef
- Comitê de Investimentos
- Gerência de Investimentos – GERIN
- Assessoria de Gestão de Risco e Controles Internos – ASGER

ETAPAS DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS

RENDA FIXA

- Crédito Privado
- Títulos Públicos
- Seleção de Fundos – Renda Fixa
- Fundos de Liquidez Diária
- Fundos de Renda Fixa- Crédito Privado
- Demais Fundos de Renda Fixa

RENDA VARIÁVEL

- Ações- Alocação Direta
- Seleção de Fundos- Renda Variável

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

- Alocação em COE (Certificados de Operações Estruturadas)
- Seleção de Fundos- FIDC
- Seleção de Fundos- Multimercados
- Seleção de Fundos- FIP

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

- Seleção de Fundos – FII
- Imóveis

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

DERIVATIVOS

ETAPAS ENVOLVIDAS NA SELEÇÃO DE CUSTODIANTE, ADMINISTRADOR DE CARTEIRA, CORRETORAS E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

PROCESSO DE MONITORAMENTO DOS INVESTIMENTOS

CÓDIGO DE ÉTICA

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da CAPEF, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da CAPEF foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da CAPEF com vistas a garantir sua transparência na gestão e consolidar a imagem ética de entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.



CAPEF

Seu Plano de Previdência



RELATÓRIO ANUAL
2019



WWW.CAPEF.COM.BR



/capefnaweb



/tvcapef

